



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**EXTRATIVISMO VEGETAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL NO CERRADO**

SUED WILMA CALDAS MELO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**BRASÍLIA/DF
MARÇO/2013**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**EXTRATIVISMO VEGETAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL NO CERRADO**

SUED WILMA CALDAS MELO

ORIENTADOR: SÉRGIO SAUER

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

PUBLICAÇÃO: N°81/2013

**BRASÍLIA/DF
MARÇO/2013**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

MELO, Sued Wilma Caldas. **Extrativismo Vegetal como Estratégia de Desenvolvimento Rural no Cerrado**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2013, 197 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Melo, Sued Wilma Caldas.
M528e Extrativismo vegetal como estratégia de desenvolvimento rural no cerrado / Sued Wilma Caldas Melo. -- 2013. xiii, 197 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Sérgio Sauer.

1. Cerrados - Agricultura. 2. Desenvolvimento rural.
I. Sauer, Sérgio. II. Título.

CDU 63(81:251)

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**EXTRATIVISMO VEGETAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
RURAL NO CERRADO**


SUED WILMA CALDAS MELO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS**

APROVADA POR:



**SÉRGIO SAUER, Dr. (UnB)
(ORIENTADOR)**



**JOSÉ PAULO PIETRAFESA, Dr. (UFG, PUC Goiás)
(EXAMINADOR EXTERNO)**



**JANAÍNA DEANE DE ABREU SÁ DINIZ, Dra. (UnB)
(EXAMINADOR INTERNO)**

BRASÍLIA/DF, 08 de MARÇO de 2013

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é dirigido a Deus e aos seus mensageiros espirituais que, sem sombra de dúvida, foram os maiores responsáveis pela conclusão desta dissertação. Foi em Deus, pelo intermédio dos espíritos amigos, que consegui a força, a paciência e a determinação necessárias. Foram eles, através da permissão de Deus, que estiveram presentes durante esses dois anos (e por toda a minha vida) me auxiliando, me intuindo e me cobrindo de bênçãos.

No plano material os agradecimentos são direcionados a minha mãe e ao meu pai, as pessoas mais incríveis que já conheci e, com certeza, por quem mais eu sou amada (e quem eu mais amo). Os pais que sempre fizeram de tudo para que eu pudesse estudar e que nunca mediram esforços para que estivessem à minha disposição as melhores condições de estudo e cuja assistência (amor, paciência, dedicação, incentivo, apoio, carinho, etc., etc.) foi fundamental para que eu conseguisse terminar este curso de mestrado. Não obstante, deve ser destacado um agradecimento especial a minha mãe, por tudo que fez para que eu ingressasse na graduação, pois, se não fosse ela, talvez nada disso estaria acontecendo (uma longa história que, de tão longa, é melhor nem começar a contar).

Ao meu orientador Sérgio Sauer, cujos ensinamentos não consigo mensurar, mas que tenho certeza não ficaram restritos apenas ao âmbito acadêmico. Além de excelente professor e orientador, tive a oportunidade de conviver e aprender muito com um ser humano maravilhoso, a quem serei eternamente grata.

Às famílias agroextrativistas do Assentamento Vale da Esperança, por sempre me receberem com hospitalidade e alegria, em especial a Dona Divina e ao Sr. Geraldo Brito pela colaboração fundamental durante a pesquisa de campo.

Ao Alexandre que, se não bastasse ter sido super paciente e compreensivo nos momentos em que a namorada não podia sair de casa, porque estava “fazendo a dissertação”,

por inúmeras vezes, me deu força e ânimo e me fez acreditar que eu era capaz, me acompanhou em uma visita de campo e ainda me ensinou a técnica de “refatoração”.

Ao Artur, o meu irmão predileto; aos meus amigos da faculdade e “de infância” que tornaram a caminhada mais agradável; à Daniquele, que me acompanhou uma vez a pesquisa de campo.

Aos meus professores da graduação e do mestrado, em especial ao professor Moisés pelos inestimáveis ensinamentos e à professora Janaína que além de tudo contribuiu sobremaneira para o contato com o Assentamento Vale da Esperança; à Sueli e ao pessoal do PROPAGA pelo suporte; à CAPES pela bolsa.... Enfim, a todos que direta ou indiretamente tornaram este sonho possível.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar o potencial do extrativismo vegetal em contribuir para as condições de vida das famílias agroextrativistas e para o Desenvolvimento Rural no Cerrado. Este bioma destaca-se por prestar serviços ambientais importantes para o equilíbrio ecológico do planeta e por abrigar um sem-número de comunidades tradicionais que têm na utilização dos seus recursos fonte de sobrevivência física e cultural. Entretanto, encontra-se ameaçado pelo modelo de desenvolvimento hegemônico que, fomentando a expansão da produção de *commodities* para exportação em sistemas de grandes monoculturas, devasta a sua biodiversidade e dificulta as condições de existência das comunidades que ali vivem e trabalham. O ponto de partida desta dissertação tem ligação com as discussões acerca das implicações negativas em termos ambientais, sociais e econômicos deste desenvolvimento predominantemente economicista e com o debate a ele atrelado a respeito da necessidade de se criar alternativas de ocupação e utilização dos recursos do Cerrado a partir de modelos mais sustentáveis mais sustentáveis e incluídos. Iniciativas inseridas na abordagem de desenvolvimento rural que procuram ampliar os objetivos do desenvolvimento para abranger não apenas crescimento econômico, mas principalmente aspectos de cunho social que promovam mudanças positivas nas vidas das comunidades rurais, como redução das desigualdades, mitigação da pobreza e criação de bem estar social, condizentes com a preservação do meio ambiente. Desta forma, procurou-se articular análises sobre o desenvolvimento rural com discussões sobre o extrativismo e suas potencialidades em contribuir para a melhoria das condições de vida, para o aumento e diversificação das fontes de renda e para conservação dos recursos naturais. A pesquisa de campo foi realizada no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, especialmente junto às famílias agroextrativistas e a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale da Esperança. As informações e os dados coletados e analisados apontam o extrativismo vegetal realizado pelos Povos do Cerrado como uma estratégia de desenvolvimento rural capaz de contribuir para o aumento e diversificação das fontes de renda, para a melhoria da alimentação, para a manutenção do patrimônio cultural e para a preservação das áreas remanescentes do bioma.

Palavras-chaves: Cerrado, Extrativismo, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This study aims to analyse the potential of vegetable extraction and how it can contribute to give better life conditions for agroextractive families and for rural development on the Cerrado. Cerrado stands for making important environmental services for the ecological equilibrium of our planet, and for harboring traditional communities who get their physical and cultural survival. However, this biome is being menaced by the hegemonic development model. This model, by fomenting the expansion of the production of commodities for exportation and big monoculture-systems, ravages the biodiversity and derail the existence conditions of the communities which live and work in it. So, this study comes on the perception of negative consequences in environmental and social terms of this development and the discussion on the need of creating more sustainable alternatives about both occupation and utilization of Cerrado resources. The initiatives inserted in rural development approach try to enlarge the goals of development in search not just for economical development, but also social aspects such reduction of disparities, reduction of poorness, increase of social welfare and also compatible with environmental preservation. In order to do it, methodology articulate modern rural development approach with discussions about extraction and its potentials to contribute on increase and diversification of wealth income sources, for nutritive safety, for job generation and for preservation of natural resources. The theoretical analysis was enhanced with information from field research performed on Projeto de Assentamento Vale da Esperança in the months of February, June and July of 2012, the data was collected by interviews in depth and semi-structured with nine agroextractive families and the Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale da Esperança. The conclusions of the study point extraction of vegetal resources of Cerrado as a rural development strategy which can contribute to increase and diversify the income sources, to maintain the cultural heritage and for preservation of the remaining areas of the biome.

Key-words: Cerrado, Extractivism, Rural Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fitofisionomias do bioma Cerrado

Figura 2 – Papel do Cerrado na distribuição dos recursos hídricos pelo Brasil

Figura 3 – Barú (*Dypterix alata*)

Figura 4 – Expansão da produção de soja e localização das principais agroindústrias

Figura 5 – Comparação entre atividades básicas e a agricultura multifuncional

Quadro 1 – Principais rios que recebem contribuição de áreas de Cerrado nas grandes regiões hidrográficas brasileiras

Mapa 1 – Mapa de domínio do Cerrado e suas áreas de transição

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vegetação suprimida e remanescente do Cerrado

Tabela 2 - Comparação entre as taxas de desmatamento nos biomas brasileiros

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSESVE - Associação dos Empreendedores Solidários do Vale da Esperança
CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola
COOPERVAL - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale da Esperança
ECODATA - Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFC - Instituto Novas Fronteiras da Cooperação
ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza
MMA - Ministério do Meio Ambiente
PFNM - Produtos Florestais Não Madeireiros
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
POLOCENTRO - Projeto de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PPP-ECOS - Programa de Pequenos Projetos Eossociais
PRODECER - Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável
Resex - Reservas Extrativistas
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros
UCs - Unidades de Conservação

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – O BIOMA CERRADO E SUA OCUPAÇÃO	11
Introdução.....	11
1.1 Cerrado: Caracterização Geral.....	13
1.2 Relevância Ambiental Social e Econômica.....	18
1.3 Estágio de Conservação do Bioma Cerrado	29
1.4 Breve História da Ocupação Humana no Cerrado.....	35
1.5 Notas Conclusivas	41
CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO NO CERRADO	43
Introdução.....	43
2.1 Modernização como Desenvolvimento	45
2.2 A Agricultura Brasileira no Contexto da Modernização.....	50
2.3 A Modernização do Cerrado.....	57
2.4 Os Povos do Cerrado no Contexto da Modernização.....	68
2.5 Notas Conclusivas	73
CAPÍTULO III – EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO CERRADO ..	75
Introdução.....	75
3.1 Em Busca de Outra Noção de Desenvolvimento.....	77
3.2 Desenvolvimento Rural	82

3.2.1 <i>O Espaço Rural</i>	87
3.2.2 <i>Povos do Cerrado como Protagonistas do Desenvolvimento Rural</i>	90
3.2.3 <i>Estratégias de Desenvolvimento Rural</i>	95
3.3 O Cerrado Pede um Outro Desenvolvimento	105
3.4 Relevância do Agroextrativismo para os Povos do Cerrado	112
3.5 Notas Conclusivas	119
CAPÍTULO IV- AGROEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA	120
Introdução	120
4.1 O Projeto de Assentamento Vale da Esperança.....	121
4.2 O Agroextrativismo no Projeto de Assentamento Vale da Esperança	124
4.3 Histórias de Vida e Envolvimento com o Agroextrativismo.....	130
4.4 Agroextrativismo e o Aumento e Diversificação das Fontes de Renda	138
4.5 Condições de Vida, Meio Ambiente e Agroextrativismo	152
4.6 A COOPERVAL	165
4.7 Limitações e Perspectivas do Agroextrativismo	173
4.8 Notas Conclusivas	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190

INTRODUÇÃO

O Brasil possui vasta extensão territorial, grande diversidade geográfica, biológica e climática, atributos que resultam em uma riquíssima biodiversidade dispersa por seis biomas distintos. O bioma Cerrado representa o conjunto de ecossistemas predominante na porção central do país, destacando-se como o segundo maior bioma brasileiro em extensão territorial e também como a savana mais rica do mundo em biodiversidade. Entre os aspectos importantes deste bioma, pode-se destacar seu papel no equilíbrio ecológico e manutenção dos serviços ambientais globais; a diversidade de recursos potencialmente úteis para os seres humanos, por exemplo, para alimentação, medicamentos, pesquisa científica, exploração econômica; e sua riqueza social e cultural, pois seu território é espaço de vida e de trabalho para inúmeras comunidades indígenas, remanescentes de quilombo, de origem camponesa e de base familiar.

A forma de ocupação predominante nas áreas de Cerrado até meados de 1960, embora já provocasse transformações no ambiente natural, não acarretava devastação significativa da cobertura vegetal do bioma e permitia a continuidade do equilíbrio ecossistêmico. Este cenário sofreu intensas alterações a partir da inserção da agricultura brasileira no ímpeto modernizante internacional, materializada na adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde. As primeiras regiões a adotarem a agricultura moderna foram o Sul e o Sudeste, mas logo as atenções se voltaram também para as áreas centrais do país cobertas pelo Cerrado, tidas como “desocupadas” e “improdutivas”, sobre as quais imperava a ideia de que a vegetação nativa, por não ser de floresta densa, tinha menos importância. Isto transformou radicalmente a dinâmica de ocupação do bioma e de exploração de seus recursos, fazendo com que grande parte de sua cobertura vegetal fosse derrubada para a produção de grãos para exportação em sistemas de monoculturas extensivas.

Este processo ficou conhecido como modernização da agricultura e marcou a instalação de um desenvolvimento industrial e de cunho extremamente produtivista, que tem como principal pressuposto o crescimento da economia, cujos fundamentos constituíram o modelo de desenvolvimento que atualmente predomina no país. A questão é que este desenvolvimento não conduziu (e não está conduzindo) a melhores condições de vida, à redução das desigualdades e da pobreza, ao contrário, junto com o aumento da produção agropecuária, acabou acarretando desastrosos impactos ambientais (perda da biodiversidade, comprometimento da oferta de água, extinção de espécies, etc.) e sociais (inviabiliza a reprodução social e econômica das famílias, provocando êxodo rural, pobreza e ampliando as desigualdades sociais, etc.).

As discussões acerca dos efeitos negativos do modelo de desenvolvimento até então priorizado no Cerrado e no Brasil como um todo, apontam para a necessidade de revisitar a noção de desenvolvimento (e desenvolvimento rural), para contemplar novas estratégias que, além do aspecto econômico, tenham como diretriz a sustentabilidade social, ambiental e cultural. Trata-se de uma outra perspectiva que preza pela melhoria das condições de vida, redução das desigualdades sociais, mitigação da pobreza, distribuição e elevação da renda, geração de empregos, conservação dos recursos naturais, entre outros aspectos. Esta perspectiva luta por afirmação e disputa espaço com o modelo produtivista que ainda constitui a proposta de desenvolvimento dominante.

Este desenvolvimento, ou diferentes perspectivas de desenvolvimento no Cerrado constitui-se em um processo complexo e necessariamente multidimensional, que envolve uma diversidade de atividades, múltiplos atores e um amplo espectro de relações sociais. Uma de suas diretrizes reside que os potenciais de geração de renda, existentes nos espaços rurais cobertos pelo Cerrado, vão muito além daqueles contidos estritamente no crescimento da agropecuária industrial e altamente tecnificada. As ações de desenvolvimento, ao invés de

fomentar apenas uma produção agropecuária geradora de degradação ambiental e desigualdade social, devem centrar-se na valorização dos recursos naturais e nas formas de produção e reprodução social das inúmeras famílias que têm nos ecossistemas do bioma espaços de trabalho e de vida.

Essas famílias constituem comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, de origem camponesa e/ou de base familiar que, para fins desta dissertação, serão denominadas como Povos do Cerrado. Denominação que pretende ressaltar, não obstante as características individuais de cada um delas, o fato de possuírem uma relação mais próxima com os ecossistemas do bioma. Elas apresentam racionalidade não estritamente mercantil de utilização dos recursos, características de organização e reprodução social ancoradas na lógica camponesa e formas específicas de utilização dos recursos naturais, em geral mais compatíveis com a sustentabilidade social.

O foco recai sobre os Povos do Cerrado, pois acredita-se que em seus modos de vida residem bases para consolidação e difusão de outras formas de ocupação do bioma mais compatíveis com a preservação ambiental e respeito à diversidade sociocultural. Isto porque esses Povos possuem formas de organização social baseadas nos ecossistemas do bioma, encontrando no uso sustentável dos recursos nativos, a base de existência material e simbólica. Para eles, o Cerrado não é apenas lugar de trabalho, é lugar de vida, hábitat da família, local de envolvimento e pertencimento. Diferencial que, entre outros aspectos, os tornam os atores mais apropriados a assumir o protagonismo do desenvolvimento rural no Cerrado.

As origens desta dissertação são permeadas justamente por este contexto. Entre as inquietações que a motivaram encontra-se a contradição que marca o Cerrado, pois mesmo sendo bioma extremamente rico em biodiversidade, trajetória social e cultural, encontra-se sob forte ameaça de extinção devido à predominância de formas predatória de ocupação,

principalmente a grande produção de *commodities*. Consequentemente, inclui-se no debate corrente acerca da necessidade de reorientar noções de desenvolvimento, a necessidade de abranger ações que sejam ambientalmente sustentáveis e promovam impactos positivos do ponto de vista social, cultural e econômico.

Com isto, e tendo em vista que apesar de toda devastação, a biodiversidade do Cerrado ainda abriga uma variedade de recursos vegetais potencialmente úteis aos seres humanos que são obtidos por meio do extrativismo, chegou-se a seguinte questão de pesquisa: O extrativismo sustentável dos recursos vegetais do Cerrado pode contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias agroextrativistas e para o desenvolvimento rural no Cerrado? Assim, o interesse central deste estudo é relativo à análise do agroextrativismo como uma das formas de produção e ocupação do Cerrado distintas do modelo agropecuário hegemônico que apresentam potencialidades em contribuir para preservação e conservação dos recursos naturais e da cultura e das tradições dos Povos que vivem no Cerrado.

O objetivo desta dissertação é investigar o potencial do extrativismo vegetal para melhorar as condições de vida das famílias agroextrativistas e para o desenvolvimento rural no bioma. A opção em tomar como base as condições de vida está relacionada à situação de precariedade, exclusão social, dificuldades de obtenção de renda e reprodução social que os Povos do Cerrado passaram a enfrentar a partir da hegemonia do desenvolvimento produtivista e da invasão das monoculturas nos territórios do bioma. Os objetivos específicos desta pesquisa são: identificar a importância social e econômica do extrativismo dos recursos vegetais do Cerrado para a melhoria das condições de vida das famílias agroextrativistas; e identificar potencialidades e limitações das atividades extrativistas vegetais em contribuir para o desenvolvimento rural no Cerrado.

Tem-se como ponto de partida a premissa de que o extrativismo configura uma forma de ocupação e aproveitamento dos recursos do Cerrado ambientalmente menos predatória e

socialmente mais justa em contraste com a grande produção monocultora de *commodities*. Isto porque a atividade não requer a derrubada da vegetação nativa nem a extermínio da biodiversidade do bioma; o que implica em baixa interferência nas dinâmicas dos ecossistemas e provoca modificações no ambiente natural em um grau muito menor do que a maioria das outras formas de uso da terra.

Outro pressuposto deste estudo entende a combinação entre extrativismo e cultivos agrícolas diversificados (o agroextrativismo), realizada pelos Povos do Cerrado, como uma alternativa de produção e reprodução social que possibilita sua permanência em espaços rurais do bioma, contribuindo para a valorização cultural, inclusão social, geração e elevação das fontes de renda. Potencialidades que demonstram a aliança possível e necessária entre o desenvolvimento social e econômico, participação política, valorização cultural e sustentabilidade ambiental.

Esta dissertação caracteriza-se como um estudo exploratório de caráter qualitativo. Para consecução dos objetivos, articulou-se abordagens teóricas com informações advindas de levantamento de campo. A análise teórica constituiu em revisão bibliográfica sobre os temas de desenvolvimento e desenvolvimento rural, extrativismo, agroextrativismo e o bioma Cerrado, desenvolvida ao longo dos dois anos de elaboração deste trabalho. A pesquisa de campo foi realizada em fevereiro, junho e julho de 2012 e teve como universo geográfico o Projeto de Assentamento Vale da Esperança.

O Projeto de Assentamento Vale da Esperança foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 15 de julho de 1996, através da desapropriação de 5.614,4 ha de uma antiga fazenda denominada Vale da Esperança. O assentamento está localizado a aproximadamente 150 km de Brasília DF e pertence ao município de Formosa (GO), integrante da microrregião do Entorno do Distrito Federal. Em 2012, ano de realização

da pesquisa de campo, o assentamento completou 16 anos e contava com 176 famílias assentadas.

A escolha do Assentamento Vale da Esperança para a realização da pesquisa de campo desta dissertação tem forte relação com a sua localização no município de Formosa e, mais especificamente, no estado de Goiás. Goiás possui mais de 95% do seu território sob domínio do Cerrado e compôs as áreas de expansão da chamada fronteira agrícola, processo que acentuou a expropriação e exploração dos Povos do Cerrado, o aprofundamento da concentração fundiária e o acirramento dos conflitos agrários na região. O município de Formosa, por sua vez, constitui exemplo do processo de ocupação do Cerrado, durante e após a implantação da Revolução Verde, da disseminação do modelo agrícola industrial e produtivista e dos seus impactos ambientais e sociais.

Além dos aspectos geográficos, que constituem um interessante pano de fundo, a pertinência da escolha do Assentamento Vale da Esperança (para investigar o potencial do extrativismo vegetal) reside também na experiência local com o extrativismo dos frutos do Cerrado. Esta é marcada, principalmente, pela coleta do baru (*Dypterix alata*), pela atuação da Cooperativa Mista do Vale da Esperança (COOPERVAL) e por iniciativas individuais de algumas famílias assentadas. Ainda sobre a experiência local, um ponto que chamou atenção e contribuiu para a escolha desta trajetória em particular, é que o extrativismo do baru, com finalidade comercial, constituiu, por um período, prática corrente e usual para grande parte da comunidade do Assentamento Vale da Esperança, mas que atualmente, por diversos motivos, não é mais tão difundida.

Outro motivo para a escolha do universo geográfico consiste nas características sociais das famílias moradoras do Projeto de Assentamento Vale da Esperança, suas histórias e trajetórias de vida. O Vale da Esperança, enquanto projeto de assentamento de reforma agrária, reflete um movimento de resistência e luta protagonizado pelos Povos do Cerrado na

tentativa de construir outra realidade social. Procura se distanciar da situação devastadora e expropriadora que foram deixados, a partir da expulsão e ocupação de terras, pela produção em sistemas de grandes monoculturas, embasadas no modelo de desenvolvimento hegemônico. A comunidade do assentamento, abrigada na definição de Povos do Cerrado, possui valores e estratégias camponesas, representando uma lógica contrastante e totalmente oposta ao atual modelo.

A partir deste universo geográfico, esta dissertação teve como universo de pesquisa a COOPERVAL e nove famílias agroextrativistas. Estas foram escolhidas a partir de um grupo de vinte e duas famílias que se declararam agroextrativistas em um levantamento realizado no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, em 2012, pelo Instituto Novas Fronteiras da Cooperação (INFC), organização contratada pelo INCRA para prestar serviço de assessoria técnica no assentamento. Como na ocasião da realização da pesquisa, algumas famílias não estavam no assentamento e outras não tinham disponibilidade de colaborar com o estudo (estavam ocupadas com outras atividades), foi possível entrevistar nove famílias do total levantado. A partir da listagem inicial, o primeiro contato resultou na seleção do grupo estudado, contando com a participação de uma liderança local, o Sr. Geraldo Brito, que ajudou na localização dos endereços e foi responsável por apresentar a pesquisadora às famílias agroextrativistas.

Deste modo, a pesquisa de campo foi norteadada por dois eixos centrais de análise: a) o extrativismo do ponto de vista das famílias agroextrativistas e, b) o mesmo sob a perspectiva da experiência da COOPERVAL. A coleta dos dados ocorreu através de entrevistas em profundidade e entrevistas semi-estruturadas, além da observação. A observação foi utilizada como instrumento de coleta de dados, pois, conforme destaca Marconi e Lakatos (2010), constitui um elemento básico de investigação científica utilizado na pesquisa de campo, sendo

componente fundamental que ajuda a entender objetivos e práticas sobre os quais as pessoas não têm consciência, mas que orientam seu comportamento e modos de vida.

O processo de observação teve início logo na primeira visita, de caráter exploratório, ao universo geográfico, realizada em fevereiro de 2012, ocasião em que a pesquisadora teve oportunidade de assistir a uma oficina de problematização, realizada pelo INFC, com famílias residentes no Projeto de Assentamento Vale da Esperança. Além de elemento imprescindível, utilizou-se a observação, pois ela constitui base de toda pesquisa social, conjuga-se facilmente a outras técnicas de coleta de dados e pode ser utilizada em qualquer trabalho científico (MARCONI e LAKATOS, 2010).

O outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista. Este caracteriza-se por uma conversa a dois na qual o objetivo principal é a obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema. A utilização deste instrumento se fez pertinente porque, conforme aponta Marconi e Lakatos (2010), a obtenção de informações através da fala individual permite a revelação e apreensão de sistemas de valores, condições sociais, normas e símbolos, possibilitando ao pesquisador apreender informações mais precisas, registrar ações e avaliar atitudes; além de conduzir a maior interação e proximidade entre pesquisador e entrevistado, ao viabilizar a interação face a face entre eles (MARCONI e LAKATOS, 2010).

Entre as técnicas da entrevista, utilizou-se a entrevista semi-estruturada e a entrevista em profundidade. A entrevista semi-estruturada consiste na combinação do conteúdo de pesquisa em diferentes formas de questões (abertas e fechadas), onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (FLICK, 2004). Este instrumento de pesquisa foi utilizado com as nove famílias agroextrativistas e com dois associados à COOPerval. Sua pertinência se deve ao fato de caracterizar-se por um roteiro flexível, previamente elaborado, que permite que o pesquisador

lide, de forma mais explícita, com as pressuposições que traz à entrevista em relação aos aspectos dos entrevistados. Outra vantagem é que, em contraposição a entrevistas padronizadas ou questionários que podem restringir o momento, a sequência ou o modo de lidar com os tópicos e obscurecer ao invés de esclarecer, as entrevistas semi-estruturadas permitem que pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam melhor expressos (FLICK, 2004).

A entrevista em profundidade foi realizada junto a presidente da COOPerval. Este instrumento consiste, basicamente, em uma conversação guiada através da qual é possível obter do sujeito entrevistado informações sobre a situação em estudo, conhecer sua opinião e aspectos que considera mais relevantes. Difere-se da entrevista semi-estruturada por conter apenas proposições abertas, onde um tema é introduzido e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o mesmo. Esta técnica se mostrou adequada por constituir em uma estratégia ainda mais flexível, através da qual é possível explorar mais amplamente uma questão, possibilitando que o pesquisador desenvolva cada situação em qualquer direção que considere adequada. Tem principalmente finalidade exploratória e é indicada para situações semelhantes a esta pesquisa, em que o pesquisador não deseja impor a sua visão de realidade e quando não se conhece bem a população que será entrevistada (RICHARDSON, 1985; MARCONI e LAKATOS, 2010).

Para a interpretação e compreensão dos dados obtidos na pesquisa de campo, foi utilizada a ferramenta de análise de conteúdo. A análise de conteúdo tem como ponto de partida o reconhecimento de que a escolha dos termos utilizados, sua frequência e seu modo de disposição, a construção do discurso e o seu desenvolvimento, são fontes de informação a partir das quais é possível construir um conhecimento (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008). Segundo Richardson (1985), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição

do conteúdo, indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Considera-se a análise de conteúdo uma ferramenta pertinente porque oferece a possibilidade, de tratar de forma metódica, informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008), conforme caracterizam os dados desta dissertação.

Além da introdução, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro ressalta a importância e o valor intrínseco do bioma Cerrado, apresentando suas principais características ecológicas, ambientais e sociais e uma breve história de ocupação humana nas áreas cobertas pelo bioma. O segundo discute o processo de modernização da agricultura brasileira, a concepção de desenvolvimento rural da época e os seus impactos sobre os ecossistemas do Cerrado e sobre os Povos que têm no bioma a base de sua reprodução material e social.

O terceiro capítulo discute o papel do extrativismo no contexto do desenvolvimento rural no Cerrado. Para isso, aborda a emergência dos debates que buscam repensar o desenvolvimento e apresenta o enfoque do desenvolvimento rural, que norteou esta dissertação. O quarto analisa possíveis contribuições do extrativismo dos recursos vegetais do Cerrado para o desenvolvimento rural, relacionando discussões teóricas dos três capítulos anteriores com a experiência do agroextrativismo no Projeto de Assentamento Vale da Esperança. Por último, são apresentadas as considerações finais desta dissertação.

CAPÍTULO I

O BIOMA CERRADO E SUA OCUPAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em extensão, sua área contínua abrange quase 24% do território brasileiro e está presente em doze estados brasileiros e no Distrito Federal. O Cerrado é conhecido também como bioma de contato, pois estabelece fronteira com outros quatro biomas do país¹, sendo que nenhum outro bioma sul-americano possui esta diversidade de contatos biogeográficos. Quando considerada sua área central e as áreas de transição de Cerrado para os domínios de outros biomas, a área total de incidência atinge aproximadamente 3 milhões de km², representando 37% da superfície brasileira. Além da magnitude territorial, o Cerrado destaca-se por sua heterogeneidade, apresentando em seu domínio uma diversidade de solos, climas e biotas, com vários tipos de paisagens e vegetações, cuja fisionomias englobam formações savânicas, florestais e campestres (SILVA, 2009a).

O bioma Cerrado é de grande importância para o equilíbrio ecológico global. No seu espaço geográfico são captadas e distribuídas águas que vão alimentar oito regiões hidrográficas brasileiras e trecho de três bacias sul-americanas². Corresponde a uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, sendo que sua flora nativa é considerada a mais diversificada dentre as savanas tropicais do mundo e apresenta elevado grau de endemismo. Esta possui ainda grande potencial de fixação e absorção dos estoques de carbono atmosférico, contribuindo também para a manutenção do equilíbrio das trocas climáticas e redução do efeito estufa (SILVA e SANTOS, 2005).

¹ Amazônia, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica.

² Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Oriental, Parnaíba, São Francisco, Atlântico Leste, Paraná e Paraguai (LIMA e SILVA, 2007).

Além das características ecológicas, o Cerrado destaca-se por sua riqueza social e cultural. Seus ecossistemas constituem espaço de vida, produção e reprodução social para uma variedade de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, de origem camponesa, de base familiar que encontram a base de existência material e simbólica no uso sustentável de seus recursos. Estas possuem formas de organização social baseadas nos ecossistemas do bioma e a valorização dos seus modos de vida constitui estratégia indispensável para frear a degradação ambiental que vem se instalando sobre o Cerrado.

Isto porque, a despeito de sua relevância social e ambiental, ainda recai sobre o Cerrado uma lógica depreciativa e de desvalorização, sobretudo, em relação a outros biomas, considerados mais importantes. A área de abrangência do Cerrado, ainda hoje, é visto por grande parte da sociedade brasileira como um espaço desprovido de valor, que só tem relevância para a produção de *commodities* agropecuária destinadas à exportação (SILVA, 2009a). Desta forma, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana e um dos que estão mais ameaçados em termos de perda de cobertura vegetal, com aproximadamente metade da sua área original transformada em pastagens plantadas (MMA, 2011).

O atual quadro de devastação instalado sobre o bioma está, em larga medida, relacionado à ocupação em massa do seu espaço geográfico e à consolidação do modelo agropecuário produtivista que se tornou hegemônico a partir do processo conhecido como modernização da agricultura. A lógica de ocupação vigente no Cerrado quando nele imperavam os seus Povos, e com eles uma maneira mais racional e menos predatória de utilização dos recursos, não provoca alterações bruscas nos ecossistemas, e eles continuavam apresentando sistemas ecológicos complexos e rica biodiversidade (SILVA, 2009b).

Este capítulo tem a intenção de, ao caracterizar o bioma Cerrado no que se refere à sua relevância ambiental, social e econômica, chamar atenção para o fato de que é preciso

repensar a forma de ocupação que atualmente vem sendo priorizada no Cerrado e buscar formas de utilização dos seus recursos naturais mais racionais e menos predatórias. Estas devem ser diferentes da lógica hegemônica, capazes de conciliar a utilização dos recursos com a preservação e conservação da biodiversidade, garantindo assim a manutenção da riqueza biológica do Cerrado e assegurando a base de sobrevivência física e cultural das inúmeras comunidades que têm nele espaço de vida e de trabalho.

1.1 CERRADO: CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Brasil possui seis biomas continentais em seu território: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. O bioma Cerrado corresponde à cobertura vegetal onde predomina formações com fitofisionomias savânicas, localizando-se na porção central do país. Trata-se de região tropical dominada por amplos planaltos, cujos solos são profundos e bem drenados. O clima dominante é tropical-quente-subúmido, com distribuição temporal de chuvas fortemente sazonal (DIAS, 1992a).

A palavra “cerrado” tem origem espanhola e significa “fechado” (ALHO e MARTINS, 1995). A atribuição deste termo ao bioma deve-se, provavelmente, às características de sua vegetação enrascada em alguns trechos, que torna “cerrado” os caminhos de quem nele adentra (NOGUEIRA, 2009). De modo geral, o termo “cerrado” é utilizado para fazer referência a três acepções distintas, sendo a primeira, e mais abrangente, a escrita com a inicial maiúscula (“Cerrado”), faz referência ao bioma, ou à área geográfica coincidente com ele. A segunda acepção, cerrado em sentido amplo (*latu sensu*), faz referência apenas a um tipo de vegetação definido pela composição florística e pela fisionomia, reunindo as formações florestais, savânicas e campestres do bioma, desde o cerradão até o campo limpo. A terceira acepção do termo (*sensu stricto*) designa a forma de

vegetação que predomina na formação savânica, definida pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas (RIBEIRO e DIAS, 2007).

Nesta dissertação, o termo “cerrado” será utilizado com as mesmas acepções apresentadas por Ribeiro e Dias (2007). Adota-se “Cerrado”, com letra maiúscula, para indicar o bioma ou a sua área de abrangência, e “cerrado(s)”, com letra minúscula, para indicar a fitofisionomia específica que abriga as formações florestais, savânicas e campestres, ou ainda para designar a formação vegetal específica que predomina nas áreas savânicas do bioma.

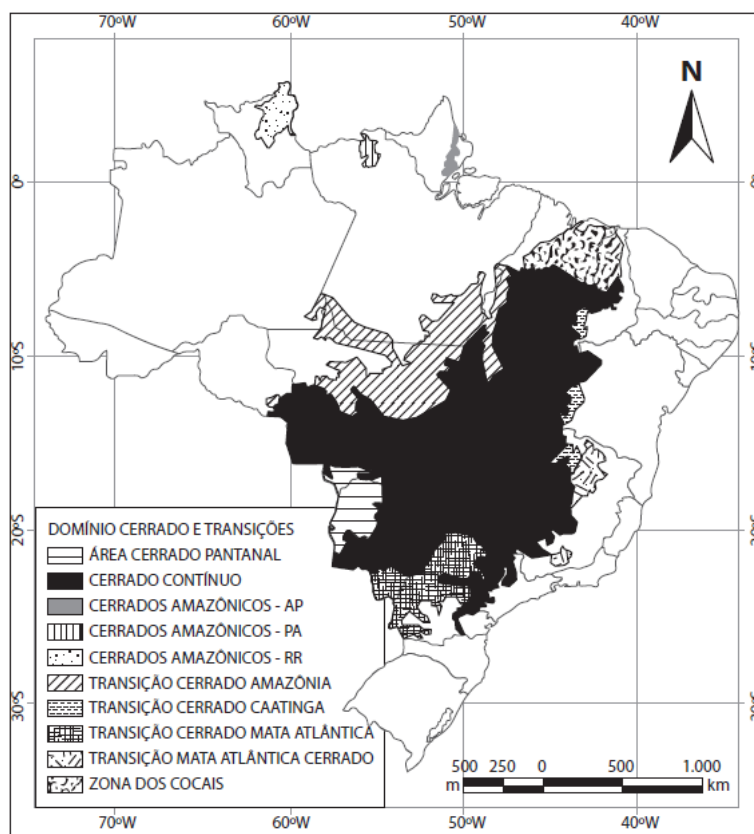
O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil em área, superado apenas pela Floresta Amazônica. Sua área principal³, também denominada Cerrado contínuo, se estende por aproximadamente 2 milhões de km² do território nacional (Mapa 1). O que representa quase 24% da área total do país e abrange doze estados da federação mais o Distrito Federal. Os estados de Goiás (com 96,65% do seu território no interior do Cerrado), Tocantins (75,6%), Mato Grosso do Sul (59,3%) e o Distrito Federal (100%) possuem a totalidade ou a maior parte de seus territórios dentro do Cerrado contínuo. Nos estados do Mato Grosso (48,3%), Minas Gerais (46,7%), Maranhão (42,1%), Piauí (38,6%), São Paulo (30,6%), Bahia (21,4%), mesmo não sendo majoritário, o percentual relativo à área do Cerrado contínuo é bastante significativo. Há, por fim, os estados de Rondônia (6,7%), Paraná (2,7%), e Pará (0,1%) que abrigam pequenas porções da área principal de Cerrado (SILVA, 2009a).

Conforme apresenta a Mapa 1, o Cerrado não é constituído apenas de áreas contínuas. Em virtude de sua posição central (não apenas em relação ao território brasileiro, mas a América do Sul), estabelece contato com todos os maiores biomas de terras baixas da

³ Segundo Ab'Saber (2008), a área principal de um bioma, também denominada área core ou área nuclear, corresponde à área mais típica e contínua do bioma onde as condições fisiográficas e biográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo.

América do Sul, de onde resultam áreas de transição⁴. Ao norte faz fronteira com a Floresta Amazônica, a leste e a sudeste com a Mata Atlântica, a nordeste com a Caatinga e a sudoeste com Pantanal. Nenhum outro bioma sul-americano possui esta diversidade de contatos biogeográficos com biomas tão distintos (SILVA e SANTOS, 2005). Assim, quando considerados as áreas de transição e os fragmentos isolados (enclaves) de Cerrado na Amazônia (AP, RR, AM e PA), a área total de incidência do bioma atinge aproximadamente 3 milhões de km², o que representa 37% da superfície brasileira (SILVA, 2009a).

Mapa 1 - Domínio do Cerrado e suas áreas de transição



Fonte: Silva (2009a, p. 34).

Do ponto de vista de seu enquadramento em outras paisagens do planeta, o Cerrado é conhecido como a “savana brasileira”. Isto porque seu complexo vegetacional possui semelhanças ecológicas e fisionômicas com outras savanas do norte da América do Sul, do

⁴ As áreas de transição representam aquelas regiões onde há uma mistura de elementos florísticos entre duas regiões adjacentes. Esta situação se deve, em parte, aos processos históricos de contração e expansão dos ecossistemas brasileiros, ocorridos em virtude das mudanças climáticas do passado (MACHADO *et. al.* 2004)

centro da África, litoral da Índia e norte da Austrália. No entanto, o Cerrado brasileiro possui condição geocológica específica, que o torna uma savana única no planeta (RIBEIRO, 2002). Isto é, o Cerrado exibe uma grande diversidade de solos e climas que se refletem em uma grande e ainda desconhecida heterogeneidade de biotas (fauna e flora) e, conseqüentemente, em vários tipos de paisagens e vegetações (DIAS, 1992a). Trata-se de uma região altamente heterogênea, cuja vegetação apresenta fisionomias que englobam não apenas as formações savânicas, mas também formações florestais e campestres (RIBEIRO e WALTER, 2001), conforme se pode depreender a partir da Figura 1.

Figura 1 – Fitofisionomias do bioma Cerrado



Fonte: Ribeiro e Walter (2001).

As formações florestais do Cerrado englobam o tipo de vegetação onde predominam espécies arbóreas e há formação de dossel⁵, contínuo ou descontínuo. Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão são fisionomias florestais do Cerrado. As formações savânicas do bioma são áreas com árvores e arbustos espalhados sobre um estrato graminoso, sem a formação de dossel contínuo. Estas englobam quatro tipos fisionômicos principais: Cerrado sentido restrito, Parque Cerrado, Palmeiral e Vereda. As formações campestres caracterizam-

⁵ Cobertura superior das formações florestais resultante da sobreposição dos galhos e folhas das árvores (RIBEIRO e DIAS, 2007).

se pelo predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas, faltando árvores na paisagem. Campo sujo, Campo rupestre e Campo limpo são os três tipos fisionômicos principais que ocorrem neste tipo de formação (RIBEIRO e DIAS, 2007).

Dias (1992a) organizou as diferentes formações/ecossistemas presentes no interior do Cerrado contínuo a partir de grandes unidades de paisagens. Assim, segundo este autor, cerca de dois terços da região estavam cobertos primitivamente por savanas estacionais em solos bem drenados (os cerrados), quase um quarto eram cobertos por florestas de diferentes tipos (matas mesofíticas de galaria e de interflúvio, cerradões e carrascos), cerca de 10% estavam ocupados por savanas estacionais com fortes restrições hídricas (campos rupestres e litólicos, e compôs úmidos e pantanais), restando 2,5% para os brejos permanentes (veredas). Predominavam, portanto, as formações abertas savânicas, o que enquadra a região entre as savanas tropicais do mundo (DIAS, 1992a).

O tipo de cobertura vegetal que ocorre em cada local depende de diversos fatores e pode variar de área para área. Os dois fatores apontados como mais importantes são a disponibilidade de água (resultante do total anual e estacionalidade das chuvas e da capacidade de retenção de água do solo) e a disponibilidade de nutrientes presentes no solo (resultante da fertilidade natural do solo e da ciclagem de nutrientes pela atividade biológica e das queimadas) (DIAS, 1992a).

Dada as particularidades do Cerrado como escala continental, diversidade de solos, de climas, de tipologias vegetais, importante variação latitudinal e altitudinal, grande variação na precipitação anual e na duração da seca, entre outras, não é nenhuma surpresa constatar que existem importantes diferenças regionais no domínio do seu território. O que permite afirmar que não existe um único e homogêneo Cerrado, mas muitos e distintos cerrados, espaços semelhantes, mas ao mesmo tempo dotados de especificidades (DIAS, 1992a).

Neste estudo, a análise recai sobre a porção de Cerrado localizada no estado de Goiás, mais especificamente o extrato vegetacional que circunda o município de Formosa (GO). Um retrato do Cerrado único e insubstituível em que, assim como as demais porções vegetais que compõem este bioma, comunidades rurais encontram na sua rica biodiversidade opções de alimentos nutritivos, além de oportunidades de emprego e renda. Um modo de vida específico, mas que, atualmente, encontra-se ameaçado por formas predatórias e devastadoras de exploração dos recursos naturais.

1.2 RELEVÂNCIA AMBIENTAL SOCIAL E ECONÔMICA

Devido a sua vasta extensão territorial, posição geográfica central, heterogeneidade espacial e por ser cortado pelas três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o Cerrado caracteriza-se como uma das regiões de maior biodiversidade do planeta. Esta manifesta-se não apenas na variedade de espécies presente no bioma, mas apoia-se em três níveis de diversidade biológica: diversidade de espécies (variedade de tipos de organismos vivos), diversidade genética (diversas variedades subespecíficas ou genéticas das formas de vida) e diversidade ecossistêmica (variabilidade de habitats, comunidades bióticas, e processos ecológicos intrínsecos a cada ecossistema). A existência de tamanha riqueza biológica indica o grau de relevância do bioma, pois, quanto mais rica a biodiversidade, maior será o número de genes, espécies e ecossistemas que têm, ou podem ter valor à sociedade em termos ambientais, sociais, econômicos e políticos (ALHO e MARTINS, 1995).

O Cerrado é uma região de grande importância biológica, cujas implicações se estendem a nível local e global, através da prestação de serviços ambientais que contribuem para a manutenção do equilíbrio ecológico de todo o planeta Terra. Na perspectiva de Sawyer (2007), os principais argumentos em favor da relevância ambiental do rico patrimônio de

recursos naturais renováveis presentes no Cerrado podem ser resumidos na fórmula “ABC”, ou seja, água, biodiversidade e clima (SAWYER, 2007).

No tocante a água, o Cerrado desempenha a função de caixa d’água brasileira. Isto porque, além de abrigar parte do aquífero Guarani (um dos maiores reservatórios de águas subterrâneas do mundo), os principais rios brasileiros, que fluem de norte para o sul, sul para norte e oeste para leste, nascem e crescem no Cerrado. Apenas o Solimões e alguns afluentes do Amazonas nascem depois, já nas fronteiras da Bolívia, do Peru e da Colômbia (SAWYER, 2007). O Quadro 1 lista os rios que recebem contribuição hídrica de áreas do Cerrado e suas respectivas regiões hidrográficas.

Quadro 1 – Principais rios que recebem contribuição de áreas de Cerrado nas grandes regiões hidrográficas brasileiras

Região Hidrográfica	Rios que recebem contribuições do Cerrado
Amazônica	Xingu, Madeira e Trombetas
Tocantins-Araguaia	Araguaia e Tocantins
Atlântico Nordeste Oriental	Itapecuru
Parnaíba	Parnaíba, Poti e Longá
São Francisco	São Francisco, Pará, Paraopeba, das Velhas, Jequitaiá, Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande
Atlântico Leste	Pardo e Jequitinhonha
Paraná	Parnaíba, Grande, Sucuriú, Verde, e Pardo
Paraguai	Cuiabá, São Lourenço, Taquari, Aquidauana

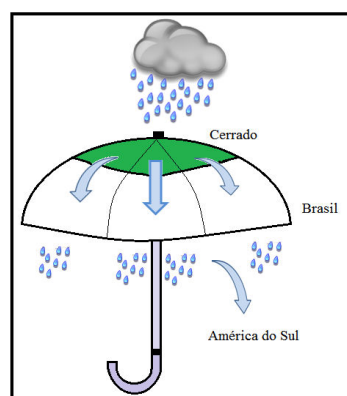
Fonte: Lima e Silva (2007, p. 36).

Como demonstra o Quadro 1, oito bacias hidrográficas brasileiras (dentre as doze grandes bacias) são alimentadas por águas captadas e distribuídas a partir do espaço geográfico ocupado pelo Cerrado. Tal função assemelha-se a um “efeito guarda-chuva” (Figura 2), no qual a região dá origem a grandes bacias hidrográficas e distribui seus recursos hídricos primeiro para o Brasil, depois para a América do Sul (LIMA e SILVA, 2007).

Este papel fundamental no processo de distribuição dos recursos hídricos pelo país é desempenhado primordialmente pelas chapadas (os cerrados) presentes no bioma. Estas ocupam 80% da área de Cerrado contínuo, apresentam topografia plana ou suave-ondulada e

possuem latossolos profundos, bem drenados e geologicamente antigos. Características que fazem com que essas superfícies sedimentares funcionem como gigantescas esponjas que retêm temporariamente as águas das chuvas que se infiltram nos solos, liberando-as lentamente durante os meses secos para nascentes dos riachos e veredas e para abastecer áreas subterrâneas (DIAS, 1992a; SILVA, 2009a).

Figura 2 – Papel do Cerrado na distribuição dos recursos hídricos pelo Brasil



Fonte: Lima e Silva (2007).

A importância que a região do Cerrado possui na dispersão hídrica nacional fica mais evidente quando considerada a desigual distribuição espaço-temporal dos recursos hídricos pelo Brasil. 73% da disponibilidade hídrica nacional está concentrada somente na bacia Amazônica, região onde atualmente há baixa densidade demográfica (abriga hoje somente 5% população brasileira). Assim, somente 27% dos recursos hídricos nacionais estão disponíveis para 95% da população brasileira que habita os demais biomas. Então, ao se excluir da análise a bacia Amazônica, 43% da disponibilidade hídrica do país provém do Cerrado. Destes, a maior contribuição hídrica recai sobre as bacias do Tocantins, do São Francisco e do Paraguai, regiões onde a concentração populacional e a demanda por recursos hídricos são bastante significativas (LIMA e SILVA, 2005).

Outro ponto que reforça a relevância hídrica do bioma, segundo Silva (2009a), é que o Cerrado possui fisiologia e ecologia próprias, que tornam sua vegetação nativa econômica em

água. As principais características fisionômicas são: a) produção de baixa quantidade de biomassa (entre 10 e 40 toneladas por hectare), que lhe possibilita reter menos água do que as formações florestais (a Floresta Amazônica, por exemplo, produz entre 350 e 550 toneladas de biomassa por hectare); b) espécies vegetais nativas possuem cascas grossas e folhas coriáceas que diminui a necessidade de transpiração (a taxa de transpiração é de 2,6mm/dia no período das águas e 1,5mm/dia na seca, enquanto a de culturas como a soja é de 8,4mm e do eucalipto de 6,0mm); c) sistema radicular possui capacidade hídrica e de nutrientes superior a das formações florestais, o que lhe confere maior capacidade de rebrota após possíveis perturbações, como, por exemplo, o fogo (SILVA, 2009a).

As águas que têm sua origem no Cerrado são essenciais no abastecimento para consumo humano, agropecuária, indústria, transporte e para a matriz energética brasileira (80% de origem hídrica). Estima-se que mais de 60% da população do Brasil depende de energia elétrica gerada, ao menos em parte com águas provenientes do Cerrado (SAWYER, 2000). Como a população entende mais de água (vital para todos, diferente da biodiversidade, um conceito abstrato que tem aparentemente pouco a ver com benefícios diretos), a água pode ser utilizada como boa estratégia de mobilização social para sensibilizar a opinião pública sobre os problemas ambientais do Cerrado (SAWYER, 2007).

Além da relevância hídrica, o mosaico heterogêneo de paisagens do Cerrado corresponde a uma das regiões de maior biodiversidade do planeta. Segundo Dias (1992a), o Cerrado abrigava aproximadamente 1/3 da fauna e da flora brasileira, o que correspondia a cerca de 5% da fauna e flora mundial. A flora do bioma é considerada a mais diversificada dentre as savanas tropicais do mundo (KLINK e MACHADO, 2005), pois são quase doze mil espécies vegetais entre plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas e cipós, das quais 44% são endêmicas (exclusivas). O bioma também possui alta diversidade faunística, sendo que já são conhecidas pelo menos 215 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves (3,4% endêmicas),

1.200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis (20% endêmicas) e 150 espécies de anfíbios (30% endêmicas)⁶ (RODRIGUES, 2005; DIAS, 2007), constituindo um cenário bastante propício para o exercício de atividades extrativistas.

As taxas de endemismo podem variar em virtude do nível de conhecimento taxonômico, da unidade escolhida para a realização do estudo e da qualidade da cobertura geográfica da área estudada. Mas, de modo geral, pode-se afirmar que o grau de endemismo das espécies do Cerrado é significativo, especialmente para as espécies vegetais e para as comunidades de répteis e anfíbios. A presença de espécies endêmicas demonstra que, ao contrário do que se assumiu por algum tempo, o Cerrado possui fauna e flora únicas, distintas daquelas que ocorrem em qualquer outro bioma, que são essenciais para o equilíbrio ecológico e que, como tais, precisam ser preservadas (RODRIGUES, 2005).

Dada a grandeza da biodiversidade do Cerrado, não é de se estranhar a amplitude das possibilidades de utilização e aproveitamento pelos seres humanos. No que diz respeito apenas à diversidade vegetal, as quase doze mil espécies de plantas presentes no Cerrado ofertam uma vasta gama de recursos que pode ser usada com finalidades que vão desde o autoconsumo até a transformação em produtos mais elaborados para comercialização. Como exemplo deste amplo leque de uso sustentável compatível com os desafios da preservação ambiental do bioma destaca-se a produção de alimentos, condimentos, corantes, aromatizantes, medicamentos, óleos, tecidos, forragens, artesanatos, móveis e utensílios, produtos artesanais, entre outros (ALHO e MARTINS, 1995).

Como a grande maioria das espécies vegetais nativas ainda não foi domesticada, a utilização dos recursos ocorre por meio do extrativismo. Mas, um aspecto diferencial é que, conforme denomina Ribeiro *et al.* (2008), muitas dessas espécies são de uso múltiplo, ou seja, ao longo do seu ciclo de vida, permitem mais de um tipo de utilização. Uma árvore de baru

⁶ É importante destacar que os valores apresentados não passam de uma estimativa conservadora, pois, ainda hoje, pouco se conhece a respeito da ampla biodiversidade do Cerrado.

(*Dypterix alata*) (Figura 3), por exemplo, aos 60 anos, oferecerá toras de madeira de lei para serraria. Mas, desde os 5 anos de idade, produz frutos, cuja polpa alimenta o gado na seca e a semente constitui amêndoa de excelente qualidade nutritiva e energética na alimentação humana (RIBEIRO *et al.*, 2008). Outro exemplo é a copaibeira (*Copaifera langsdorffii*) que, dada a sua exuberância, pode ser recomendada para paisagismo; sua madeira pode ser utilizada na marcenaria e construção civil; de sua casca, pode-se retirar um corante amarelo para a tinturaria. Quando perfurado, o tronco fornece um óleo que pode ser utilizado como matéria-prima para fabricação de vernizes, perfumes, tintas e que tem ainda utilização medicinal como bactericida e anti-inflamatório (PEREIRA, 1992; RIBEIRO *et al.*, 2008).

Figura 3 – Baru (*Dypterix alata*)



Fonte: adaptado de ISPN (2010).

Essas múltiplas possibilidades de utilização são difundidas entre comunidades que habitam o Cerrado desde longo tempo, mas, só recentemente despertaram o interesse da pesquisa acadêmica. Porém, o conhecimento disponível ainda não é suficiente, sobretudo, no

que se refere à biologia, ecologia, reprodução, potencial de utilização das plantas e demais aspectos necessários à conservação e uso em maior escala dessas espécies vegetais. Os estudos e pesquisas têm se concentrado principalmente nos usos potenciais dos recursos do Cerrado, especialmente no que se refere à sua importância alimentar e potencial econômico, existindo ainda inúmeras lacunas que carecem de investigação (PEREIRA, 1992).

Desta forma, apesar dos avanços recentes, as informações sobre a biodiversidade do Cerrado permanecem incipientes, imensas áreas não foram sequer inventariadas ou, se foram, o levantamento é superficial; faltam estudos mais detalhados, baseados em inventários representativos, que possibilitem uma visão comparativa e uma definição mais precisa das principais áreas de endemismo; ainda não se dispõe de modelos de diferenciação adequados para explicar, ao menos em parte, a história complexa da fauna e flora (RODRIGUES, 2005).

Esta falta de conhecimento (básico), na visão de Rodrigues (2005), além de subestimar a biodiversidade presente no bioma, impede a delimitação mais precisa das áreas potenciais de conservação, também dificulta a implementação de políticas públicas voltadas à conservação e à educação ambiental do Cerrado e, conseqüentemente, não tem conseguido frear a substituição das poucas paisagens naturais que ainda restam por outros tipos de uso (RODRIGUES, 2005).

Faz-se necessário, portanto, consolidar e divulgar conhecimentos sobre a composição, estrutura, dinâmica e funcionamento dos ecossistemas de Cerrado, e como se comportam diante de fatores impactantes. Assim, à medida que a pesquisa se amplia, a diversidade biológica se torna mais conhecida e, conseqüentemente, mais valorizada e essa expansão do conhecimento torna possível manejar o Cerrado enquanto Cerrado e não apenas como solo a ser incorporado para a pecuária ou para a produção de grãos para exportação. Isso é fundamental tanto para preservar seu rico patrimônio genético quanto para viabilizar uma exploração racional e sustentada de seus recursos naturais (DIAS, 1992a; 2007).

A vegetação do Cerrado apresenta grande potencial de fixação e absorção dos estoques de carbono atmosférico, o que delega ao bioma um papel muito importante do ponto de vista da manutenção do equilíbrio das trocas climáticas e redução do efeito estufa. Estima-se que o potencial total de retirada de carbono da atmosfera pela sua vegetação seja por volta de 400 milhões de toneladas por ano e sua capacidade de armazenamento (sequestro de carbono) seja de 2t C/ha/ano, número superior ao armazenamento estimado, por exemplo, para a Floresta Amazônica (CARVALHO, 2007).

Sawyer (2000) alerta que, no Brasil, de modo geral, quem pensa em sequestro de carbono refere-se quase sempre à plantação de eucalipto ou cana-de-açúcar. Mas, por meio da conservação de formações vegetais do Cerrado e através do controle do fogo (para favorecer a regeneração das espécies lenhosas), seria possível sequestrar bilhões de toneladas de carbono a custos reduzidos e ainda gerar benefícios sociais. O autor acrescenta também que este processo natural levanta possibilidades de obtenção de créditos internacionais dos países desenvolvidos, que encontram dificuldade para diminuir suas emissões, através de mecanismos de desenvolvimento limpo (SAWYER, 2000).

Vale destacar ainda que, no âmbito da relevância ambiental do bioma Cerrado, existe uma interdependência ecológica entre água, biodiversidade e carbono (fórmula “ABC” apresentada), bem como entre os demais aspectos ecológicos presentes em seus ecossistemas. A água depende da cobertura vegetal, ou seja, da flora, cuja reprodução, por sua vez, depende da fauna para polinizar flores e dispersar sementes e esporos. A flora e a fauna dependem das chuvas e dos fluxos das veredas, córregos e rios. Retirando-se qualquer um dos elos, rompe-se a cadeia vital e o ecossistema todo pode entrar em colapso. Esta interdependência não se restringe apenas ao nível do bioma, pois, caso os ecossistemas centrais do Brasil entrem em colapso, afetará também os outros ecossistemas (SAWYER, 2007).

Ressalta-se que, ao se considerar apenas os aspectos ambientais, o Cerrado já deve ser encarado como um bioma de grande riqueza biológica, cuja manutenção do equilíbrio é importante não só para o Brasil, mas para o planeta como um todo. Aspectos materializados nas características acima mencionadas, como extensão continental; heterogeneidade vegetal; função hidrológica nacional e no continente sul-americano; ampla diversidade biológica; potencial para geração de estoques de carbono, entre outras.

Entretanto, o Cerrado não é importante apenas em termos ambientais. Grande relevância deve ser atribuída a este bioma em virtude da diversidade social e cultural existente em seu território. Neste aspecto, especial atenção é dispensada ao sem-número de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, dentre outras que, a despeito das precárias condições de conservação ambiental que apresenta atualmente o bioma, permanecem habitando o mesmo e têm, no uso de seus recursos naturais, a base de existência cultural e material (LOBO e SAWYER, 2010).

Entre esses habitantes encontram-se comunidades remanescentes de indígenas e quilombolas. Segundo informações do Ministério de Meio Ambiente (MMA), existem cerca de 93 territórios indígenas concentrados principalmente nos estados do Maranhão e Mato Grosso, e distribuídos em aproximadamente 11 milhões de hectares cobertos pelo Cerrado. E ainda centenas de comunidades remanescentes de quilombos, como o Kalunga no nordeste de Goiás, e o Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento no MT (MMA, 2007).

Há também várias comunidades de origem camponesa⁷ que, ao longo da história de convivência com o Cerrado, desenvolveram estratégias próprias de adaptação às diversas paisagens naturais do bioma. Estas possuem particularidades locais e identidades distintas, bem como suas respectivas denominações, em geral, relacionadas aos ecossistemas que

⁷ A ocupação não indígena das regiões de Cerrado remonta aos bandeirantes ainda no tempo da colonização brasileira que estavam em busca de ouro e metais preciosos.

habitam. Essas denominações são geraizeiros (especialmente no Norte de Minas); retireiros (áreas alagadas do Araguaia MT); pantaneiros (MT e MS); quebradeiras de coco e babaçueiras (zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia); barranqueiros e vazanteiros das beiras e ilhas (São Francisco, em MG); entre outras denominações mais gerais como, varjeiros e ribeirinhos (SILVA, 2005; 2009a).

Além da existência dessas comunidades camponesas, indígenas e remanescentes de quilombos, o Cerrado abriga também uma variedade de outras comunidades que, de modo geral, podem ser denominadas, por nomenclatura mais recente, como agricultores familiares. Entre estas encontram-se assentados de reforma agrária; pequenos produtores rurais e agricultores de base familiar. Soma-se a este grupo também famílias que viveram e trabalharam no campo, mas que por diversos motivos passaram a residir nas cidades e que estão retomando suas origens (SAWYER, 2007).

Essa diversidade, apesar de composta por comunidades que apresentam particularidades e características específicas de organização social, possui afinidades. Entre as principais semelhanças destaca-se o fato de possuírem modos de vida diferenciados da ideologia desenvolvimentista hegemônica, baseados em outras matrizes de racionalidade, em outros sistemas cognitivos. Partilham também valores e estratégias comuns como lógica não estritamente mercantil de tratar o espaço natural do Cerrado; autossuficiência e autonomia; valor de uso e a produção em pequena escala; pouca disponibilidade de capital e redução de risco; conhecimento integrado e não-fragmentado; trabalho e gestão familiar e potencialização dos recursos internos e locais (SILVA, 2009a).

Entre as principais semelhanças, outro ponto de confluência é a ênfase na diversificação, a busca por melhores condições de vida e a maior proximidade que estabelecem com as paisagens do Cerrado, o que resulta em uma forma específica de utilização dos recursos naturais do bioma. Para essas comunidades, o Cerrado não é apenas

lugar de trabalho, é lugar de vida, hábitat da família, local de envolvimento e pertencimento. Esta relação mais próxima com os ecossistemas do bioma faz com que, em geral, suas estratégias de produção e reprodução social estejam enraizadas nos ecossistemas do bioma e provoquem alterações ambientais em grau muito menor que a produção em grandes monoculturas ou a pecuária extensiva (SILVA, 2005; CARVALHO e SAWYER, 2009).

Assim, para fins desta dissertação, as comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, camponesas, agricultores familiares que habitam o Cerrado e compõem a sua riquíssima sociobiodiversidade serão todas denominadas como Povos do Cerrado⁸. E neste sentido, serão considerados não apenas famílias que nasceram e viveram nas áreas deste bioma, mas também grupos de famílias que mesmo originárias de outros ecossistemas, passaram a viver no local e se reconhecem como tal.

Apesar das características particulares de cada um desses Povos, a opção por abrigar na mesma terminologia todos esses grupos sociais pretende primeiramente ressaltar suas semelhanças, sobretudo as que se relacionam ao maior envolvimento que eles possuem com o bioma Cerrado e com a forma menos predatória que utilizam os recursos nativos; assim, pretende-se ressaltar o antagonismo entre eles e o modelo de produção agropecuário industrial e de cunho extremamente produtivista que provoca degradação ambiental e desigualdade social. Outro motivo diz respeito à intenção de contribuir para que essas comunidades se identifiquem e passem a reconhecer o valor e a importância de serem adotadas estratégias de produção e reprodução social distintas do modelo hegemônico. Consolidando, dessa forma, o papel fundamental que elas desempenham junto a preservação e conservação do bioma.

⁸Muitas das comunidades aqui denominadas como Povos do Cerrado compõem o conceito de “Povos e Comunidades Tradicionais”, conforme estabelecido no Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e segundo o qual, Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (MDS e MMA, 2007).

1.3 ESTÁGIO DE CONSERVAÇÃO DO BIOMA CERRADO

Não obstante sua relevância em termos ambientais globais, seu rico patrimônio de recursos renováveis potencialmente úteis aos seres humanos e o sem-número de comunidades tradicionais que estão abrigadas no interior do bioma, o atual estágio de conservação do Cerrado é pouco expressivo. O intenso processo de ocupação ocorrido a partir dos anos 1960 tem deflagrado dinâmicas diversas de degradação ambiental como perda da biodiversidade (da fauna e da flora), escasseamento e contaminação dos recursos hídricos, erosão do solo, entre outras. Assim, os recursos naturais do bioma vêm se esgotando de forma progressiva e o ambiente natural está cada vez mais simplificado. Aspectos que, além de colocar em risco processos ambientais naturais, dificultam as condições de reprodução social das comunidades que compõe os Povos do Cerrado (CARVALHO e SAWYER, 2009).

Conforme apontam Myers *et al.* (2000), em 2000, o bioma Cerrado encontrava-se entre os 25 *hotspots*⁹ mundiais, isto é, entre as áreas consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade global. Segundo estes autores, os *hotspots* são áreas significativas para a conservação da biodiversidade global, uma vez que apresentam maior necessidade de conservação (mais ameaçadas) e, ao mesmo tempo, correspondem às áreas onde os retornos dos investimentos e ações preservacionistas são maiores. Isto é, o maior número de espécies são “ajudadas/apoiadas” a um custo menor (MYERS *et al.*, 2000).

O Cerrado é um dos biomas brasileiros mais ameaçados em termos de perda de cobertura vegetal. Segundo dados do MMA, até 2010, aproximadamente metade da área de vegetação original do bioma já tinha sido transformada em pastagens plantadas, culturas anuais e outros tipos de uso. Conforme apresentado na Tabela 1, em termos históricos, os

⁹ Os *hotspots*, de acordo Myers *et al.* (2000), são assim classificados pois, apesar de concentrarem um número extraordinário de espécies endêmicas, estão sofrendo perda excepcional de habitat devido à alta pressão antrópica a que vêm sendo submetidos.

remanescentes de vegetação do Cerrado passaram de 55,7%, em 2002¹⁰, para 50,84% em 2010. Da mesma forma, a cobertura vegetal suprimida do bioma saltou de 43,6%, em 2002, para 48,54%, em 2010 (MMA, 2011).

Tabela 1 - Vegetação suprimida e remanescente do Cerrado

Classe	Até 2002	Até 2008	Até 2009	Até 2010
Vegetação suprimida	43,6%	47,8%	48,2%	48,5%
Vegetação remanescente	55,7%	51,5	51,2%	50,8%
Corpos d'água	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%

Fonte: Ministério de Meio Ambiente (2011).

De acordo com dados do MMA (2011), no período de 2002 a 2008, foram desmatados 85.074 km² de áreas de Cerrado, número correspondente a 4,17% do total do bioma, o que representa uma taxa média de 14.200 km²/ano, ou 0,69%/ano. Em 2008-2009, o desmatamento ocorreu na ordem de 7.637 km², o equivalente a 0,37%/ano. No período de 2009-2010, o Cerrado perdeu 6.469 km² de sua cobertura vegetal, a uma taxa anual de 0,32% (a maior taxa do período registrada entre todos os biomas brasileiros). Embora seja possível afirmar que as taxas decrescerem, quando comparadas, por exemplo, com os 40.000 km² desmatados por ano entre 1970 e 1975, estes números ainda são altos e, muitas vezes, superiores ao observado, historicamente, em outras paisagens brasileiras. Conforme apresentado na Tabela 2, o ritmo de desmatamento do Cerrado, por exemplo, entre 2002 e 2008 (0,68%) é quase o dobro do registrado na Amazônia (0,42%) no mesmo período.

Este desmatamento, conforme argumentam Sawyer e Lobo (2008), trouxe sérias consequências, como, por exemplo, a perda da biodiversidade do Cerrado, que, como visto, além do elevado grau de endemismo, é uma das mais ricas do mundo. Outros problemas são às emissões de CO₂ diretamente atreladas ao desmatamento do Cerrado, que, somadas às emissões de óxido nitroso, metano e CO₂ da produção agropecuária comercial, constituem interações que contribuem significativamente para a mudança climática regional e global.

¹⁰ Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011), não há dados sobre a taxa anual de desmatamento antes de 2002.

Tabela 2 – Comparação entre as taxas de desmatamento nos biomas brasileiros

Bioma	Área desmatada 2002 a 2008 (km²)	% desmatada (suprimida) sobre área total do bioma	Desmatamento anual (km²)	Taxa de desmatamento anual (%)
Cerrado	85.074	4,17	14.200	0,69
Caatinga	16.576	2,01	2.763	0,33
Pantanal	4.279	2,82	713	0,47
Amazônia	110.068	2,54	18.344	0,42
Pampa	2.183	1,23	364	0,20
Mata Atlântica	2.742	0,28	457	0,04

Fonte: Ministério de Meio Ambiente (2011).

O desmatamento do Cerrado pode provocar também escassez ou fluxo irregular de águas nos rios que nascem no bioma e alimentam as oito bacias hidrográficas brasileiras, o que, entre outras coisas, pode comprometer a geração de energia para parte da população brasileira. O desmatamento do Cerrado pode afetar ainda o volume de chuvas, provocando a extinção de espécies vegetais que possuem resistência a estresse térmico e hídrico, que no contexto das mudanças climáticas, podem significar recursos genéticos de valor estratégico global (SAWYER e LOBO, 2008).

Para Silva (2009b), a taxa de desmatamento do Cerrado é altíssima e soa como um alarme e uma advertência para o descaso ecológico com que o Cerrado vem sendo tratado. Este autor afirma que o Cerrado encontra-se sob sérias ameaças, não só no que diz respeito à sua riquíssima biodiversidade e à crucial função hidrológica de suas chapadas, mas também no que se refere à manutenção das condições de reprodução social dos Povos do Cerrado que tem nos recursos naturais do bioma a sua principal fonte de existência (SILVA, 2009b).

Outro agravante é que apenas 8,21% do território do Cerrado encontram-se legalmente protegidos por unidades de conservação federais e estaduais, sendo que 2,85% são unidades de proteção integral e 5,36% de conservação de uso sustentável (MMA, 2010). Em 2005, conforme retratado por Klink e Machado (2005), pelo menos 20% de suas espécies endêmicas e ameaçadas permaneciam fora dos parques e reservas, sendo que 137 animais e 132 plantas

do bioma já estariam na lista nacional de espécies ameaçadas de extinção (KLINK e MACHADO, 2005). Atualmente, visto que a devastação permanece, estimasse que este quadro seja muito mais grave.

Um dos motivos que, provavelmente, contribuiu para formação desse quadro de devastação do Cerrado é a imagem depreciativa e preconceituosa que grande parte da opinião pública nutria, e ainda nutre, a respeito do bioma. No imaginário da sociedade brasileira predominava/predomina a imagem de uma vegetação rala, de árvores tortas, sem beleza, sem utilidade e sem valor intrínseco, como se o Cerrado fosse uma região de vazio demográfico sem significado algum seja social, econômico ou ecológico (RIBEIRO, 2005a).

Para Silva (2009a), a lógica de desvalorização do Cerrado está, ainda hoje, presente em grande parte da sociedade brasileira, mas é, sobretudo, entre as autoridades governamentais do país (Legislativo e Executivo) que está mais disseminada. Estas tratam com descaso e permissividade a destruição das áreas remanescentes do bioma e, em alguns casos, chegam até a incentivar o processo destrutivo. Tal questão verifica-se, por exemplo, no discurso de posse proferido pela presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional. Ao abordar a relevância de se valorizar as especificidades de cada região, especialmente em um país continental como o Brasil, a presidenta apontou o Centro-Oeste como a região onde se deve incentivar a extraordinária produção agrícola. Segundo ela:

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando, desenvolvendo, respeitando a biodiversidade da Amazônia no Norte, *dando condições à extraordinária produção agrícola do Centro-Oeste*, à força industrial do Sudeste e à pujança e ao espírito de pioneirismo do Sul (ROUSSEFF, 2011, ênfase deste autor).

O discurso da presidenta retrata claramente a opinião geral do poder público brasileiro que enxerga as áreas centrais do país onde predomina o Cerrado apenas como espaço a ser explorado pela produção agropecuária comercial, enquanto os outros biomas são vistos como ecossistemas que devem ser respeitados e preservados. Assim é que, enquanto a Mata

Atlântica, a Floresta Amazônica e o Pantanal são considerados pela Constituição Federal como Patrimônio Nacional, as riquezas naturais do Cerrado permanecem desprotegidas, deixadas em segundo plano, sem respaldo legal¹¹. É como se não houvesse nada de aproveitável no Cerrado, nada de valor, não precisando, portanto, de ações e políticas que visem sua preservação e estimulem o uso sustentável de sua biodiversidade.

As paisagens do Cerrado são, portanto, quase sempre relegadas, colocadas em oposição a outras que, por razões conjunturais, foram ou são mais valorizadas. A Mata Atlântica, por exemplo, dada a sua exuberância e todo o processo histórico de exploração pelo qual passou, ganhou, há muito tempo, *status* ecológico nacional. Já a Floresta Amazônica representa o caso mais emblemático, pois se ergueu uma defesa ecológica internacionalizada, que lhe assegura maior prestígio e vigilância tanto por parte do governo, quanto por parte da mídia e da sociedade civil organizada (SILVA, 2009b).

A respeito desta maior atenção que vem, muitas vezes, sendo dispensada à Floresta Amazônica e à Mata Atlântica em detrimento do Cerrado, Dias (1992b) afirma que, entre estes três grandes biomas brasileiros, o Cerrado é aquele que deve merecer prioridade de conservação. Para o autor, a Mata Atlântica está, evidentemente, mais ameaçada, mas com menos de 10% de sua área primitiva pouco resta a fazer além de preservar e recuperar o que sobrou. Já o Cerrado está, sem dúvida nenhuma, mais ameaçado e menos conhecido que a Amazônia. Portanto, tendo em vista o grau de ameaça que sofre e o potencial de uso sustentado que ainda oferece, se faz necessário priorizar, com urgência, a conservação das áreas remanescentes deste bioma (DIAS, 1992b).

Na perspectiva de Silva (2009a), este viés depreciativo com que o Cerrado vem sendo tratado representa uma visão parcial, reducionista e equivocada. Os argumentos do autor

¹¹ Há mais de dezesseis anos está em tramitação uma Proposta de Emenda da Constituição (PEC 115/1995) para modificar o § 4º do art. 225 da Constituição Federal e incluir o Cerrado e a Caatinga na relação dos biomas considerados Patrimônio Nacional.

advertem que não se deve assumir que um ecossistema tem mais valor que o outro sem que, para isso, existam evidências concretas e estudos que fundamentem tal proposição. Especificamente para o caso do Cerrado, já se comprovou a relevância do bioma na manutenção dos recursos hidrológicos e a magnitude e as potencialidades de sua biodiversidade (SILVA, 2009a).

Porém, além da visão reducionista pela qual o Cerrado é tratado, o grau de devastação do bioma está fortemente relacionado à ocupação econômica sem o adequado planejamento, especialmente a partir dos princípios da Revolução Verde. Este processo, conforme será discutido adiante, insere-se no contexto específico de estratégias fundamentadas em um modelo de desenvolvimento industrial e produtivista que entende desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e assim pauta todos os seus esforços no aumento intensivo da produção de mercadorias e na obtenção de indicadores econômicos positivos.

Desde então, o Cerrado vem sendo a fronteira permitida, o chão a ser ocupado, o espaço que passa a ter utilidade somente enquanto substrato para atividades agropecuárias baseadas no plantio e criação de espécies exóticas. Evidentemente, não há nada de errado em incrementar a produção de carnes e grãos, tão pouco fazer uso de espécies exóticas de desempenho econômico comprovado. Porém, isto não deveria ocorrer em prejuízo do patrimônio da fauna e flora nativas já adaptadas às condições peculiares do Cerrado. Atrelado aos benefícios econômicos de geração de divisas para o país, é preciso pensar também os impactos ambientais e sociais desta forma de ocupação (DIAS, 1992a; 1992b).

Entretanto, não é apenas a derrubada da vegetação nativa para a expansão da fronteira agropecuária que ameaça à conservação da biodiversidade do Cerrado. Outros fenômenos como a construção de grandes projetos de infraestrutura (especialmente barragens e estradas), a atividade mineradora, o uso demasiado de agrotóxicos e defensivos químicos e a expansão urbana desenfreada também são predatórias e colocam em risco a integridade dos

ecossistemas e recursos do Cerrado. Reverter esse atual quadro de devastação requer, além de ações políticas, a disseminação de uma visão sistêmica do Cerrado e de sua relevância e valor intrínseco (DIAS, 1992b).

1.4 BREVE HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO HUMANA NO CERRADO

Não obstante o preocupante estado de devastação do bioma Cerrado e ainda que não se possa reverter, é possível pelo menos frear a degradação e conservar suas áreas remanescentes. Mas para isso, é preciso repensar a atual forma de ocupação do espaço geográfico de domínio do Cerrado e adotar e incentivar alternativas produtivas capazes de conduzir, ao mesmo tempo, a ganhos econômicos e a benefícios ambientais e sociais. A fim de entender melhor como as características populacionais e produtivas do bioma foram alteradas a ponto de acarretar no atual quadro de devastação, e ainda confirmar a viabilidade de adoção de outras formas de exploração menos predatória de recursos, apresenta-se brevemente a trajetória da ocupação humana do bioma desde os primeiros grupos indígenas até o início da ocupação em massa.

A história de ocupação humana do Cerrado teve início à cerca de 11 mil anos atrás com povos indígenas ligados ao que os estudos arqueológicos chamam de Tradição Itaparica, ou seja, pequenos grupos migrantes, compostos por algumas famílias, que se moviam como bandos frouxos dentro de um espaço limitado, cuja economia baseava-se na caça e coleta generalizadas das espécies úteis que o Cerrado oferecia. Os grupos da Tradição Itaparica juntamente com os de outras duas tradições (Aratu/Sapucaí e Uru) desembocaram nos povos indígenas pertencentes ao Tronco Linguístico Macro-Jê¹²; povos que constituíam a grande maioria das populações presentes no bioma quando da chegada dos colonizadores europeus,

¹²Segundo Silva (2009a) estes grupos indígenas são: Karajá, Kayapó, Timbira, Xacriabá, Xavante, Xerente, Apoinayé, Suyá, Rikbatsá, Kreen-Akarôre, Bororo, Guató, Ofayé, Kaingang, Xokleng, e outros.

desde então são conhecidos como indígenas originários do Cerrado (RIBEIRO, 2005b; SILVA, 2009a).

A caça e a coleta de espécies da fauna e flora do Cerrado constituíam as atividades básicas das estratégias de reprodução social dos primeiros habitantes indígenas. Posteriormente, a agricultura veio complementar a dieta alimentar. A prática agrícola não substituiu o consumo de produtos da caça e da coleta. Ao contrário, veio preencher uma lacuna no abastecimento existente no período de transição entre a estação chuvosa e a seca, ampliando, assim, as estratégias de reprodução já realizadas (RIBEIRO, 2002).

Já no início do século XVIII, começaram a penetrar o bioma os primeiros colonizadores de origem europeia e seus descendentes mestiços. Conhecidos como bandeirantes paulistas, estes desbravadores estavam em busca de escravos índios para trabalhar nos engenhos de açúcar e na mineração de pedras e metais preciosos, uma riqueza mineral que há muito tempo os colonizadores portugueses especulavam existir nos sertões brasileiros (RIBEIRO, 2002).

Com o advento da mineração no interior do Brasil, iniciou-se a abertura e o assentamento de povoados para a exploração da atividade na região que vai de Cuiabá ao oeste do estado de Goiás. Com isto, logo se formaram núcleos mineradores com considerável fluxo de gente vindo de outras partes do país e de Portugal (ALHO e MARTINS, 1995; RIBEIRO, 2002).

A mineração impulsionou a importação de mão-de-obra escrava da África, determinando uma nova configuração para a população do Cerrado. Os índios foram, pouco a pouco, se interiorizando e interagindo com negros escravos, trazidos pelos colonizadores para trabalhar na mineração, e com negros alforriados e quilombolas, que aproveitavam as vastidões das áreas centrais para buscar um espaço de maior liberdade (RIBEIRO, 2002).

Logo ao final do século XVIII, a ambição e a fantasia do enriquecimento rápido e a todo custo dos mineradores levaram ao esgotamento dos recursos minerais e à decadência da atividade mineradora na região central do Brasil. Desde então, a principal atividade econômica da região passou a ser a pecuária extensiva. Atividade que se tornou a mais importante e duradoura do Cerrado, ao longo dos três últimos séculos. Também foi responsável pelo aumento do contingente populacional das áreas de ocorrência do bioma (RIBEIRO, 2002).

A expansão da pecuária no Cerrado foi estimulada não só pela disponibilidade de mercado consumidor de carne e couro nos centros mineradores da região, mas foi favorecida também devido a existência de fatores naturais como a presença de pastagens nativas, a ocorrência, em alguns pontos, de terrenos e fontes de água salobras, possibilitando aos pecuaristas evitar gastos com a compra de sal; e à enorme disponibilidade de terras, que possibilitava a criação extensiva de grandes rebanhos, com milhares de cabeças de gado (RIBEIRO, 2002).

Outra atividade executada nesse período era a agricultura de subsistência, praticada principalmente pelas comunidades camponesas que se constituíram em torno das fazendas de gado. Os camponeses utilizavam práticas de cultivo baseadas no trabalho familiar e na exploração da fertilidade natural do solo, que por sinal era considerada o elemento fundamental no processo produtivo. A agricultura era realizada nas áreas baixas, com terras mais férteis, através do cultivo de lavouras de milho, feijão, arroz e mandioca (SAUER, 1999).

A população que habitava o Cerrado nesta época era reduzida e dispersa. A região do Triângulo Mineiro e o sul de Goiás, por exemplo, somente presenciaram assentamentos mais intensos após a construção da ligação ferroviária entre São Paulo e Anápolis, na década de 1930. O povoamento e ocupação econômica da parte norte do bioma limitava-se ao Cerrado

de Tocantins e do Maranhão. Algumas de suas áreas tinham sido assentadas ainda no século XIX a partir da cidade de Belém, pelo sistema fluvial Tocantins-Araguaia. O sudoeste do Maranhão e o sul do Piauí receberam imigrantes de outras partes da região Nordeste, mas que tiveram pouca significação (ALHO e MARTINS, 1995).

Foi, no entanto, a partir da Marcha para o Oeste que o fluxo migratório e a ocupação econômica se intensificaram. Deflagrada pelo governo Vargas, em 1930, este projeto foi criado como uma política governamental para, ao mesmo tempo, induzir a abertura da região central do país ao mercado nacional e amenizar as demandas por terra e trabalho das regiões mais populosas do país. A região Centro-Oeste (onde predomina o Cerrado contínuo) era vista como terras “ociosas” e “improdutivas” que deveriam ser ocupadas em vistas a ampliar o mercado interno, aumentar a produção agropecuária, promover a integração nacional, entre outros fatores. Para isso, foram direcionados imigrantes, construída infraestrutura e criadas cidades como pontos de apoio aos movimentos ocupacionais (ALHO e MARTINS, 1995; SAUER, 1999).

Embora a dinâmica de ocupação não tenha sido a mesma para todas as regiões de abrangência do Cerrado, o processo ocorrido no Centro-Oeste do país é um bom exemplo de como iniciou a ocupação em massa do bioma. Nos anos 1938, a propaganda massiva do governo, no âmbito da Marcha para o Oeste, oferecendo terras baratas, acarretou em grande movimento migratório para esta região e foi responsável por altas taxas de crescimento populacional. Posteriormente, na década de 1950, o Centro-Oeste apresentou índice de crescimento populacional em torno de 7% ao ano, momento em que se tornou pólo de atração de migrantes vindo do Nordeste e de Minas Gerais. Estes movimentos migratórios motivaram a fundação e o crescimento de cidades como Goiânia, nova fonte de atração de migrantes, e afetou profundamente as características populacionais e produtivas de toda a região (SAUER, 1999).

Outro fator fundamental para a alteração das características populacionais e produtivas da região de domínio do Cerrado contínuo ocorreu a partir de 1960 com a construção e inauguração de Brasília e, conseqüentemente, com a implementação de todo o aparato que a localização da nova capital demandou. Como Brasília formava praticamente um enclave em área quase vazia, foram aplicados investimentos substanciais em infraestrutura, especialmente em ferrovias e rodovias, para ligar a nova capital ao núcleo dinâmico do país. O grande contingente de migrantes que veio para a região em busca de emprego e renda desencadeou em uma ocupação ainda mais intensa da região do Cerrado e uma acelerada expansão urbana (ALHO e MARTINS, 1995; SILVA, 2009a).

Até este período, a lógica de exploração predominante era baseada no latifúndio do gado e nas comunidades camponesas. Suas atividades produtivas, apesar de já causarem alterações, modificavam as paisagens do bioma em um ritmo muito menor, o que não provocava alterações bruscas no equilíbrio dos processos ecológicos e mantinha em funcionamento os diferentes ecossistemas do bioma. Em outras palavras, antes da adoção do pacote tecnológico “moderno”, o Cerrado estava em um bom nível de conservação, pois os ecossistemas do Cerrado não tinham sofrido fortes agressões, sua biodiversidade estava conservada e seu papel de caixa d’água das grandes bacias hidrográficas brasileiras permanecia assegurado (SILVA, 2005).

As técnicas e inovações existentes não permitiam a exploração tão intensiva da terra e nem a derrubada tão rápida da vegetação nativa. Os recursos naturais eram, de modo geral, de uso comum, ainda não tinham sido privatizados e estavam mais acessíveis. A monocultura de *commodities* para exportação ainda não tinha tomado conta do bioma, as comunidades que compõem os Povos do Cerrado tinham asseguradas suas condições de reprodução social e podiam se manter no campo (RIBEIRO, 2005a).

Entretanto, cabe esclarecer que não foi a política modernizante a única responsável por ocasionar transformações no meio ambiente do Cerrado. Isto significa dizer que o espaço geográfico de abrangência do Cerrado não permaneceu intacto e que os modos de vida dos seus Povos não foram se repetindo indefinidamente, ao longo de décadas, até que a modernização da agricultura caísse de pára-quadras e desse início às bruscas transformações. Houve sim transformações e alterações ambientais que impactaram e reorganizaram o meio ambiente e os modos de vidas dos habitantes do bioma, mas estas não foram tão intensas, nem tão devastadoras (RIBEIRO, 2005a).

No que se refere às mudanças ambientais anteriores a “modernização” da agricultura, Ribeiro (2002) apontou três transformações mais bruscas. A primeira ocorreu logo no período da mineração, com a derrubada das matas que rodeavam rios. Os frequentes desvios e revolvimentos das cabeceiras dos riachos encheram de lama os leitos e os níveis de água foram reduzidos. A segunda diz respeito à própria agricultura, pois para a implantação das lavouras foi preciso desmatar as formações florestais, e também a redução ao mínimo do período de pousio que resultou em perda da fertilidade do solo e em impactos sobre o meio ambiente, pois as árvores acabavam sendo abatidas ainda jovens. O terceiro impacto foi o assoreamento causado pela introdução do arado. A partir deste implemento com tração animal, passou a ser necessário arrancar todos os tocos que faziam surgir a capoeira. Sem a formação da capoeira e com a aração consecutiva da terra por muitos anos, as formações florestais não renasciam. Assim, as áreas de cobertura vegetal foram reduzidas (RIBEIRO, 2002).

Houve, além das alterações ambientais, um aprofundamento da lógica latifundista herdada do Brasil colônia, mais especificamente voltada à criação extensiva de gado. Embora também fosse praticada por comunidades camponesas, foi nas grandes propriedades que a atividade pecuarista ganhou maior importância, pois demandava enormes porções de terras e

constituía um dos principais produtos de exportação para outras regiões do país, o que contribuiu, de forma decisiva, para a constituição de vastos latifúndios em detrimento das formas de produção camponesas (RIBEIRO, 2002).

O início da ocupação massiva do Cerrado, a mudança na lógica de exploração dos recursos naturais e a adoção de novas tecnologias que possibilitaram a exploração mais intensiva dos ecossistemas presentes no bioma, entretanto, só se intensificaram a partir dos anos 1970, conforme discutido no Capítulo II. Desde então, vem sendo priorizada nas áreas de abrangência do bioma um modelo de desenvolvimento altamente predador de recursos naturais e excludente dos modos de vida dos Povos do Cerrado. Modelo segundo o qual a importância dessas áreas reside apenas na produção de *commodities* agrícolas exportáveis. Entretanto, tendo em vista a relevância social e ambiental do bioma, não pode continuar predominando, sendo urgente repensar outras formas mais racionais e sustentáveis de uso do bioma.

1.5 NOTAS CONCLUSIVAS

O bioma Cerrado possui inestimável valor intrínseco. Sua importância não fica restrita apenas aos aspectos ambientais, pois penetra o nível social e ultrapassa as fronteiras dos espaços rurais e dos Povos do Cerrado, atingindo a sociedade como um todo. Acredita-se que, dada a riqueza biológica, social e cultural, é grande o potencial desta sociobiodiversidade e devem ser adotadas estratégias para promover, além de formas de ocupação mais racional e sustentável do bioma, a geração e diversificação das fontes de renda, de emprego, melhores condições de alimentação e moradia, conduzindo enfim a uma vida melhor para os Povos que habitam, trabalham e se identificam com o Cerrado.

Despertar para a existência e importância de valorização dos ecossistemas do Cerrado se faz não apenas urgente, mas também indispensável, pois se trata de um processo cíclico e

interdependente, que, se rompido um dos pilares de sustentação, compromete todos os outros. Não é possível gozar de boas condições de vida se não se dispõe de um ambiente agradável que disponibilize condições adequadas de existência; da mesma forma que, vivendo em situações de pobreza, de dificuldades de obtenção de renda e trabalho, dificilmente se dispensará importância a preocupações relativas à preservação e respeito ao meio ambiente.

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO NO CERRADO

INTRODUÇÃO

A implantação da política estatal, que ficou conhecida como modernização da agricultura brasileira, foi norteada por uma concepção de desenvolvimento que o associava ao crescimento econômico e ao progresso tecnológico. Um país só seria considerado desenvolvido se apresentasse índices macroeconômicos positivos, fosse industrializado e urbanizado. Características essas tidas como modernas, as quais seriam alcançadas através do aumento constante da produção, da acumulação de capital industrial e da expansão do consumo. Neste sentido, acreditava-se que o bom funcionamento da economia conduziria a outros benefícios e, por si só, seria capaz de solucionar os demais problemas que a sociedade viesse a enfrentar (VEIGA, 1998; SCOTTO *et al.*, 2010).

Sob essas perspectivas, o moderno passou a ser associado à indústria e modernização passou a ser sinônimo de urbanização. Por outro lado, os espaços rurais passaram a ser vistos como marca de “atraso” e “subdesenvolvimento”, locais que deveriam necessariamente se urbanizar. Para este padrão específico de desenvolvimento, qualquer forma de existência ou valores distintos não eram bem aceitos, pois no “modo de vida moderno” só há um caminho a ser percorrido, o da industrialização e urbanização (SAUER, 2010).

Em vistas a tornar-se uma nação “desenvolvida”, o Brasil iniciou seu processo de industrialização. Este teve início nos anos 1930 durante a era Vargas, mas se intensificou principalmente a partir da segunda metade da década de 1950. Com o golpe militar, em 1964, ganhou rumos específicos, e passou a ter como principal diretriz a ideia de que a industrialização poderia ganhar novo impulso através da modernização da agricultura. Pensamento que fundamentou a adoção da política estatal modernizante, com o objetivo de

desenvolver o campo brasileiro, isto é, transformar os latifúndios em empresas capitalistas (DELGADO, 2010).

O instrumento escolhido pelo Estado para modernizar a agricultura brasileira foi o pacote tecnológico da Revolução Verde. Guiados pela idéia-força da industrialização, os atores governamentais e empresariais entendiam rural como sinônimo de agrícola e desenvolvimento rural igual a desenvolvimento agrícola. Assim, desenvolver a agricultura significava adotar novas tecnologias do moderno padrão industrial para alcançar aumentos da produção e da produtividade. Isto iria, naturalmente, desencadear outras transformações e conduzir ao progresso, portanto, ao “desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001).

No espaço agropecuário, a Revolução Verde alcançou seus objetivos. Além da adoção das tecnologias modernas, houve também incorporação de novas terras tidas como “desocupadas” e “improdutivas” à produção agropecuária. Foi assim que as áreas centrais do Brasil, cobertas pelo Cerrado, tornaram-se fronteiras agropecuárias, com expansão produtiva de tal forma que o bioma ganhou *status* de “celeiro do mundo” (RIBEIRO, 2005a).

Porém, atrelado ao aumento da produção de grãos destinada principalmente para exportação, o modelo “moderno” de fazer agricultura provocou intensa devastação da rica biodiversidade do Cerrado. Assim, apesar de já terem sofrido alterações anteriores, as famílias que habitavam os espaços do bioma vivenciaram transformações mais intensas em seus modos de vida, que foram desestabilizados, inviabilizando, muitas vezes, também suas condições de reprodução social. O que ocorreu (e continua ocorrendo) assemelha-se a uma espécie de erosão genética e cultural que exterminou além da biodiversidade, um patrimônio cultural que poderia constituir a base para a construção de modelos sustentáveis de ocupação, produção e geração de riquezas no Cerrado, nos quais a sociobiodiversidade seria o principal trunfo e valor (SILVA, 2009a).

Neste sentido, este capítulo tem como objetivo discutir as principais transformações ocorridas na região de domínio do Cerrado, a partir da implementação da “modernização” da agricultura e suas principais implicações para a dinâmica de ocupação das áreas centrais do Brasil e para os Povos do Cerrado. Para isso, aborda a lógica/noção de desenvolvimento que embasou as ações modernizantes e discute as principais características deste processo que ficou conhecido como “modernização conservadora” (SAUER, 2007) e a forma como ocorreu sua atuação específica sobre as áreas de Cerrado.

2.1 MODERNIZAÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO

Para entender o processo conhecido como “modernização” da agricultura brasileira (ao qual é atribuído grande peso para a formação do atual quadro de devastação ambiental do Cerrado e cujas implicações dificultaram as condições de vida dos Povos do Cerrado) é preciso compreender o contexto mais amplo no qual ele está inserido. Como ponto de partida, esta dissertação sugere o entendimento da noção de desenvolvimento e desenvolvimento rural que motivaram e embasaram suas ações e estratégias.

Desenvolvimento na época da modernização da agricultura era entendido como a possibilidade de progresso e crescimento ilimitado que seria alcançada através da industrialização e da urbanização. Os países considerados desenvolvidos eram os países tidos como modernos, isto é, que apresentavam progresso tecnológico e onde as atividades produtivas tinham incorporado o conhecimento tecnocientífico e eram produzidos bens manufaturados (VEIGA, 1998). O termo “modernização” foi então definido pelos sociólogos idealistas norte-americanos como processo no qual as sociedades atrasadas e tradicionais se “desenvolveriam” em direção a sociedades modernas (SAUER, 2010).

Esta concepção de desenvolvimento possui suas raízes históricas na ascensão do sistema capitalista e no conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais

dele decorrido. Seu corpo teórico, apesar de anterior, ganha proeminência no período pós Segunda Guerra Mundial, década de 1950, frente a um cenário marcado por profundos contrastes. De um lado, países como Estados Unidos e os países da Europa Ocidental, que apresentavam estrondoso crescimento econômico, importantes avanços tecnológicos e elevado grau de urbanização e industrialização. De outro, nações devastadas pela guerra e países predominantemente rurais, com baixa industrialização (SCOTTO *et al.* 2010).

Para estabelecer uma ordem internacional hegemônica, as sociedades de capitalismo avançado defendiam que os chamados países do “Terceiro Mundo” também deveriam ser integrados ao progresso e à situação de bem estar e consumo por elas vivenciadas. O caminho para chegar a tal patamar passava necessariamente pelo crescimento econômico e pela industrialização. Características fundamentadas na possibilidade do crescimento ilimitado, na acumulação material, intensificação tecnológica, produção em larga escala e urbanização (VEIGA, 1998; SCOTTO *et al.*, 2010).

Associou-se fortemente o “moderno” à indústria e modernização passa a ser sinônimo de urbanização, já que é a cidade o lugar em que ocorre produção e trocas: espaço geográfico onde existem indústrias, comércio e serviços. As transformações envolvidas na modernidade deveriam produzir modos de vida que desvencilhasse a sociedade de todos os tipos “tradicionais” de ordem social. No “modo de vida moderno” não há mais espaços geográficos e sociais para a existência de valores e modos de vida distintos, “tradicionais” (SAUER, 2010).

Consolidou-se então um padrão, um modelo único e universal de desenvolvimento que deveria ser perseguido por todas as nações e sobre o qual norteavam-se os conceitos de “desenvolvimento”, “modernização”, “subdesenvolvimento”, “tradicional” e “atraso”. Desenvolver significava crescer economicamente, condição que, por sua vez, só seria

alcançada através do aumento constante da produção, da acumulação de capital industrial e da expansão do consumo (VEIGA, 1998).

Acreditava-se que, alcançada a prosperidade econômica, a oferta de bens e serviços seria ampliada, a renda *per capita* se elevaria e aumentariam os postos de trabalhos. A preocupação em crescer e dinamizar a economia era tanta que, praticamente, não se cogitava outras questões como erradicação da pobreza, redução das desigualdades e bem estar social. O bom funcionamento da economia por si só conduziria à melhoria dos indicadores sociais e se encarregaria de solucionar outros problemas da sociedade (VEIGA, 1998; ABRAMOVAY, 2012).

A disseminação da associação entre industrialização, modernização e desenvolvimento desencadeou um forte viés urbano à noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. As cidades passaram a ser o símbolo do progresso, enquanto as sociedades predominantemente rurais e com baixo grau de industrialização eram tidas como “atrasadas”, “subdesenvolvidas”. Isto fez com que o espaço rural fosse colocado em posição secundária e sem importância, visto como lugar sem perspectivas de geração de riquezas, que deveria inevitavelmente se “desenvolver” sob pena de desaparecimento e inviabilidade (MORAES *et al.*, 2008; DELGADO, 2010).

Com a importância que ganhou a cidade, a partir das reflexões e elaborações sobre a modernidade, o rural, em oposição ao urbano, passou a ser associado ao tradicional, relegado a um papel secundário e residual. Assim, o “atraso do meio rural” passou a ser o contraponto ideal, imagem e representação de como o desenvolvimento moderno não deveria ser. Lógica que aprofundou a contraposição teórica entre as “economias agrárias atrasadas” e as “sociedades modernas” (SAUER, 2010).

Foi neste contexto que, durante a segunda metade dos anos 1950, a ideia-força da industrialização passa a dominar a economia brasileira. Essa ideia consolidou-se como o

principal objetivo de política econômica brasileira, não importando quão diversos tenham sido os governos neste período. Era vista como o instrumento fundamental para eliminar a considerável defasagem que separava o Brasil das economias capitalistas avançadas (DELGADO, 2010).

Como características marcantes do padrão de industrialização instalado no país, desde os anos 1950, pode-se ressaltar a importância decisiva do Estado para sua implementação e o caráter conservador do processo. Conservador no sentido de que não representou qualquer rompimento com as elites agrárias e esteve baseado na manutenção de salários reduzidos e da pobreza. Entre as ações decisivas do Estado destaca-se seu papel na criação, expansão e consolidação de um importante setor produtivo estatal; na captação e centralização dos créditos de longo prazo necessários à transformação da estrutura produtiva industrial; na articulação dos capitais para acumulação industrial e transplante da estrutura industrial prevalecente nos países capitalistas centrais; e na formulação e execução de políticas públicas que privilegiaram a construção de uma economia urbano-industrial (DELGADO, 2010).

No início da década de 1960, a aceleração da inflação e a perda de capacidade do Estado de manter a articulação de seu pacto de poder político com as elites agrárias abalaram os mecanismos tradicionais de financiamento do modelo de industrialização vigente e suas frentes de expansão, o que culminou na crise deste modelo. Com isso, intelectuais e partidos políticos de esquerda (e centro-esquerda) passaram a expressar-se politicamente através da mobilização crescente dos movimentos sindical e camponês (DELGADO, 2010).

Tornaram-se bandeiras políticas e econômicas o nacionalismo, a reforma agrária e o crescimento dos salários e do mercado interno. Acreditava-se que assim seria possível superar o pacto de poder com as elites agrárias (que sustentava historicamente a industrialização) e reformar a estrutura e o modelo de crescimento industrial, tornando-o mais democrático, menos excludente e dependente (DELGADO, 2010).

No campo, surgiu uma efervescência social marcada pelas mobilizações e lutas pela terra. Esta pressão social teve forte participação das Ligas Camponesas e também de outras entidades que foram criadas à época, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB) (SAUER, 2007). Foi então que perdurou no país um grande debate em torno do papel potencial da Reforma Agrária para uma nova industrialização. Defendia-se que a distribuição de terras fortaleceria o mercado interno e seria, ao mesmo tempo, uma forma de incentivar a demanda por bens industriais, o que promoveria e incentivaria a industrialização (RIBEIRO, 2005a).

Porém, em 1964, o golpe militar pôs fim a todos esses debates. No intuito de recompor o pacto político tradicional com as elites agrárias, os movimentos sindical e camponês, assim como os intelectuais e os partidos de esquerda sofreram forte repressão política. As Ligas Camponesas, por exemplo, foram completamente esmagadas, suas lideranças perseguidas, prendidas e assassinadas (SAUER, 2007).

Assim, qualquer intenção de mudança na estrutura agrária brasileira foi totalmente suprimida. O governo militar mudou a estratégia defendida pelos movimentos sociais e passou a adotar o discurso que a industrialização poderia ganhar novo impulso sem a necessidade de realizar a Reforma Agrária. Embasado pelo padrão modernizante, o governo ditatorial acreditava que, em vez de reformar o latifúndio, era necessário implementar uma política de modernização da agricultura com o objetivo de transformá-lo em uma grande empresa capitalista (DELGADO, 2010).

O objetivo passou a ser a “modernização” do meio rural, que incluiria a urbanização e a industrialização da agricultura. Enfoques que desembocaram na elaboração e difusão da nova concepção de agricultura fundamentada na Revolução Verde. O intuito era construir uma estrutura empresarial para o setor agropecuário que contemplasse um projeto de industrialização da agricultura, mas fosse também capaz de gerar uma reserva de mão-de-obra

barata para a indústria e, ao mesmo tempo, um mercado consumidor para seus bens manufaturados (WANDERLEY, 2009), conforme apresentado no próximo item.

2.2 A AGRICULTURA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO

O processo conhecido como modernização da agricultura brasileira teve início no final da década de 1960. Trata-se de uma política estatal que teve como principal objetivo modernizar e capitalizar o latifúndio, isto é, torná-lo “moderno”, tecnificado e eficiente. Para isso, de acordo com a concepção de desenvolvimento dominante, era necessário adotar as tecnologias “modernas” difundidas nos países industrializados, já que acreditava-se ser possível artificializar a agricultura e aplicar em seus processos os mesmos princípios da manufatura (SAUER e BALESTRO, 2009; DELGADO, 2010).

A incorporação das tecnologias “modernas” aconteceu através da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde. Este tinha como lógica a produção monocultora em grandes extensões de terra e a utilização de uma série de inovações tecnológicas voltadas para a agricultura como uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, cultivos de variedades vegetais melhoradas, uso de máquinas, equipamentos, sistemas de irrigação, entre outras técnicas. Para esta lógica produtiva, o contexto e as especificidades do ambiente natural eram considerados variáveis intervenientes que podiam ser completamente controladas pelo ser humano (SAUER e BALESTRO, 2009).

A implementação do modelo agropecuário “moderno” e do pacote tecnológico a ele atrelado teve como principal instrumento o crédito rural subsidiado. Grandes somas de recursos financeiros foram alocadas a juros baixos para capitalizar os grandes proprietários. Com isso, eles puderam investir na aquisição de novas máquinas e insumos. A fatura do crédito agrícola teve início em 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e esteve associada às mudanças institucionais realizadas pelo governo (criação do

Banco Central e reforma do sistema financeiro nacional), mas principalmente a uma conjuntura mundial favorável, marcada por grande disponibilidade de recursos financeiros (SAUER, 2007; DELGADO, 2010).

Associado ao crédito, o regime militar criou uma rede pública de oferta de pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Foram então criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Destinou-se recursos para a instalação e financiamento de pesquisa e preparação de profissionais especializados (criação de cursos universitários e técnicos na rede pública de ensino). Tudo isso, com vista a disponibilizar estrutura para a adoção, adaptação, desenvolvimento e difusão das inovações do pacote tecnológico “moderno” da Revolução Verde (SAUER, 2007).

Todo este aparato formado por programas de crédito, assistência técnica e pesquisa foi criado também para dar suporte e motivar a ocupação e abertura de novas áreas nas Regiões Norte e Centro Oeste do Brasil. As terras dessas regiões eram tidas como “desocupadas” e “improdutivas”, que deveriam ser integradas à agricultura mecanizada e extensiva para aumentar a produção agrícola do país, sobretudo, a oferta de grãos. Esta estratégia de integração das regiões periféricas ocorreu através de projetos de colonização, concebidos pelo Governo Militar como parte da doutrina de segurança nacional e necessidade de garantir a soberania territorial e representa o momento em que o Cerrado passa a ser definitivamente ocupado (SAUER, 1999).

A propaganda massiva do governo oferecendo terras baratas deslocou milhões de pessoas para as terras “livres” do Norte e Centro-Oeste do país, dando início ao processo de ocupação que ficou conhecido como expansão das “fronteiras agrícolas”. A abertura de novas terras e os projetos de colonização desempenharam papel estratégico para o Estado, pois, o deslocamento de migrantes permitia, ao mesmo tempo, deixar as terras mecanizáveis do Sul e

Sudeste aptas para a modernização e amenizava a pressão social por terra e trabalho, o que diminuiria também a pressão sobre as cidades mais populosas e aumentaria a oferta de empregos em outros setores. Isto porque, um dos objetivos políticos era amenizar os conflitos agrários, acomodando posseiros, parceiros e sem terras (SAUER, 1999).

As “fronteiras agrícolas” passaram a absorver grandes contingentes de migrantes vindos das regiões Sul e Sudeste ou do Nordeste. Estas eram a nova esperança de terra e trabalho para a massa “sobrante” que não encontrava lugar nos centros urbano-industriais. Mas, atrelado às esperanças também surgiram dificuldades. Os programas de colonização que a princípio seriam soluções de conflitos, logo se tornaram cenários de violência. Além de expulsar os antigos habitantes e dizimar populações indígenas, as famílias migrantes que conseguiram terra foram deixadas em situação precária, abandonadas em meio a um ambiente estranho, isolado e sem infraestrutura, sem condições até mesmo de comercializar a produção. Com isso, muitas famílias deixaram essas áreas e se deslocaram novamente para as cidades ou para suas regiões de origem, deixando as terras desbravadas prontas para mais tarde abrigar cultivos extensivos e pastagens para criação de gado (SAUER, 1999).

Outro agravante foi que a partir do momento que o governo compreendeu que podia controlar os conflitos sociais pela repressão policial, os objetivos dos projetos de colonização mudaram completamente. Os propósitos de acomodar posseiros e camponeses foram abandonados e os conflitos sociais passaram a ser controlados pela repressão policial. Com isso, os subsídios governamentais e incentivos fiscais foram direcionados totalmente para os grandes empreendimentos. Empresários urbanos receberam subsídios (renúncia fiscal sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda) para compra de grandes extensões de terra e foram concedidos créditos para a realização de “investimentos produtivos” nas novas áreas, como, por exemplo, o desmatamento para o plantio de pastagens e criação de gado (SAUER, 2007).

A adoção da política modernizante e do pacote tecnológico da Revolução Verde representou uma nova interação entre a agricultura e os outros setores da economia brasileira. Embora continuasse a participar como geradora de divisas pela exportação de parte considerável de sua produção, a agricultura teria uma crescente integração subordinada com o setor industrial e financeiro. Passou assim, a depender crescentemente da oferta de bens de origem industrial para garantir sua competitividade e também do crédito que lhe assegurava os recursos necessários à aquisição daqueles bens (RIBEIRO, 2005a).

Em outras palavras, a atividade agropecuária passou a depender intensamente dos outros segmentos no processo produtivo e a relativa autonomia setorial que, em outros tempos teria experimentado, foi se quebrando gradativamente. A nova forma de produzir implicou na necessidade de se relacionar com a indústria dos insumos (químicos e mecânicos), com os sistemas de crédito (públicos e privados), com os mercados consumidores (interno e externo), com as empresas de processamento e distribuição. Conjuntura que encurralou a produção agropecuária em um universo sobre o qual tem escasso domínio e fez com que passasse a consumir, de modo crescente, bens finais, bens de capital e bens intermediários que ela própria não produz (MORAES *et al.*, 2008).

Consolidou-se então uma dinâmica de desenvolvimento marcadamente exógena e amplamente dependente do comportamento do mercado de *commodities*. O mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) foi subordinado, como mera peça dependente a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2006).

Esta política estatal de “modernização” agropecuária ficou conhecida como “modernização conservadora” (SILVA, 1981). Foi assim denominada porque promoveu uma mudança na base produtiva agrícola (uso intensivo de máquinas e fertilizantes químicos

voltados para a produção extensiva), sem alterar a estrutura fundiária do país. Isso é, “modernizou” o latifúndio, baseando a produção em grandes extensões de terras e não na democratização da propriedade fundiária, o que deu o caráter conservador ao modelo adotado (SAUER, 2007).

Outra característica da implantação do modelo agropecuário “moderno” foi a opção por um sistema produtivo baseado no uso intensivo de tecnologias e insumos industriais cujas características não se adéquam às especificidades da agricultura realizada pelos Povos do Cerrado. A lógica “moderna” delimitou o campo, distinguindo o setor da grande produção “moderna” dos setores “atrasados”. Dessa forma, o padrão tecnológico adotado e difundido foi voltado exclusivamente para o pequeno segmento da grande produção “altamente capitalizada” (SAUER, 2008).

Analisando características desse contexto histórico, houve a permanência do grupo político que estava no poder e a manutenção da base social das elites agrárias. Foram beneficiados principalmente agricultores capitalistas, empresas nacionais e multinacionais do Complexo Agroindustrial, latifundiários, sistema financeiro. Em contrapartida, o grupo social penalizado é composto basicamente de agricultores camponeses, assalariados rurais (em particular os temporários, “bóias-frias”), populações rurais sem-terra, entre outros grupos sociais excluídos da modernização (DELGADO, 2010).

Foi também nesse período, graças à base social de sustentação da ditadura militar e a conjuntura financeira e comercial bastante favorável nacional e internacionalmente, que se deu início à política de abertura da economia voltada para o crescimento das exportações agrícolas. Dessa forma, além de privilegiar apenas os grandes produtores e alguns médios, o modelo modernizante contemplou, basicamente, só os produtos agropecuários voltados para a exportação ou para a agroindústria. Data, portanto, desta época o início e a notável expansão da produção de soja no país, especialmente na Região Sul (DELGADO, 2010).

Ironicamente, a grande produção dominada pelas elites agrárias só se capitalizou graças aos subsídios governamentais. Considerada apta a incorporar o novo modelo, o governo fez uma opção política por esse segmento. Assim, as grandes extensões monocultoras foram direta e indiretamente financiadas pelo Estado. Os latifúndios foram “modernizados” e transformados em empresas rurais, produtoras de grãos ou criadoras de gado de corte para a exportação (SAUER, 2008; DELGADO, 2010).

Não houve espaço para a reprodução dos modos de vida dos Povos do Cerrado, carentes de recursos financeiros e tecnológicos. Essas comunidades foram excluídas dos benefícios e incentivos estatais, especialmente da oferta de crédito farto e barato. Sua lógica de produção familiar era vista como forma de cultivo arcaica, atrasada, inadequada e ineficiente, e, assim, perdeu espaço e foi “engolida” pelas monoculturas (SAUER, 2008; DELGADO, 2010).

Dessa forma, o processo de modernização foi resultado também de imposições ideológicas e simbólicas sobre a esmagadora maioria da população rural. As famílias que habitavam e produziam no Cerrado foram persuadidos a acreditar na superioridade das formas modernas de produção, na insignificância e inutilidade do seu conhecimento tradicional, já que, no mundo moderno, não havia mais espaço para formas diferenciadas. Como a lógica moderna, mais do que a simples incorporação de tecnologias, visa uma maior produção ou produtividade, tal imposição ideológica foi assegurada (SAUER, 2008).

Vale destacar que a produção agropecuária em grande escala, estruturada no uso intensivo de máquinas e insumos industriais e dominada pelo setor patronal, fortemente incentivada pelo governo durante a modernização conservadora constitui o modelo agropecuário dominante atualmente. Sua lógica condiciona também os modelos em curso de exploração dos recursos naturais e é ainda responsável pela pressão desenfreada para abertura

de terras com cobertura vegetal nativa para produção agropecuária (SAUER, 2008; SILVA, 2009a).

A adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde possibilitou um considerável aumento da produção e produtividade no campo, ampliou a oferta de grãos no mercado externo e promoveu um crescimento significativo da capacidade exportadora de produtos primários. Ao mesmo tempo, criou um mercado consumidor de máquinas e insumos, aquecendo a indústria. Mas, atrelado ao estrondoso crescimento agropecuário, desencadeou também passivos ambientais e sociais. A maior parte dos sistemas de produção nele pautados possui baixa ou nenhuma sustentabilidade. Sua lógica apresenta um caráter extremamente predatório para com a natureza, artificializa a vida e incentiva o desperdício dos recursos finitos do planeta (SAUER e BALESTRO, 2009).

Entre os principais impactos ambientais, destacam-se: a) redução drástica da enorme e ainda desconhecida biodiversidade existente no Cerrado; b) degradação dos solos devido principalmente ao uso de maquinaria pesada e produtos químicos que deflagram e aceleram um processo de erosão e esterilização; c) poluição e contaminação não só dos solos, mas também da água e, conseqüentemente extinção dos animais que dela se servem; d) assoreamento e diminuição dos recursos hídricos e subterrâneos em função do desmatamento, o que, em conseqüência, diminui também a capacidade do bioma em dispersar suas águas (RIBEIRO, 2005a). Há ainda impactos relativos à fragmentação de *habitats*, extinção de espécies, invasão de espécies exóticas, degradação de ecossistemas, alterações nos regimes de queimadas, desequilíbrios no ciclo do carbono e, possivelmente, modificações climáticas regionais (KLINK e MACHADO, 2005).

Somado aos impactos ambientais, nos locais onde o padrão tecnológico, desde então chamado de “moderno”, foi introduzido, ocorreram conseqüências sociais desastrosas como êxodo rural, ampliação da concentração fundiária (SAUER e BALESTRO, 2009), redução

relativa do emprego de mão-de-obra em comparação com a expansão da atividade agropecuária, exclusão dos agricultores familiares dos benefícios, especialmente da oferta de crédito farto e barato (RIBEIRO, 2005a). O que culminou na intensificação das desigualdades sociais (CARVALHO e SAWYER, 2009).

2.3 A MODERNIZAÇÃO DO CERRADO

De todo o conjunto do país, foi justamente na área nuclear do Cerrado onde o processo “modernizante” se apresentou de forma mais exacerbada. A atuação do Estado nesta região foi intensa e marcante. O poder estatal planejou, organizou, financiou, subsidiou, apoiou e disponibilizou todo um conjunto de facilidades para que o capital realizasse a sua ocupação e, ao mesmo tempo, para dar condições para a expansão a qualquer custo da agropecuária comercial e intensiva (RIBEIRO, 2005a).

A introdução da Revolução Verde nas áreas de Cerrado, especialmente a partir da utilização de técnicas e produtos para corrigir a acidez do solo, mudou radicalmente as características da produção agropecuária regional. O incentivo à ocupação da nova fronteira agrícola para a instalação da agricultura comercial, monocultora e extensiva, estabeleceu em vários pontos da Região Centro-Oeste grandes áreas para a produção de grãos em larga escala. Houve também uma nova onda migratória (trazendo pessoas das regiões Sul e Sudeste, especialmente nos anos 1970 e início dos anos 1980) que contribuiu para intensificar o processo de devastação das paisagens naturais do bioma (SAUER, 1999).

Assim como o processo geral de modernização da agricultura brasileira, a modernização conservadora do Cerrado baseou-se no uso intensivo de tecnologia e capital e no preço baixo das terras. No entanto, a forma como ocorreu sua ocupação difere um pouco das outras regiões do país. Tratou-se de uma colonização altamente dirigida, voltada apenas para os grandes produtores, os únicos considerados aptos a adotar todo o pacote tecnológico,

que já vinha sendo desenvolvido para a exploração agrícola do bioma. Não foram selecionados, por exemplo, o migrante nordestino, nem o minifundiário ou o sem-terra do sul, agricultores tidos como atrasados e fadados ao desaparecimento (SAUER, 1999; RIBEIRO, 2005a).

Dessa forma, foram criados e direcionados exclusivamente para o Cerrado vários programas de “desenvolvimento rural” voltado à concessão de crédito, assistência técnica e pesquisa¹³. Os programas de desenvolvimento do Cerrado, como ficaram conhecidos, tiveram como pólo irradiador o oeste de Minas Gerais, de onde foram espalhados para os demais estados cobertos pelo bioma. O início no oeste mineiro deve-se, basicamente, a localização relativamente próxima e já interligada com as regiões metropolitanas do Centro-Sul do país, onde a produção poderia ser consumida ou exportada (RIBEIRO, 2005a).

Os programas de “desenvolvimento” do Cerrado visavam integrar os “espaços vazios” da região central do Brasil ao capitalismo do Sul/Sudeste; estimular a instalação de capitais nacionais e multinacionais; induzir a expansão da agricultura comercial e, ao mesmo tempo, implementar a modernização agrícola do país. O discurso justificador destas estratégias de desenvolvimento recaiu sobre a necessidade de buscar áreas novas devido à completa saturação das áreas agrícolas no Sul e Sudeste. Acreditava-se que devido à Amazônia apresentar condições precárias de infraestrutura, riscos ecológicos e escasso conhecimento científico e tecnológico, seria prudente voltar as atenções para as regiões cobertas pelo Cerrado (ALHO e MARTINS, 1995; RIBEIRO, 2005a).

O mais importante, porém, era o fato de já existir, naquele momento, conhecimento científico e tecnológico para tornar o Cerrado espaço de produção em larga escala de *commodities*. Vantagem que se somava à sua topografia plana, à sua localização e à

¹³ Cabe destacar que existiram vários programas, como por exemplo, o Programa de Crédito Integrado (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), Programa Especial da Região da Grande Dourados (Prodegran), Programa Especial de Desenvolvimento do estado de Mato Grosso, Programa Especial de Desenvolvimento do estado do Mato Grosso do Sul, Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (Prodiat).

infraestrutura disponível, fatores que facilitavam a mecanização e ofereciam melhores condições de produção e de escoamento para os grandes centros urbanos e mercados internacionais (RIBEIRO, 2005a).

Entres os programas governamentais de desenvolvimento rural voltados exclusivamente para modernizar e desenvolver o Cerrado, o Projeto de Desenvolvimento do Centro Oeste (POLOCENTRO) e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) são considerados os de maior relevância e repercussão (SAUER, 1999).

O Polocentro, como parte do Programa Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel, esteve em vigor de 1975 a 1980. Foi o programa de maior impacto com efeito direto sobre a agricultura no Cerrado. Visava expandir para uma área mais ampla a política de desenvolvimento do Cerrado já executada em Minas Gerais. Cerca de 75% de seus recursos se destinaram a linhas especiais de crédito e o restante à pesquisa agropecuária, assistência técnica, armazenamento, transportes e eletrificação rural (ALHO e MARTINS, 1995; RIBEIRO 2005a).

O programa selecionou doze áreas com alguma infraestrutura e bom potencial nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essas áreas receberam recursos para investimentos em melhorias da infraestrutura (abertura de estradas, armazéns, etc.), enquanto os agricultores capitalizados, dispostos a cultivar ali, puderam participar de um programa extremamente generoso de crédito subsidiado. Tratava-se de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária (ALHO e MARTINS, 1995).

Foram beneficiados principalmente grandes e médias propriedades. Durante o período que o programa esteve em vigor, foram aprovados 3.373 projetos. Dos beneficiários, 81% representaram propriedades com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa. As propriedades com mais de mil hectares somaram 39% do número

total de projetos, as quais absorveram mais 60% do total financiado (ALHO e MARTINS, 1995).

As facilidades de financiamentos e subsídios, de um lado, e a implantação de infraestrutura de armazenagem e transporte, de outro, criaram as condições para o desenvolvimento da agricultura intensiva em todo o Centro-Oeste, produzindo grãos para exportação. Durante o período que este em vigor, o programa “incorporou” três milhões de hectares do bioma com lavouras, pastagens e reflorestamento, abrangendo uma área total de 785 mil quilômetros quadrados, a um custo de US\$ 868 milhões (SAUER, 1999; RIBEIRO 2005a).

Um elemento fundamental para o sucesso dessa expansão agropecuária “moderna” no Cerrado foi o desenvolvimento de tecnologias para tornar viável e rentável o cultivo comercial dos seus solos. A partir dos investimentos do Polocentro, a EMBRAPA criou, em Planaltina DF, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), com o objetivo fundamental de desenvolver ou adaptar tecnologias para a produção de grãos, especialmente soja, na região de abrangência do Cerrado (SAUER, 1999).

Embora as tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA tenham gerado resultados positivos em termos de produção e produtividade, a curto e médio prazo, alguns de seus resultados são questionáveis. As tecnologias foram dirigidas, principalmente, às necessidades dos grandes e médios produtores, que tiveram amplo acesso a crédito subsidiado e optaram pelo plantio de culturas de maior rentabilidade, particularmente a soja e, assim como os demais incentivos estatais, foram marcadas pelo caráter excludente dos Povos do Cerrado (ALHO e MARTINS, 1999).

No que se refere às metas iniciais, os objetivos do Polocentro não foram totalmente alcançados. Primeiramente, pretendia-se destinar 60% da área explorada para o cultivo de lavouras e reservar o restante para pastagens plantadas, sendo que as lavouras deveriam

produzir principalmente alimentos. O que ocorreu, ao final, foi uma dupla inversão: a área destinada à lavoura foi superada por aquela destinada a pastagens, e a lavoura foi predominantemente tomada pela soja para exportação (ALHO e MARTINS, 1995).

O montante financeiro aplicado também não teve o retorno econômico planejado. Como a pecuária suplantou a lavoura, mais de 60% dos recursos foram utilizados com esta finalidade, deixando de ser aplicados no desenvolvimento agrícola. Outro problema diz respeito à dispersão de ações do programa, o que contribuiu para o redirecionamento do desenvolvimento do Cerrado em termos de retorno à estratégia de assentamento dirigida implementadas pelos primeiros programas de desenvolvimento em Minas Gerais (PADAP) (SAUER, 1999; RIBEIRO, 2005a).

Com a implementação desse programa, muitos agricultores saíram, especialmente das regiões Sul e Sudeste, em busca de terras mais baratas para a produção agropecuária. Assim, houve motivação para novos deslocamentos populacionais para a Região Centro-Oeste. Os estados que mais atraíram produtores migrantes foram Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, mas muitos agricultores também se instalaram nas regiões sul e sudeste do estado de Goiás, criando um grande pólo produtor de soja em municípios como Rio Verde e Mineiros (SAUER, 1999).

O PRODECER¹⁴ foi o resultado do acordo de cooperação firmado entre os governos brasileiro e japonês, em 1976. Trata-se de um programa administrado por uma organização de direito privado, com caráter binacional, a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), com 51% de seu capital pertencente a uma *holding* brasileira e o restante a uma *holding* japonesa (RIBEIRO, 2005a). O interesse do Japão nesse programa deu-se porque, além de possuir recursos fartos para investir, o país queria fugir da dependência da produção americana. Os Estados Unidos eram o maior produtor mundial de soja, criando uma situação delicada para

¹⁴ Este ficou conhecido também como projeto JICA, pois a produção de soja para o Japão foi financiada com recursos do governo japonês através da JICA (Japan International Cooperative Agency) (SAUER, 1999).

países importadores como o Japão, inclusive como fonte de proteína vegetal na alimentação humana (SAUER, 1999).

Diferente do Polocentro e demais políticas governamentais, o PRODECER foi implantado com base em propriedades de médio porte. O programa financiava áreas de 400 a 500 hectares para, prioritariamente, famílias vindas do Sul ou Sudeste, com experiência em trabalho cooperativado e na utilização de técnicas modernas de produção agrícola. O principal objetivo do PRODECER era a produção tecnificada de grãos para abastecer especialmente o mercado externo (SAUER, 1999).

A CAMPO foi a responsável pela execução do projeto, mas a participação de duas grandes cooperativas (Cooperativa Agrícola de Cotia/SP e a Cooperativa de Suinocultores de Encantado/RS) foi fundamental no processo de implementação e escolha das famílias beneficiadas. Essas eram responsáveis pela seleção da metade dos agricultores que seriam beneficiados com os recursos do projeto. A implantação e consolidação dos pólos deveria acontecer através de cooperativas que organizavam e facilitavam a comercialização da produção (SAUER, 1999).

O PRODECER se desenvolveu em três etapas. A primeira fase (PRODECER I) teve início a partir de 1979 exclusivamente em território mineiro. A CAMPO atuou tanto na organização dos três grandes projetos de colonização (Iraí de Minas, Paracatu e Coromandel) e de suas grandes empresas (Paracatu e Unai), como na exploração direta da terra, onde foram realizadas experiências e produzidas sementes. Seus recursos foram aplicados em investimentos fundiários, infraestrutura e crédito. O PRODECER I esteve em funcionamento até 1984. Seu custo total foi de US\$ 94 milhões e sua área de abrangência foi de 60 mil hectares (SAUER, 1999; RIBEIRO, 2005a).

O PRODECER II entrou em vigor a partir de 1985, mas não teve o mesmo sucesso da primeira fase. Esta etapa estendeu o programa para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato

Grosso do Sul e Bahia. Constituiu 15 núcleos de colonização, totalizando uma área de 180 mil hectares com investimento total de US\$ 409 milhões. Entre os problemas enfrentados por essa etapa destacam-se os diversos planos econômicos que acabaram endividando os agricultores e tornaram os financiamentos inviáveis e a retirada do apoio japonês ao projeto. Como alternativas buscou-se o uso de irrigação e diversificação de culturas e atividades pecuárias (SAUER, 1999; RIBEIRO, 2005a).

Em 1994, em direção às novas áreas dos estados do Maranhão e Tocantins, começou a terceira fase do PRODECER. Esta representou uma expansão ainda maior da estratégia de “modernização” do Cerrado para novas áreas do bioma. A partir das críticas feitas ao programa, esta fase apresentou uma preocupação ambiental, que se traduziu na destinação de metade dos hectares incorporados à área de reserva florestal. As áreas financiadas foram de mil hectares cada, todas voltadas para a produção de soja para exportação. Em 1995, dois novos pólos foram criados, cada um com 40 mil hectares (um em Pedro Afonso/TO, outro em Balsas/MA). Esta terceira etapa foi finalizada no início de 2001 (SAUER, 1999; RIBEIRO, 2005a).

Uma mudança significativa trazida pelo conjunto de inovações tecnológicas da Revolução Verde e que contribuiu ainda mais para a devastação do bioma foi a expansão das áreas agricultáveis. O cultivo, anteriormente viável apenas nas formações florestais do Cerrado (as chamadas “terras de cultura”) em virtude da fertilidade do solo, graças às novas tecnologias, tornou-se viável também nas formações savânicas, no cerrado (*sensu stricto*). Dessa forma, o cerrado, antes usado como pastagem natural, passou a ter uso agrícola e as formações florestais, antigamente derrubadas para o plantio de lavouras, tornaram-se pastos, depois de serem rasgadas e esgotadas com o arado de tração animal (RIBEIRO, 2002).

Uma das razões desta inversão do espaço agrícola, além da expansão da produção (já que o cerrado cobre aproximadamente 80% do bioma), deve-se à possibilidade de mecanizar

todo o processo produtivo, desde o preparo da terra até as etapas posteriores de cultivo. Ao contrário das “terras de cultura”, o cerrado é plano, o que facilita o uso de maquinário. Além de simplificar a preparação da terra e outros tratos culturais, a mecanização permitiu também a derrubada mais rápida da vegetação nativa, o que favoreceu a expansão agrícola e a formação de grandes áreas de pastagens (RIBEIRO, 2005a).

A execução desses grandes programas culminou na ocupação maciça das áreas de Cerrado contínuo e também na consolidação do bioma como a nova fronteira agrícola do país. A partir de então, as paisagens do bioma alteraram-se profundamente, sua cobertura vegetal nativa foi, em grande escala, substituída por pastagens plantadas e lavouras comerciais. De forma que hoje o Cerrado possui duas atividades econômicas principais: a grande pecuária ancorada, sobretudo, na adaptação das gramíneas do gênero *brachiaria* e a produção de grãos para exportação em sistemas de monoculturas extensivas (ALHO e MARTINS, 1995; SILVA, 2009b).

O conjunto de ideias modernas que influenciou as estratégias de desenvolvimento rural desde a implementação da política estatal modernizante perdurou ao longo dos tempos, de modo que atualmente a proposta hegemônica de desenvolvimento para a agricultura brasileira fundamenta-se em seus postulados. Prioriza-se, portanto, a especialização da produção em *commodities* para exportação em sistemas de grandes monoculturas, em detrimento de atividades produtivas pautadas em sistemas poliprodutivos, voltados para o mercado interno e ecologicamente mais sustentáveis.

É com este enfoque que a atual forma de ocupação econômica do Cerrado continua sendo a grande produção agropecuária tecnificada, voltada para a exportação e geração de divisas para o país. Assim, o Cerrado permanece como a fronteira agrícola, como a área onde a vegetação nativa pode ser substituída indiscriminadamente pela monocultura, sobretudo de soja, milho, algodão, café e, mais recentemente, cana-de-açúcar e o plantio de eucaliptos,

além da criação extensiva de gado. Em 2009, por exemplo, o bioma respondeu por 48% da produção brasileira de café, 37% de arroz, 26% de milho, 30% de feijão, e 89% de algodão (SILVA, 2009b).

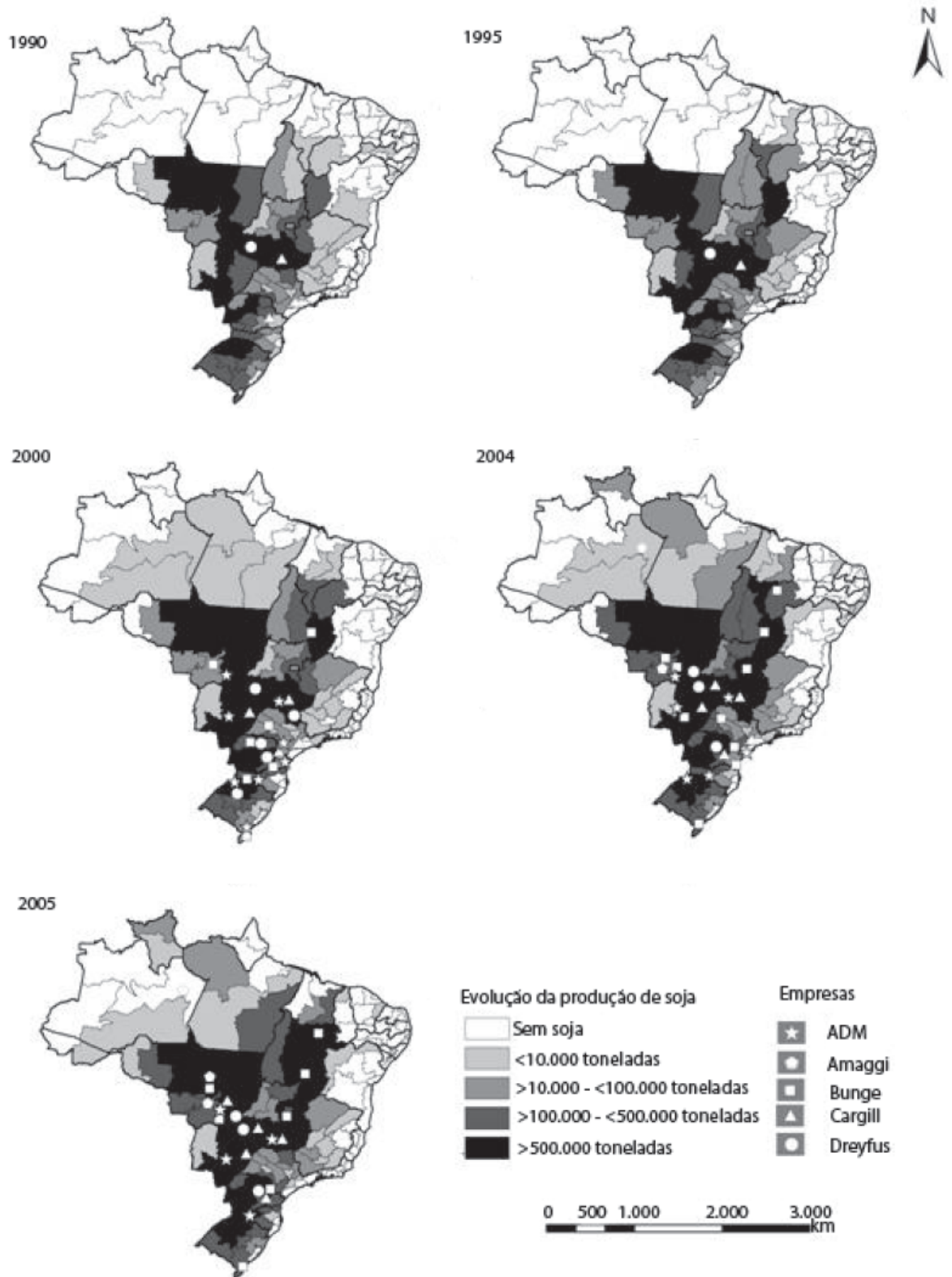
Dentre estas culturas, a soja foi a que mais se expandiu e continua se expandindo sobre o Cerrado. Inicialmente produzida na Região Sul do país, a produção do grão deslocou-se para o Centro-Oeste, e atualmente está amplamente difundida nas áreas centrais, mineiras e nordestinas do bioma. Dos dez estados que produzem o grão, apenas dois não estão inseridos na região de abrangência do Cerrado, sendo que, entre os quatro maiores produtores (Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás) que juntos produzem 82% da soja nacional, encontram-se dois estados que possuem grande parte do seu território dentro do Cerrado contínuo (Mato Grosso, 48,3% e Goiás 96,6%), estes respondem ainda por quase 40% da produção brasileira do grão (MMA, 2010; WWF, 2012).

Em 2011, a soja respondeu por 49% da área plantada em grãos do Brasil. A produção nacional do grão saltou de pouco mais de 12 milhões para 70 milhões de toneladas anuais, entre a metade dos anos 1970 e 2011, com ganho de produtividade em torno de 3% ao ano, colocando o Brasil como o segundo maior produtor mundial. No mesmo período, a área cultivada no país passou de 6,9 milhões para 25 milhões de hectares. No Mato Grosso, por exemplo, a produção cresceu 600% desde 1990 (MMA, 2010; WWF, 2012).

A expansão da produção de soja continua ocorrendo. Na última década, conforme ilustra a Figura 4, incorporou novas áreas no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. De acordo com dados divulgados pelo MMA (2011), as áreas que formam estes estados correspondem justamente aos 20 municípios que mais desmataram no bioma Cerrado no período de 2009 a 2010, o que demonstra que continua havendo um movimento de abertura de novas fronteiras agrícolas, voltadas, sobretudo para *commodities* de exportação, sendo que, os estados do

Maranhão e do Piauí, onde a cultura mais se expandiu, responderam pelas maiores áreas desflorestadas no período (MMA, 2011).

Figura 4 – Expansão da produção de soja e localização das principais agroindústrias



Fonte: Sauer e Leite (2012, p. 508).

Verifica-se ainda, a partir da Figura 4, o deslocamento geográfico ocorrido na posição das empresas multinacionais (especialmente ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus) que mudaram suas plantas industriais da região Centro-Sul para as áreas de Cerrado, cujo “centrão” passou a concentrar 72% do valor da produção dessas unidades. Percebe-se então que, desde 1980, tem ocorrido um intenso processo de espacialização da produção de soja no Brasil, acompanhado também de um forte processo de concentração econômica e desnacionalização. A participação do capital internacional no total do capital aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão, por exemplo, passou de 16%, em 1995, para 57%, em 2005 (SAUER e LEITE, 2012).

Outro cultivo que vem se destacando é a cana-de-açúcar, especialmente na região Centro-Sul do Cerrado. Um dos motivos diz respeito ao Zoneamento Agroecológico do setor sucroalcooleiro lançado pelo Governo Federal, em 2009. Este proibiu o plantio de cana na Amazônia e no Pantanal e estabeleceu a obrigatoriedade da mecanização completa da colheita, o que teoricamente promoveria a expansão da cultura para as áreas degradadas do Cerrado (PIETRAFESA, *et al.*, 2011).

Porém, ao contrário do que pregam os discursos correntes no governo, a expansão da cana-de-açúcar não vem ocorrendo apenas sobre as pastagens degradadas. Na prática está avançando também sobre as áreas remanescentes de Cerrado. Um levantamento realizado pelo Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), por exemplo, retrata que uma área de cerca de 2,5 mil km² pertencentes a municípios goianos considerados pelo MMA como “prioridade muito alta para o fomento e uso sustentável” já está dominada pela cultura da cana. No Mato Grosso, as lavouras de cana estão avançando sobre áreas onde deveria ser corredor de biodiversidade. Em Minas Gerais, a situação também se repete, a monocultura da cana está se expandindo sobre áreas consideradas de “muito alta prioridade” para a conservação ambiental (ISPN, 2008).

A pecuária bovina também continua com grande expressividade na região, de forma que atualmente quatro em cada dez cabeças do rebanho bovino brasileiro são produzidas no Cerrado (WWF, 2012). O rebanho bovino avançou, por exemplo, de 34 milhões em 1975 (34% do total do país), para mais de 85 milhões de cabeças em 2003. Isto significou 43% do rebanho bovino nacional e 55% da produção de carne brasileira (SILVA, 2009a).

Percebe-se, portanto, que o modelo agropecuário “moderno” tornou-se hegemônico no Brasil, que o território de domínio do Cerrado foi incorporado à dinâmica desenvolvimentista nacional e totalmente inserido no circuito mundial de produção de *commodities*, principalmente através da produção em sistemas de monoculturas extensivas de grãos para exportação. Porém, este modelo de desenvolvimento e sua lógica de ocupação e exploração dos recursos do Cerrado não são sustentáveis e nem compatíveis com a preservação ambiental. Para a instalação dos monocultivos é necessário derrubar a cobertura vegetal nativa, usar fertilizantes e adubos químicos, o que contamina e faz secar as águas, empobrece a biodiversidade, gera desequilíbrios ecológicos, inviabilizando o sustento de comunidades extrativistas que vivem no e do Cerrado, conforme será discutido no próximo tópico.

2.4 OS POVOS DO CERRADO NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO

Como visto no Capítulo I, não foram “lugares vazios” que cederam espaço para a expansão desenfreada das monoculturas. Antes de ser tomado pela grande produção agropecuária, centenas de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, camponesas habitavam os espaços de domínio do Cerrado. Entretanto, para a implantação dos projetos de colonização e para a instalação da agricultura “moderna” e tecnificada, muitas dessas comunidades foram expulsas dos seus locais de origem, algumas foram até mesmo dizimadas e as que conseguiram permanecer tiveram suas estratégias de produção e reprodução social praticamente inviabilizadas (SILVA, 2005).

O modelo agropecuário industrial e produtivista não respeitou os espaços de trabalho e de vida dos Povos do Cerrado, gerou passivos ambientais e sociais e alterou drasticamente suas formas de produção e reprodução social e cultural. Junto com a expansão da agropecuária industrial e tecnicada, os Povos do Cerrado vivenciaram (vivenciam) consequências dramáticas como a perda e falta de perspectiva de trabalho (pois a monocultura é eminentemente desempregadora), crescimento do trabalho escravo e infantil (por exemplo na atividade de carvoejamento) e êxodo rural (SILVA, 2009a).

Como foi priorizada a produção de grãos em sistemas de grandes monoculturas, a propriedade da terra no Brasil, que já era concentrada, aprofundou-se ainda mais. Com isso, ocorreu violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo e, em pouco tempo, houve um deslocamento populacional de milhões de pessoas das áreas rurais para a cidade. O campo brasileiro que, nas décadas de 1950 e 1960, abrigava mais ou menos 70% da população, durante a década de 1990 passou a acomodar menos de 30% (SAUER, 2007).

A produção agropecuária “moderna” e tecnicada não só concentrou poder e riqueza, como passou a usar os recursos naturais de forma totalmente diversa da que há muito tempo era realizada. As monoculturas, o uso intensivo de fertilizantes e adubos químicos, o maquinário pesado, a irrigação, entre outros, além de causarem fortes desequilíbrios ambientais (rios, córregos e lagoas secaram, as espécies animais e vegetais diminuíram, as “terras de cultura” foram inviabilizadas), culminaram em perdas significativas das estratégias tradicionais de reprodução social dos Povos do Cerrado, pois o acesso a recursos como terra, água, frutos nativos, ervas medicinais e lenha se tornou cada vez mais difícil (SILVA, 2005; 2009a; CARVALHO e SAWYER, 2009).

Seja por meio de grilagem, pela força ou por formas oficiais de cessão de “terras devolutas” por parte do Estado às empresas e latifundiários, o modelo adotado de ocupação expropriou os Povos do Cerrado das terras de uso comum, em especial as chapadas, e até

mesmo as de uso familiar, o que tornou inviável muitas das suas atividades produtivas. A capacidade de criação de bovinos, a caça e várias formas de extrativismo vegetal que eram realizadas nestas áreas coletivas diminuíram de forma expressiva e, em alguns casos, não puderam mais ser executadas, em virtude da não disponibilidade dos recursos ou do impedimento ao acesso (áreas privadas) (RIBEIRO, 2002; SILVA, 2009b).

Assim, as atividades tiveram que ser reduzidas, principalmente, as chamadas “terras de cultura” (formações florestais do bioma), terras consideradas de maior fertilidade. Mas, estas já representavam o principal ambiente explorado em termos de moradia, agricultura, criação de animais, etc. Com isso, muitas famílias foram obrigadas a adotar novas técnicas aprendidas com o exemplo dos empreendimentos vizinhos. Fato que, de um lado, aumentou os custos de produção e, de outro, ampliou os impactos ambientais (RIBEIRO, 2002).

Silva (2009a) oferece um exemplo deste processo de degradação, contaminação e exaustão dos recursos naturais que desestabiliza e inviabiliza dia após dia os modos de vida tradicionais. No livro *O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*, o autor discute o caso da comunidade de Vereda Funda, no norte de Minas Gerais, onde foi implantada, no início da década de 1980, uma empresa de “reflorestamento” destinada ao monocultivo de eucalipto.

Segundo retrata Silva (2009a), até este período essa comunidade vivia basicamente da agricultura e do extrativismo. Mas, depois da introdução do eucalipto na região, o regime de vida da população mudou completamente. A empresa apropriou as terras das chapadas, usadas para solta do gado e extrativismo, mas tidas pelo governo mineiro como “devolutas”. Isso, além de inviabilizar as práticas produtivas, gerou minifúndios inviáveis, encurralados entre o maciço de eucalipto e os cursos d’água (SILVA, 2009a).

Como o plantio homogêneo de eucalipto foi instalado justamente nas chapadas (área de recarga hídrica do bioma), Silva (2009a) relata que os córregos da comunidade (que

mesmo em tempo de forte seca sempre foram permanentes) secaram. Isso inviabilizou formas vitais de aproveitamento da água, pois, além de deixar a terra propícia para a agricultura, abrigavam peixes que eram usados para alimentação; bem como eram utilizadas para cozinhar, para lavar roupas, tomar banho, inclusive gerava energia para fazer farinha, pilar café, cerrar madeira. O autor destaca ainda que, não só as fontes de água secaram, mas houve também um abaixamento de todo o lençol freático da região. Com isso, as terras úmidas se tornaram secas e todo o sistema produtivo local foi afetado. Culturas como feijão e arroz tiveram que ser substituídas por mandioca e andu (SILVA, 2009a).

Além de desestabilizar os sistemas tradicionais de vida e produção, o modelo agrícola industrial e produtivista também ameaça a manutenção das práticas comunitárias e dos saberes produzidos de forma coletiva, com base na troca de informações e transmitidos de geração em geração, os quais constituem patrimônio cultural sobre o Cerrado (CARVALHO e SAWYER, 2009). É o processo que Silva (2009a) denominou de erosão cultural dos modos de vida, que poderiam ser base para a construção de modelos sustentáveis de ocupação, produção e geração de riqueza na região de domínio do Cerrado, nos quais a sociobiodiversidade seria o principal triunfo e valor.

Esse patrimônio cultural que detém os Povos do Cerrado é majoritariamente de origem indígena, fruto da trajetória milenar de convivência destes primeiros habitantes com os ecossistemas do bioma. Os indígenas do Cerrado estabeleceram uma relação orgânica com o ambiente natural, gerando histórias de convivência íntima e harmônica, baseada em modos de vida acoplados às paisagens naturais e no aproveitamento dos recursos naturais de forma mais racional e equilibrada, sem prejudicar significativamente os ecossistemas, chegando até mesmo a incrementar sua biodiversidade. A partir desses foram consolidados conhecimentos como manejo, possibilidades de uso de plantas e animais, formas de convivência, etc. É a este

riquíssimo conjunto de saberes, práticas e usos do Cerrado que se denomina patrimônio cultural indígena sobre o Cerrado (SILVA, 2009a).

Este patrimônio cultural indígena foi, de forma mais ou menos intensa, transmitido aos povos negros, brancos e mestiços que passaram a habitar as áreas centrais do Brasil, a partir da colonização. Com o passar do tempo, foi também apreendido pelas demais comunidades aqui denominadas Povos do Cerrado, que em função da necessidade de uma relação menos mercantil com os recursos naturais, conseguiram manter, e até ampliar, o patrimônio cultural indígena acerca da biodiversidade do bioma (SILVA, 2009a).

É nesta combinação entre patrimônio cultural que os Povos do Cerrado herdaram dos indígenas a respeito dos ecossistemas do Cerrado e de seu uso; forte sentido de pertencimento ao território; íntima relação com as paisagens naturais; forma diferenciada, em geral mais racional e equilibrada, de utilizar os recursos; características, valores e estratégias típicos da economia camponesa, que existem preciosos ingredientes para reorientar a forma de ocupação e apropriação dos ecossistemas do Cerrado, tendo como perspectiva uma concepção de sustentabilidade que seja ecologicamente consequente, culturalmente diversa e socialmente incluyente e democrática (SILVA, 2009a).

Entretanto, o modelo de ocupação “moderno”, predatório e excludente continua a imperar (o que coloca em risco além da biodiversidade, este patrimônio cultural, que poderia ser a base para formas mais sustentáveis de ocupação do Cerrado). Um exemplo é a expansão recente do cultivo de cana-de-açúcar no Cerrado, que, conforme apontam Pietrafesa, *et al.* (2011), embora seja necessária em virtude da criação de tecnologias alternativas de produção de combustível, vem ocorrendo à custa de um passivo ambiental e social de grande envergadura. Segundo os autores, no campo ambiental existem, além dos problemas típicos da monocultura (perda significativa da biodiversidade), problemas como poluição do ar e efeito estufa em virtude das grandes queimas das lavouras. No aspecto social, destacam-se os

conflitos trabalhistas (várias agroindústrias mantêm trabalhadores em situação semelhante à escravidão) e as péssimas condições de trabalho (PIETRAFESA *et al.*, 2011).

Outro impacto retratado por Pietrafesa *et al.*, (2011) é a mudança na forma tradicional de ocupação e trabalho dos Povos do Cerrado. Os autores afirmam que nos municípios onde as lavouras de cana tiveram forte penetração, muitas famílias arrendaram suas terras para a formação das lavouras e abandonaram sua ocupação tradicional (produção de leite, frutas, hortaliças), provocando diminuição na produção e oferta desses alimentos (PIETRAFESA *et al.*, 2011).

Vale destacar que a continuidade da expansão desenfreada das monoculturas corrobora a atual hegemonia do modelo produtivista de desenvolvimento e percepção ainda corrente do Cerrado como espaço sem valor e sem utilidade. Contexto que precisa ser urgentemente modificado, pois, além de todas as implicações negativas já discutidas, é nos ecossistemas do Cerrado que os seus Povos gostam de viver, é neles que eles encontram o valor e o propósito de suas próprias vidas. Entretanto, cabe destacar que os Povos do Cerrado não assistem a essa expropriação passivamente, além de executarem ações de resistência local, eles se articulam em redes e se integram a entidades, instituições da sociedade civil e movimentos sociais em diversas iniciativas que visam proteger e preservar o bioma. Reafirmando, também neste sentido, o seu papel de defensores e guardiões do bioma.

2.5 NOTAS CONCLUSIVAS

As reflexões deste capítulo indicam que o modelo de desenvolvimento, que norteou a modernização da agricultura brasileira e que, conseqüentemente, foi implantado nas áreas cobertas pelo Cerrado, foi acompanhado de implicações perversas. Mesmo assim, continua hegemônico, norteando grande parte das ações e estratégias governamentais, através da associação entre desenvolvimento como crescimento econômico. Entretanto, as

potencialidades do Cerrado para o desenvolvimento não se restringem à vocação agropecuária e, diferentemente do que é praticado atualmente, é completamente possível o empreendimento de estratégias de ocupação, capazes de combinar preservação ambiental com uma exploração econômica racional de seus recursos.

Neste sentido, é necessário primeiramente estabelecer uma mudança de enfoque, partindo da forma como é entendido o desenvolvimento, delimitando o que realmente se quer alcançar com este processo, até chegar a uma nova abordagem que privilegie e fomente novas atividades econômicas e produtivas, mais compatíveis com expectativas e ensejos demandados. Acredita-se que estas novas abordagens devem ter como base os Povos do Cerrado e as potencialidades naturais do bioma. O que não significa que o Cerrado não possa continuar como produtor de *commodities* agrícolas exportáveis, mas sim que esta não pode permanecer como a única “utilidade” das áreas cobertas pelo bioma.

O que defende-se nesta dissertação é que não existe um caminho único de desenvolvimento, que assim como a diversidade biológica, social e cultural do bioma Cerrado, são possíveis e viáveis múltiplas estratégias de produção e reprodução social. Esta dissertação, por exemplo, parte da experiência do agroextrativismo praticado pelos Povos do Cerrado, como será discutido mais especificamente nos Capítulos III e IV adiante.

CAPÍTULO III

EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO CERRADO

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, uma série de transformações sociais, econômicas e ambientais resultou em questionamentos a respeito da adequação da concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Os novos ensejos da sociedade passaram a demandar que, ao invés de ter como principal meta a obtenção de indicadores econômicos positivos, as ações de desenvolvimento incluíssem também preocupações com a redução das desigualdades sociais, redução da pobreza e preservação ambiental.

Neste contexto, o enfoque que se pode chamar de novas abordagens do desenvolvimento rural tenta desconstruir, intelectual e politicamente, a concepção de rural como agrícola e de desenvolvimento rural como modernização da agricultura. Perspectivas que buscam alternativas capazes de superar o modelo agropecuário produtivista, pois quando o objetivo é erradicar a pobreza e conduzir a melhores condições de vida no campo não se pode continuar fomentando a expansão das grandes propriedades de terra, cujas implicações tendem a ser excludentes, geradoras de miséria e predatórias de recursos naturais.

Sob a perspectiva do desenvolvimento rural, é preciso entender que os espaços rurais não constituem apenas lugares destinados à produção agrícola, mas caracterizam-se como espaços que desempenham também outras funções como lazer e moradia. Nestes espaços complexos e diversificados que constituem o rural brasileiro, os Povos do Cerrado representam os atores sociais mais adequados para assumirem o protagonismo deste desenvolvimento. Isto porque suas características e formas de organização social, distintas do modelo agropecuário hegemônico, se baseiam no aproveitamento das potencialidades dos ecossistemas locais e permitem formas ambiental e socialmente mais racionais de utilização dos recursos do Cerrado.

Entre as estratégias de produção e reprodução social que os Povos do Cerrado lançam mão, em busca de melhores condições de vida, encontra-se a combinação frequente entre sistemas agrícolas poliprodutivos e outras atividades agrícolas e não-agrícolas, entre elas o extrativismo da flora e da fauna do bioma. É neste sentido que os Povos do Cerrado são também denominados comunidades agroextrativistas, sendo que o agroextrativismo representa, ao mesmo tempo, um modo de vida e um processo de construção de alternativas à realidade atual, marcada pela exclusão e por dificuldades de obtenção de renda e permanência no campo (NOGUEIRA e FLEISCHER, 2005; SILVA, 2005).

O agroextrativismo é uma atividade estratégica para a conservação do bioma e para a geração de renda das comunidades que o realizam, contribuindo para a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, para a permanência dos Povos do Cerrado nos espaços rurais do bioma. Fomentar e valorizar o agroextrativismo constitui, portanto, uma estratégia de desenvolvimento rural. Mas, para que isso ocorra, é imprescindível que o Cerrado deixe de ser visto como fronteira, cuja utilidade central é a produção de *commodities*, e passe a ser valorizado pela riqueza que possui e pela diversidade dos ecossistemas nele existente (CARVALHO, 2007).

Este capítulo procura discutir quais são as principais diretrizes que devem seguir o desenvolvimento rural no Cerrado, a partir do reconhecimento de suas potencialidades naturais e sociais e da constatação das conseqüências perversas que o modelo agropecuário hegemônico causou, tanto para os Povos do bioma, quanto para o meio ambiente. Para isso, parte-se da ideia mais geral de desenvolvimento, até chegar ao novo enfoque do desenvolvimento rural e nas características e diretrizes que ele deve assumir no contexto do Cerrado, para, ao final, abordar o papel que o agroextrativismo pode desempenhar neste processo.

3.1 EM BUSCA DE OUTRA NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A ideia de desenvolvimento (e desenvolvimento rural) tem se feito presente em grande parte das discussões acadêmicas, intelectuais, políticas, econômicas de todo o mundo, principalmente a partir dos últimos 60 anos. Porém, ainda está longe de corresponder a uma definição precisa e homogênea. Trata-se de uma noção complexa e multifacetada, que perpassa as mais diversas perspectivas teóricas e que é fortemente condicionada pelas intenções e concepções da sociedade em dado contexto histórico (SCHNEIDER, 2004).

De tão complexa, é possível distinguir nos dias atuais a coexistência de duas abordagens principais, com predomínio de uma ou outra a depender dos atores e dos interesses de quem utiliza. A primeira corresponde justamente à noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento, discutida no capítulo II, segundo a qual o progresso, o crescimento da economia global, da renda e dos indicadores macroeconômicos seriam a solução para todos os problemas enfrentados pela sociedade.

A segunda abordagem começou a ganhar força em meados da década de 1990, a partir da percepção do caráter excludente, concentrador de riquezas e ambientalmente predatório contido na concepção de desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico. Neste momento, passa a ter maior expressividade uma espécie de aparente impossibilidade do desenvolvimento ou, pelo menos, de suas imensas dificuldades de materialização (NAVARRO, 2001). Frente a novos contextos históricos, marcados pela ocorrência de mudanças (rápidas, profundas e inéditas) de âmbito social e econômico que modificou drasticamente estruturas, modelos e formas de organização da sociedade, a noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico tornou-se insatisfatória e insuficiente (SCHNEIDER, 2004).

Com o passar dos anos, observou-se que mesmo nos momentos em que os países apresentavam crescimento econômico vertiginoso e em ritmo acelerado, as condições de vida

das populações permaneciam as mesmas, ou até mesmo pioravam. E mais ainda, os benefícios, quando havia, não alcançavam toda a sociedade de maneira uniforme, contemplavam apenas uma pequena parcela da população, em geral a mais rica. Situações que contribuíam ainda mais para aprofundar as desigualdades entre ricos e pobres (VEIGA, 1998; FAVARETO, 2007).

A partir das experiências e frente a novas aspirações e ensejos da sociedade, despertou-se para a necessidade de revisitar o conceito de desenvolvimento, para, entre outras coisas, acrescentar um enfoque mais social e menos econômico. Notou-se que o crescimento, embora seja uma condição necessária para o desenvolvimento, não é de forma alguma suficiente, pois configura sempre um meio e não um fim em si mesmo. Seus objetivos devem ir bem mais além da mera multiplicação da riqueza material. Devem ter como meta a ampliação do emprego, a redução da pobreza e a minimização das desigualdades. Só assim é possível proporcionar uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2008).

As discussões e os debates acadêmicos passaram então a unir esforços na tentativa de conduzir a uma mudança de enfoque. Preocupações como crescimento econômico com distribuição de riqueza aparecem, mas incorpora-se também uma série de aspectos sociais como saúde, educação, equidade, democracia, justiça social etc. O eixo central dos debates passa a ser expiação e reparação das consequências perversas do modelo desenvolvimentista. (VEIGA, 2002; KAGEYAMA, 2008).

Não se pretende retirar por completo o pensamento econômico do conceito de desenvolvimento, mas fazer com que se diferencie do economicismo redutor¹⁵. Em vez de ter como meta a simples elevação de indicadores econômicos, muitas vezes com pouco efeito na

¹⁵ Economicismo redutor, segundo Sachs (2008), refere-se a abordagem que considera que o desenvolvimento acontece espontaneamente como consequência natural do crescimento econômico, graças ao jogo livre das forças de mercado.

realidade social, o objetivo principal passa a ser a promoção da igualdade e a maximização das vantagens daqueles que se encontram nas piores condições, de forma a diminuir a pobreza (SACHS, 2008).

É no âmbito desse esforço de superar a crise do poder explicativo da ideia economicista de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, incluir as novas preocupações sociais que surgem diferentes termos como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento incluyente, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, etc. Todas essas expressões possuem em comum a crítica aos rumos do progresso e aos efeitos perversos da “modernização” e foram de imprescindível importância para a disseminação de novas ideias e afirmação dos novos rumos que o desenvolvimento deveria tomar (FAVARETO, 2007).

O termo desenvolvimento sustentável, por exemplo, foi criado com a intenção de incorporar a problemática ambiental à noção de desenvolvimento. No decorrer dos anos, notou-se que o crescimento ilimitado é naturalmente impossível e que o padrão civilizatório de consumo, preconizado pelo modelo de desenvolvimento em curso, é altamente poluidor e predatório de recursos naturais. Assim, caso persista, as bases ambientais de qualquer progresso futuro podem ser completamente comprometidas (ABRAMOVAY, 2012).

A ideia do desenvolvimento sustentável nasce, portanto, da tentativa de se instituir um outro padrão de relação entre a sociedade e a natureza, onde a degradação crescente dos recursos naturais fosse substituída por práticas fundadas em um aproveitamento mais racional dos recursos finitos. Assim, em 1987, esse novo termo é consagrado durante a Comissão Brundtland, segundo a qual o desenvolvimento que se pretendia era aquele capaz de preservar os recursos necessários às gerações vindouras (SCOTTO *et al.*, 2010).

As discussões em torno do desenvolvimento sustentável se estruturaram e ganharam robustez ao longo dos anos de modo que ganharam força ideias em torno da necessidade urgente de se modificar as bases do desenvolvimento pautado no crescimento econômico para

estratégias compatíveis com a preservação e a regeneração dos serviços ecossistêmicos de que dependem as sociedades humanas. Para Abramovay (2012), o desenvolvimento que está se buscando é um processo muito mais amplo do que aquilo que se convencionou chamar de economia verde:

A ecoeficiência não representa nenhum atalho pelo qual o crescimento pode perpetuar-se como o eixo da relação entre economia e sociedade. A redução no consumo de matéria, de energia e de emissões de poluentes decorrente da inovação tecnológica não é e não tem como ser suficiente para que a economia possa suprimir os limites dos ecossistemas dos quais as sociedades dependem. Ou para usar a expressão de Leonardo Boff, “o verde representa apenas uma etapa de todo um processo. A produção nunca é de todo ecoamigável”. O que está em jogo aí são os padrões de consumo das sociedades contemporâneas e, antes de tudo, a sua impressionante e crescente desigualdade, cuja significativa redução é um dos mais importantes desafios, sem cujo enfrentamento a própria economia verde perde muito de seu real alcance (ABRAMOVAY, 2012 p. 86).

Abramovay (2012) defende a proposição de que, para realmente se alcançar o desenvolvimento é necessário a emergência de uma nova economia. Essa nova economia deverá ter a ética no centro da tomada de decisões e se apoiar em um metabolismo social capaz de garantir a reprodução saudável das sociedades humanas. Seus objetivos estratégicos seriam: aumentar a eficiência e reduzir a desigualdade no uso dos recursos.

Segundo Abramovay (2012), para que ocorra a transição para essa nova economia, é imprescindível que o crescimento econômico deixe de ser o eixo universal e a razão de ser da vida econômica e passe a obedecer aos limites dos ecossistemas e ter como principal finalidade ampliar as liberdades substantivas das pessoas¹⁶. Porém, o autor pondera que esses limites não serão respeitados enquanto persistirem as desigualdades na renda, no uso da energia, nas emissões, no consumo, na educação e na saúde.

A luta pela redução das desigualdades é vista por Abramovay (2012) como o eixo estratégico da construção da nova economia, pois as desigualdades trazem prejuízos tanto à coesão social, quanto ao próprio crescimento, uma vez que bloqueiam a iniciativa econômica

¹⁶ Abramovay (2012) retira esses argumentos da teoria da expansão das capacitações postulada por Amartya Sen.

dos mais pobres. O caminho para reduzir as desigualdades, de acordo com o autor, passa por não colocar o crescimento econômico como objetivo central e em repensar coletivamente os próprios padrões de consumo das sociedades contemporâneas.

Na visão de Veiga (2002), a luta pela redução das desigualdades também se distancia do crescimento econômico como meta principal. Segundo o autor trata-se de uma tarefa árdua e gradativa que exige uma incessante e paciente ofensiva social e que depende, em grande medida, de uma infinidade de mudanças institucionais. Sobre a relação entre crescimento econômico e desigualdade, Veiga (2002) destaca ainda que as sociedades que melhor sustentaram e aproveitaram o crescimento econômico correspondem justamente às que no início do processo já eram as menos desiguais. E ainda mais, a sustentação do crescimento esteve vinculada à menor desigualdade no acesso a dois ativos cruciais: educação e propriedade fundiária. Além de aumentar o efeito do crescimento sobre a redução da pobreza, essa ação potencializou o próprio crescimento (VEIGA, 2002).

Para Sauer (2008), as novas abordagens do desenvolvimento, além de ambientalmente sustentáveis (contemplar o acesso a recursos e uso responsável deles, bem como a preservação da biodiversidade), devem incluir as dimensões social, política e cultural. Na dimensão social, deve atuar na busca por inclusão social e redução da pobreza; na dimensão política, deve incluir a luta pelo aprofundamento da democracia e da participação; na dimensão cultural, deve buscar a conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidades.

O desenvolvimento é abordado por Schneider (2011 p.16) como “[...] um fenômeno de natureza social, pois existe como tal, à medida que passa a ser percebido como uma situação que envolve uma determinada coletividade humana, a qual realiza um conjunto de ações que produzem relações e interações práticas, normativas, cognitivas e simbólicas visando o seu bem estar”. Dessa forma, segundo coloca o autor, o desenvolvimento é, antes de tudo, uma

construção política e ideológica, pois é socialmente construído e politicamente legitimado (SCHNEIDER, 2011).

Cabe enfatizar que esse debate em torno do que compreende e deve compreender o desenvolvimento, embora já tenha avançado substancialmente e já possua campo teórico definido, ainda hoje divide espaço com a assimilação de desenvolvimento como crescimento econômico. Não está caracterizado, portanto, como uma noção completa e disseminação, mas em vias de afirmação e consolidação, debate segundo o qual esta dissertação de mestrado procura convergir esforços.

O desenvolvimento é aqui entendido como um processo complexo e multidimensional, diretamente influenciado pelos condicionantes sociais e com forte caráter político. São assim consideradas desenvolvimento “soluções” que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, isto é, capazes de ampliar o emprego, reduzir a pobreza, atenuar as desigualdades e que estejam inseridas nos princípios da sustentabilidade e respeito ao meio ambiente (SACHS, 2008).

3.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

Do mesmo modo que a ideia mais geral de desenvolvimento, o desenvolvimento rural também apresentou significados e compreensões distintas ao longo dos anos. Não se trata de um conceito estático, mas sim de um conjunto de ideias que se altera ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social impõe às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2001).

Desenvolvimento rural à época da modernização da agricultura, por exemplo, era restrito ao desenvolvimento agrícola. Incluía necessariamente a intensificação tecnológica e o uso crescente de insumos “modernos”, com o intuito, sobretudo, de conduzir a aumentos de

produção e de produtividade. Suas estratégias se resumiam ao fomento das atividades agrícolas, com absorção do pacote tecnológico e com o objetivo de transformar os agricultores “tradicionais” em agricultores “modernos” (NAVARRO, 2001).

Esta noção permaneceu dominante até o início da década de 1980, período que começou a ganhar força uma crítica contundente a este modelo de desenvolvimento, pautado no ideário “moderno” e produtivista. Desde então, tem início uma série de discussões na tentativa de se construir e adotar um novo enfoque de desenvolvimento rural, capaz de proporcionar melhores condições de vida e bem estar social para a população, garantir direitos e liberdades individuais e respeito ao meio ambiente (SAUER, 2008; DELGADO, 2010).

As novas discussões passam a abordar o que é preciso ou pode ser feito para melhorar as condições de vida no campo de modo a superar a pobreza e as desigualdades que o permeiam. Foram sendo formulados questionamentos diretamente relacionados às discussões em torno da necessidade de superar a noção de desenvolvimento, como sinônimo de crescimento econômico, e de construir outra abordagem, contemplando além do aspecto econômico, um desenvolvimento social, político e ambientalmente sustentável. A diferença é que as atenções são voltadas especificamente para o Cerrado e para o espaço rural sem, no entanto, ficarem restritas a eles (NAVARRO, 2007).

Outro ponto específico desta noção é que o ponto de partida foi a constatação dos efeitos social e ambientalmente perversos da modernização agropecuária, pautada na Revolução Verde, e a percepção dos limites do modelo de desenvolvimento produtivista em proporcionar melhores condições de vida para os Povos do Cerrado, para a continuidade de suas estratégias específicas de produção e reprodução social. Percebeu-se que, assim como o desenvolvimento, baseado na industrialização e na urbanização, trouxe resultados insatisfatórios, o desenvolvimento rural pautado na expansão da grande produção

agropecuária “moderna” também ocasionou uma série de implicações negativas para o espaço rural e além dele (conforme discutido no Capítulo II).

Os precursores brasileiros desta crítica, ao que se pode chamar de “modelo produtivista de desenvolvimento rural” e às bases das transformações agropecuárias, foram as associações de agrônomos, as Organizações Não Governamentais, e, gradativamente, os movimentos sociais rurais. Entre os acontecimentos que contribuíram para que esta mudança de enfoque ganhasse força destacam-se, a partir da década de 1980, o processo de democratização da sociedade brasileira, a revitalização do movimento sindical, o surgimento de novos movimentos sociais no campo e a maior complexidade que ganharam os atores e as demandas do mundo rural (DELGADO, 2010).

Durante a segunda metade da década de 1990, a construção deste debate passa a receber influência também das proposições sobre o meio rural e o desenvolvimento, vindas da Europa e dos países de capitalismo avançado, que passam a ser disseminadas pelo Brasil por pensadores e estudiosos (SCHNEIDER, 2004). Na Europa, por exemplo, os debates sobre o desenvolvimento rural iniciaram em função da necessidade de reorientar o protecionismo da Política Agrícola Europeia que passou a reconhecer, de um lado, os problemas criados pelo modelo agrícola industrial e produtivista e, de outro, a multifuncionalidade do espaço rural. Esta última está relacionada à existência de funções produtivas, papel no equilíbrio ecológico e suporte às atividades de recreação e preservação da paisagem no meio rural (KAGEYAMA, 2006).

Outro acontecimento de grande influência foi a adoção da agricultura familiar por vários movimentos sociais rurais como seu principal protagonista, reforçado pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Este foi criado com o objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional aos agricultores familiares, e sinalizou, pela primeira vez, o reconhecimento da agricultura familiar como ator

social por parte do poder público, necessitando de políticas públicas diferenciadas. O PRONAF rompeu também com a prática do apoio governamental exclusivo à grande produção monocultora, considerada por muito tempo a única forma de agricultura viável (SACHS, 2008; SCHNEIDER, 2004).

Essas, e outras transformações sociais e econômicas, vieram corroborar a necessidade de mudança de enfoque e a utilidade de se revisitar a noção de desenvolvimento rural para tomar como referência abordagens analíticas diferenciadas capazes de fazer frente às novas configurações da sociedade e aos seus novos ensejos e aspirações. Os rumos do desenvolvimento rural passaram então a ter como foco a formulação de novas medidas e novas orientações capazes de fazer frente à desigualdade e à pobreza rural. A principal diretriz passou a ser a criação de alternativas sociais e econômicas, voltadas para o fortalecimento e viabilização dos Povos do Cerrado, a geração de empregos no meio rural e a redução das desigualdades (FAVARETO, 2007; SAUER, 2008).

A busca por criar e apoiar alternativas capazes de superar o modelo produtivista que tende a ser excludente e gerador de miséria, requer que seja estabelecida uma “modernização social” (SAUER, 2008) no meio rural, capaz de recriar e estimular modos de vida alternativos em bases totalmente distintas à do padrão agropecuário industrial. Ou seja, é necessário fomentar estratégias sociais e econômicas que viabilizem e valorizem outras formas de produção e ocupação do campo que não sejam apenas os monocultivos de *commodities* para exportação e que resultem em implicações positivas para a vida dos Povos do Cerrado, para o meio ambiente e para a sociedade como um todo (SAUER, 2008).

Esta mudança de enfoque requer uma elaboração progressiva da atual visão acerca do significado do rural e do desenvolvimento rural, incorporando novos atores e propostas, objetivando não apenas mudanças na Revolução Verde, mas a democratização das relações sociais e políticas no campo. Outros elementos como a expansão da agricultura para o

mercado interno, o reconhecimento dos direitos sociais das populações rurais e o respeito aos recursos naturais devem fazer parte deste novo enfoque (DELGADO, 2010).

Na perspectiva de Ellis e Biggs (2001), até chegar ao conjunto de noções e ideias atuais, o desenvolvimento rural contou com a quebra de dois paradigmas que redirecionaram sobremaneira suas diretrizes. A primeira grande ruptura ocorreu em meados da década de 1960 quando, em avaliação das contribuições da agricultura para o desenvolvimento econômico, a academia americana constatou a racionalidade da pequena propriedade agrícola. Com isso, os pequenos produtores começaram a ser vistos como agentes racionais, capazes de alocar os recursos de forma eficiente e maximizadora, o que contribuiu para que se tornassem a base da agricultura e passassem a constituir o motor do crescimento e do desenvolvimento (pelo menos nos países do chamado primeiro mundo). A segunda mudança de paradigma ocorreu durante os anos 1980 e 1990, com a transição da abordagem *top-down* (uso de tecnologias externas e políticas formuladas a nível nacional) para uma orientação *bottom-up*. Esta passou a ver o desenvolvimento rural como um processo participativo capaz de capacitar comunidades rurais a assumir o controle de suas próprias prioridades de mudança (ELLIS e BIGGS, 2001).

Segundo Kageyama (2006), para a consolidação do novo enfoque do desenvolvimento rural, foi decisiva a reorientação de ideia proposta pela Comissão Europeia no âmbito da reformulação de suas ações protecionistas. Para chegar a este novo enfoque, segundo a autora, a Comissão Europeia baseou-se em cinco premissas: a) a modernização agrícola acarretará sempre em redução dos empregos rurais, mas a população pode permanecer no campo realizando atividades não-agrícolas; b) em virtude do desemprego urbano, a população rural deve ter condições de permanecer no campo; c) a principal função do meio rural deixa de ser a produção, e outras atividades como funções paisagísticas e turismo ecológico passam a ser valorizadas; d) a agricultura familiar não perde sua importância, mesmo com o espaço rural

deixando de ser exclusivamente agrário, deve, ao contrário, ser fortalecida por meio estratégias diferenciadas; e) reforço da pluriatividade (KAGEYAMA, 2006).

Neste sentido, Kageyama (2006) entende desenvolvimento rural como um processo dotado de múltiplas funções: produtiva, populacional e ambiental. A função produtiva não se restringe mais apenas à agricultura, mas passa a englobar diversas atividades desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao agroturismo e à conservação ambiental. A função populacional requer que, ao contrário dos tempos de industrialização em que o rural tinha o papel de fornecer mão-de-obra para as cidades, sejam dadas condições de serviços e oferta de empregos que assegurem a permanência da população no meio rural. A função ambiental compreende a criação e proteção das paisagens, florestas e meio ambiente como um todo (KAGEYAMA, 2006).

Conceituar este conjunto de ideias que compõe o que se pode denominar de novo enfoque do desenvolvimento rural não é uma tarefa fácil, visto que se trata de um processo complexo, necessariamente multidimensional, marcado pela disputa e luta por afirmação e que envolve ainda uma infinidade de relações e atores sociais. Contudo, para fins deste trabalho de pesquisa, foram identificados três elementos essenciais que devem ser definidos em qualquer discussão a respeito do tema. São eles: em que consiste o espaço rural, quem são seus principais atores e quais estratégias compreende.

3.2.1 O Espaço Rural

Compreender as características que compõem o tipo de espaço que é o rural passa necessariamente por desvincular o conceito de rural como exclusivamente agrícola e como sinônimo de atraso, miséria e isolamento. Estas são atribuições negativas delegadas ao espaço rural, em consequência principalmente das transformações ocorridas nas sociedades modernas a partir do avanço do capitalismo (urbanização, industrialização, modernização da

agricultura). Esta perspectiva fez surgir uma forte dicotomia campo/cidade, segundo a qual as cidades venceriam o campo e o mundo rural seria extinto através de sua completa urbanização. No entanto, isso não ocorreu, pois as transformações modernas redefiniram a relação campo/cidade, sem, entretanto, ocorrer qualquer uniformização da sociedade a ponto de provocar o fim das particularidades do meio rural (WANDERLEY, 2000a).

Desta forma, longe de caracterizar um obstáculo ao desenvolvimento, o espaço rural se mostra um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, mas carregado de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial. Este espaço possui a diversidade como uma de suas características fundamentais. Nele coexistem uma variedade de ecossistemas, populações, culturas, sistemas produtivos, formas de organização social e política. A diversidade não é apenas um traço distintivo do rural, mas é o seu maior patrimônio. Deve ser preservada e valorizada, mas, sobretudo, potencializada como vetor do desenvolvimento, tanto sob a perspectiva estritamente econômica de geração de emprego e renda, quanto no âmbito social do respeito a suas comunidades, aos modos de vida e à cultura (KAGEYAMA, 2006; DELGADO, 2010).

É a partir do reconhecimento da existência e potencial deste espaço específico que vários autores, a exemplo de Wanderley (2001), afirmaram estar surgindo uma nova ruralidade. O primeiro traço desta ruralidade é que este espaço não se resume mais ao setor agrícola e às produções agropecuárias. O meio rural, além de espaço de produção, representa também espaço de relação com a natureza e espaço de (re)produção de modos de vida diferenciados. O que significa que, não obstante a oferta de produtos agropecuários, o rural concede também ao conjunto da sociedade a produção de bens culturais e de serviços ambientais, que devem ser reconhecidos e valorizados socialmente (CONDRAF, 2010).

É neste sentido que Wanderley (2001) enfatizou que o espaço rural não é apenas o lugar da produção agrícola, mas também um espaço diferenciado, capaz de oferecer à população urbana residência de qualidade e formas de lazer ligadas ao contato com a natureza. Este processo é entendido por Ploeg *et al.* (2000) como resultado de um crescente inter-relacionamento global entre agricultura e sociedade, fazendo com que surjam novas necessidades e novas expectativas em torno do espaço rural. A sociedade percebeu que o rural pode ofertar muito mais do que alimentos e matéria-prima, pois é capaz de oferecer lazer e também bens públicos como paisagens bonitas e valores naturais. Novo olhar que situa os espaços rurais como bem coletivo e como parte integrante do patrimônio ambiental, que deve ser preservado contra formas de uso consideradas predatórias (PLOEG *et al.*, 2000).

O rural está se tornando um espaço atrativo, associado a uma melhor qualidade de vida. A demanda crescente por lazer e moradia rural é impulsionada por novos valores que buscam maior proximidade com a natureza e opções de vida que ofereçam oposição à degradação das condições de vida presentes nos centros urbanos. O ar puro, a simplicidade e a natureza passam a ser vistos como alternativa ao caos que se tornou a sociedade urbano-industrial (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2001).

Neste sentido, o rural passa de espaço exclusivamente destinado à produção agropecuária para espaço de consumo, destinado também a atividades relacionadas a funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural, associado ao patrimônio natural, até a ocupação do campo por meio de residências tanto para classes urbanas de alta renda que se instalam em condomínios fechados, casas de campo, chácaras de fim de semana, quanto para famílias de baixa renda que buscam a casa própria (DEL GROSSI e SILVA, 2002).

A partir do momento que o rural se tornou um espaço diversificado, em que ao lado dos estabelecimentos agropecuários convivem indústrias, serviços, vias de comunicação e

vários tipos de residências, torna-se importante também redefinir o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores econômicos locais, pois o rural não é mais um lugar apenas de agricultores (WANDERLEY, 2001). Nele interagem e cooperam novos e velhos personagens, como os neo-rurais (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo); os moradores de condomínios rurais de alto padrão; os empregados domésticos e aposentados, que não conseguindo sobreviver na cidade moram em loteamentos clandestinos; os agricultores familiares; os empregados agrícolas e não-agrícolas; e também os que não têm terra nem emprego e quase sempre não têm casa, nem saúde ou educação e, principalmente, não possuem organização social (SILVA, 2001; DEL GROSSI e SILVA, 2002).

Com isso, é possível afirmar que, embora existam cada vez mais trocas entre as cidades e os espaços rurais, as identidades de cada localidade não se diluem. Ao contrário, são reforçadas, pois à medida que incorporam outros componentes econômicos, sociais e culturais, identidades se reestruturam e reafirmam seus traços distintivos. Neste sentido, na ótica do desenvolvimento rural, qualquer abordagem sobre a relação rural/urbano deve ser conduzida pela lógica de que as cidades precisam de zonas rurais próximas, assim como os espaços rurais precisam das oportunidades oferecidas pelas cidades. Isto se aplica até mesmo para a melhoria de condições de vida das populações rurais, que recebem incentivos das cidades vizinhas, com geração de empregos não-agrícolas no meio rural (FAVARETO, 2007).

3.2.2 Povos do Cerrado como Protagonistas do Desenvolvimento Rural

Em toda a história brasileira, a grande propriedade agropecuária sempre foi incentivada, tornou-se dominante e se impôs como modelo socialmente reconhecido (WANDERLEY, 2009). Entretanto, sob a perspectiva do desenvolvimento rural acredita-se que, ao contrário do que fomenta o “modelo produtivista” de desenvolvimento, os esforços

não devem ser direcionados exclusivamente para a grande produção agropecuária (ABRAMOVAY, 1999) e que, dado suas características e traços específicos, os Povos do Cerrado constituem os atores sociais mais adequados a assumir o protagonismo deste novo estilo de desenvolvimento nas áreas de abrangência do bioma.

A análise histórica demonstra que a agricultura camponesa (conforme destaca Wanderley (2009)), mas também os Povos do Cerrado (conforme abordado nesta dissertação), enquanto formas sociais específicas de produção sempre foram categorias bloqueadas, impossibilitadas de desenvolverem suas potencialidades, ocupando sempre um lugar secundário e subalterno (WANDERLEY, 2009). Na visão de Veiga (2000), trata-se de uma herança histórica que tem como característica essencial o desprezo e a intolerância das elites agrárias pelas formas familiares de propriedade e uso da terra. Segundo este autor, em todo o decorrer da história brasileira, o poder público e as elites agrárias excluíram estas formas de produção e até hoje disseminam a ideia de que o caminho do espaço rural só pode ser um: o da grande propriedade agropecuária com assalariados, alegando que, promover outras formas de produção e estilo de vida nas áreas rurais é desperdiçar tempo e dinheiro (VEIGA, 2000).

Assim, ainda hoje impera a visão de que, com a generalização do capitalismo agrário e a globalização dos mercados, as formas de produção baseadas no trabalho familiar, não são competitivas e, portanto, estão condenadas ao desaparecimento. Sendo assim, não é necessário fomentar, nem apoiar iniciativas neste sentido, a não ser que seja apenas no âmbito de políticas sociais compensatórias. Existe, portanto, uma oposição cada vez mais radical, institucionalizada no âmbito do Estado e mantida pela mídia, entre a grande produção agrícola competitiva que proporciona divisas e uma agricultura centrada no trabalho familiar, tida como improdutiva, associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte (SABOURIN, 2009).

É justamente com essa visão reducionista e equivocada que as novas abordagens do desenvolvimento rural pretendem romper definitivamente, ao apontar potencialidades dos Povos do Cerrado e a sua importância enquanto ator social, o qual deve estar à frente de qualquer proposta de desenvolvimento quando o objetivo for erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e respeitar o meio ambiente. Entretanto, ainda se trata de uma proposta em afirmação, a qual compete com a tradição histórica de apoio à grande propriedade agropecuária. Trata-se de uma espécie de dualismo político, que Delgado (2010) denomina de “confluência perversa” entre dois projetos excludentes de desenvolvimento rural: o projeto neoliberal e o projeto democratizante.

O projeto neoliberal corresponde à produção de *commodities* para exportação em sistemas de monoculturas extensivas. É o projeto que defende o modelo essencialmente produtivista de desenvolvimento rural que, ainda hoje, constitui o que pode ser considerado de proposta dominante de desenvolvimento, a qual, em sua essência, dá continuidade ao modelo de modernização da agricultura, concentrador, excludente e destruidor do meio ambiente. Esta forma de produção vem sendo fortalecida em virtude de seu peso político diante do Estado, e de parte da sociedade, e de sua projeção e exposição favorável na mídia. Fazendo com que seja vista sob um caráter de “imprescindibilidade” (DELGADO, 2010).

Para as elites agrárias e outros defensores do projeto neoliberal, o papel da agricultura na economia consiste na geração de superávits crescentes na balança comercial para manter sob controle a conta de transações correntes na balança de pagamentos e, assim, contribuindo para o crescimento econômico do país. Com isso, as políticas públicas e os programas e ações governamentais devem incentivar apenas a especialização da agricultura na produção de *commodities* para exportação e a expansão das áreas destinadas a esses cultivos (DELGADO, 2010).

Entretanto, como já discutido, a análise histórica demonstra que essa opção política por fomentar a grande propriedade agropecuária trouxe consequências desastrosas no que diz respeito à concentração fundiária e à distribuição de riqueza, implicando em desigualdades sociais que geram fome, pobreza e exclusão social. A grande produção monocultora, além de ambientalmente perversa é eminentemente desempregadora de mão-de-obra. Sua lógica de reprodução é mercantilizada, centrada na busca constante por redução de custos e em uma incessante corrida tecnológica que a “desconecta” da natureza e artificializa o espaço onde está inserida (VEIGA, 2000).

A predominância de grandes propriedades aumenta o desemprego rural e acarreta no êxodo de sua população para as periferias urbanas. Isto, além de implicar em novos problemas urbanos, conduz à perda do dinamismo do espaço rural, pois com a saída em número expressivo de seus habitantes, este espaço perde sua vitalidade social. Com isso, as famílias que ainda persistem no local têm suas condições de reprodução social dificultadas ou até mesmo inviabilizadas. Como então continuar fomentando a expansão das grandes propriedades de terra que aumentam o desemprego e as desigualdades, quando o que se pretende é um desenvolvimento capaz de erradicar a pobreza rural e conduzir a melhores condições de vida das suas populações? (WANDERLEY, 2000a).

É neste contexto que se justificam as novas abordagens de desenvolvimento rural que preconizam o fortalecimento e viabilização da agricultura familiar e também dos Povos do Cerrado. Opção que corresponde justamente ao que Delgado (2010) denomina de projeto democratizante, termo escolhido para enfatizar o processo de democratização da sociedade. Este projeto teve como propostas iniciais a reforma agrária, a ampliação do mercado interno e a luta contra a exclusão social e a pobreza e como protagonistas as identidades sociais estabelecidas na década de 1990 “sem terra”, “assentados” e “agricultores familiares”. Atualmente incorpora novos atores e propostas como, por exemplo, o reconhecimento dos

direitos sociais das populações rurais, a democratização do acesso às políticas públicas, a segurança alimentar e nutricional da população brasileira (DELGADO, 2010).

Basear o desenvolvimento rural nos Povos do Cerrado é reconhecer as possibilidades e viabilidade de outras formas de ocupação do bioma, além daquela pautada na grande produção monocultora. Ao contrário do que muitos preconizam, estas outras formas existem e não constituem em obstáculo para o desenvolvimento. Significa também valorizar a enorme diversidade cultural e social que, a despeito da invasão em massa da monocultura exportadora, persiste e continua habitando o Cerrado (SAWYER, 2000; SILVA, 2009a).

Os modos de vida dos agricultores familiares, conforme abordado em Veiga (1998) (mas também dos Povos do Cerrado, de acordo com as características apresentadas nesta dissertação), devem ser valorizados, fortalecidos e fomentados porque, entre outros aspectos, este tipo de organização social produz alimentos que abastecem o mercado interno; possui potencial dinamizador das economias locais; emprega mão-de-obra no campo; diminui o êxodo rural e ameniza a pressão demográfica nas cidades; apresenta um caráter essencialmente distributivo; além de ser incomparavelmente melhor em termos ambientais, pois realiza a simbiose entre sistemas poliprodutivos de culturas agrícolas e criações, uma forma de uso da terra muito melhor do que a especialização em monoculturas (VEIGA, 1998).

Os Povos do Cerrado representam uma forma promissora de lidar com o desemprego, com a pobreza e com as desigualdades, em função não somente de sua origem camponesa, mas, sobretudo, de sua diferenciação, ou até mesmo de sua oposição às grandes produções monocultoras. Valorizam a ajuda mútua, apresentam racionalidade fundamentada na reprodução social que os distancia da lógica estritamente mercantil e capacidade de autonomia em relação à lógica capitalista, na internalização da natureza e na intensificação baseada na quantidade e na qualidade do trabalho familiar (SILVA, 2009b).

Além da relevância dos Povos do Cerrado em termos de distribuição de renda, geração de emprego, produção de alimentos, entre outras, deve ser ressaltada ainda a significação que as famílias e comunidades assumem para o espaço rural, mesmo nos casos em que não constituem a maioria da população. Estas famílias, independentemente de sua principal atividade econômica, são depositárias de uma cultura específica, que precisa ser mantida e reproduzida para que ocorra dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Caso contrário, este espaço não será mais do que um espaço vazio, tomado por plantações homogêneas, mas sem nenhuma significação social e cultural (WANDERLEY, 2000b).

É justamente na combinação entre esta cultura específica; o patrimônio herdado dos indígenas e aprimorado ao longo dos anos sobre os ecossistemas do bioma; a trajetória de convivência/aprendizado/adaptação com a natureza e a racionalidade distinta de exploração dos recursos, fundamentada nas características de organização social camponesa, que Silva (2009a) acredita residir as bases para consolidação e difusão de outras formas de ocupação do Cerrado mais compatíveis com a preservação ambiental e com os aspectos de equidade e justiça social. Portanto, mais um motivo para que os Povos do Cerrado sejam aceitos e reconhecidos como os protagonistas do desenvolvimento rural.

3.2.3 Estratégias de Desenvolvimento Rural

As estratégias de desenvolvimento rural podem ser entendidas tanto a partir do ponto de vista prático e normativo das políticas públicas empreendidas pelo Estado, quanto a partir das práticas e ações de iniciativa dos agricultores familiares, em busca de melhores condições de vida e de ampliar suas perspectivas de reprodução social e econômica.

No âmbito das políticas estatais, tem-se, por exemplo, a perspectiva de Navarro (2001), segundo a qual o Estado, através de estratégias e objetivos previamente definidos,

metas estabelecidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e programas, articula ações com o intuito de induzir mudanças em um determinado ambiente rural. Para este autor, o Estado sempre esteve à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural como seu agente principal, pois trata-se da única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social. Assim, de acordo com o autor, o desenvolvimento rural pode ser analisado *a posteriori* (através de análises sobre programas já realizados pelo Estado), como também se referir à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural para um período vindouro (NAVARRO, 2001).

Para os objetivos deste trabalho, as estratégias de desenvolvimento rural serão analisadas principalmente a partir da ótica das ações de iniciativa dos Povos do Cerrado. Esta perspectiva pode ser retratada através do conjunto de ações empreendido por eles para incrementar suas possibilidades de reprodução social tendo em vista a situação de fragilidade e falta de prosperidade que se encontram. Como visto, a forma “moderna” de produção agrícola conduziu a agricultura a um elevado grau de dependência em relação a outros segmentos do processo produtivo (insumos, crédito, industrialização, etc.), provocou redução da renda agrícola e diminuição dos postos de trabalho. Diante de tal universo, os Povos do Cerrado estão conseguindo, cada vez menos, prover os meios suficientes para sua sobrevivência apenas da atividade agrícola, sendo necessárias outras fontes de renda (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2006).

É neste cenário de instabilidade, dependência e redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das famílias e regiões rurais que os Povos do Cerrado lançam mão da combinação entre agricultura e outras múltiplas atividades, entre elas extrativismo, agroturismo, produção orgânica, venda direta, diversificação, produção voltada para

especialidades regionais e de alta qualidade, e tantas outras a depender da região e das especificidades locais. Na perspectiva de Ploeg (2012)¹⁷, estas múltiplas estratégias, embora apresentem traços distintivos, podem ser agrupadas, para melhor compreensão, em três grandes categorias: ações de alargamento (*broadening*), ações de refundação (*regrouding*) e ações de aprofundamento (*deepening*), representando modos diferenciados de produção mais alinhados ao enfoque do desenvolvimento rural.

Ações de alargamento: são diversas atividades que reorganizam e ampliam o escopo de atuação da produção familiar para atender aos novos mercados que estão surgindo a partir de novas demandas da sociedade por maior integração com a natureza e com o espaço rural. Trata-se em geral de atividades não-agrícolas, que dividem espaço com a produção agrícola, e com elas se relacionam ou se beneficiam do ambiente e das características intrínsecas à agricultura familiar. Estas incluem atividades tão diversas como: gestão da natureza e da paisagem, agroturismo, novas atividades não-agrícolas, diversificação, produção de energia (PLOEG, 2012; IMPACT, 2012).

Ações de refundação: essas atividades se referem a uma mudança na mobilização e utilização dos recursos internos (terra, trabalho, capital, insumos). Suas ações são baseadas na redução dos custos de produção, substituindo insumos fornecidos externamente pelo uso mais eficiente dos recursos disponíveis. Compreende novas formas de redução de custos como a diminuição do uso de agroquímicos, do trabalho assalariado, do crédito externo. Inclui também o emprego de um ou mais membros da família em atividades externas à propriedade como forma de se obter renda fora da unidade familiar, diversificar os rendimentos e servir como fonte de novos investimentos para as atividades agrícolas e, ao mesmo tempo, auxiliar

¹⁷ Conforme anotações por ocasião da aula magna proferida na abertura do 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural pelo Prof. Dr. Jan Douwe van der Ploeg intitulada “Para Além da Justaposição: Repensando as Relações entre a Agricultura e o Desenvolvimento Rural”, em Vitória ES, em 22 de julho de 2012.

na redução da dependência das tendências e variações do mercado mundial de *commodities* (PLOEG, 2012; IMPACT, 2012).

Ações de aprofundamento: este grupo de atividades visa reposicionar o papel da agricultura no que concerne à transformação e expansão das atividades agrícolas, e de sua relação com outros atores econômicos. Ao invés de entregar apenas matéria-prima para as cadeias de suprimento de produtos industrializados, sobre a qual tem pouco controle, os próprios agricultores passam a exercer atividades de transformação e comercialização, permitindo capturar parte do valor agregado que seria apropriado por outros segmentos. Estas ações contribuem para aumentar as oportunidades de emprego na propriedade rural e nos seus arredores e atende às demandas dos consumidores por produtos diferenciados, com maior teor nutritivo e qualidades distintas. São exemplos de atividades a agricultura orgânica, produção de alta qualidade, produtos regionalmente específicos, venda direta (PLOEG, 2012; IMPACT, 2012).

Na visão de Del Grossi e Silva (2002), a execução dessas estratégias representa um fenômeno segundo o qual os Povos do Cerrado e outras famílias que moram nos espaços rurais estão explorando novas oportunidades de negócios, transformando-as em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural. Esta série de atividades permite à família e às comunidades exercer tanto atividades agrícolas, quanto combiná-las com atividades não-agrícolas. Não se trata exatamente de novas porque várias delas já existiam, mas eram pouco valorizadas e dispersas, só que agora assumiram outras configurações e passaram a apresentar importância econômica (DEL GROSSI e SILVA, 2002).

O conjunto do que Del Grossi e Silva (2002) denominam de novas atividades é composto por atividades rurais não-agrícolas, derivadas da crescente integração campo-cidade (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços), atividades decorrentes da preservação do meio ambiente e outras atividades de nichos de mercado. Além das práticas mencionadas

acima, tem-se ainda uma diversidade de outras atividades como, por exemplo, floricultura, produção de mudas de plantas ornamentais, serviços de educação e lazer rural, reprodução de plantas extrativas, pesque-pague, produção orgânica de ervas aromáticas e medicinais, cultivo de cogumelos, complexos hípicas e tantas outras (DEL GROSSI e SILVA, 2002).

Essa combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas ficou conhecida como pluriatividade. A pluriatividade caracteriza-se como um fenômeno heterogêneo e diversificado, ligado às estratégias sociais e produtivas dos agricultores familiares, conforme aponta Schneider (2005), mas também dos Povos do Cerrado e, em grande medida, depende do contexto social, econômico e natural que estão inseridas as famílias que compõem esses povos e suas estratégias (SCHNEIDER, 2005).

No entendimento de Wanderley (2009), a pluriatividade é estabelecida a partir de qual membro da família que exerce as múltiplas atividades. Para a autora, uma família só é pluriativa se o seu chefe combina o exercício da atividade agrícola no estabelecimento familiar com o trabalho externo. O trabalho externo dos filhos adultos, que ainda moram com os pais no meio rural é visto um processo de individualização, de busca de autonomia financeira desses em direção à constituição de outra família. O trabalho externo da mulher é encarado como um caminho pelo qual adquire maior capacidade de participar dos ganhos da família, pois passa a contribuir com dinheiro. Em outros casos, este trabalho pode até criar um distanciamento da mulher em relação ao estabelecimento familiar, como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor (WANDERLEY, 2009).

Esta dissertação, no entanto, apesar de reconhecer que as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, analisa este fenômeno a partir de uma perspectiva mais ampla. São consideradas as múltiplas inserções ocupacionais de todos os membros de uma família residente no mesmo estabelecimento rural, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados ou não no

âmbito das explorações agropecuárias. Neste sentido, a pluriatividade pressupõe a diversificação das atividades econômicas das famílias através da combinação de duas ou mais atividades (dentro ou fora do estabelecimento familiar) sendo que, no mínimo, uma delas é a agricultura (DEL GROSSI e SILVA, 1998).

Além da situação de instabilidade vivenciada pelos agricultores familiares e da busca por emprego e renda, Del Grossi e Silva (2002) apontam outros fatores como “agentes impulsionadores” da pluriatividade. Segundo os autores, o progresso técnico na produção agropecuária tem levado a uma simplificação das tarefas agrícolas, principalmente com a terceirização de operações mecanizadas. Os estabelecimentos, que antes necessitavam de famílias numerosas para dar conta das tarefas diárias da agricultura, necessitam de cada vez menos pessoas. Isso conduziu também a uma individualização do trabalho agrícola, ou seja, o que antes era atividade de toda a família, hoje pode ser feito por apenas um ou dois de seus membros. Como consequência, há uma “liberação” da família para outras atividades agrícolas ou não-agrícolas dentro ou fora do estabelecimento agropecuário (DEL GROSSI e SILVA, 2002).

Outra perspectiva levantada por Schneider (2005) é que não são apenas as transformações macro-estruturais na agricultura que conduzem à pluriatividade. Antes de tudo, o exercício de múltiplas atividades, dentro de um mesmo estabelecimento, é uma característica intrínseca ao modo como os agricultores familiares (mas também os Povos do Cerrado) se organizam e estruturam seu funcionamento social e produtivo (SCHNEIDER, 2005). Neste sentido, a pluriatividade não pode ser entendida como um recurso transitório ou mesmo como um mecanismo de precarização, decadência ou desagregação familiar. Trata-se, sobretudo, de uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias rurais, e de elementos positivos, através dos quais a família pode contar para viabilizar suas próprias estratégias de reprodução social presentes e futuras (WANDERLEY, 2009).

Wanderley (2009) vai mais além, afirmando que, longe de demonstrar que a agricultura camponesa (e no contexto desta dissertação também os Povos do Cerrado) e sua forma de organização não conseguem gerar renda suficiente para manter a família, a pluriatividade ajuda a compor (faz parte) os mecanismos deste equilíbrio precário e instável, pelos quais os estabelecimentos familiares se reproduzem. Assim, tendo em vista a situação de precariedade e a instabilidade vivenciadas, o trabalho externo constitui, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho se torna um bem indispensável à reprodução, não só da família como do próprio estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2009).

No tocante especificamente ao desenvolvimento rural, Schneider (2005) sistematiza oito desafios que a pluriatividade poderia contribuir com soluções ou encaminhamentos: 1) elevar a renda familiar no meio rural; 2) estabilizar a renda agrícola e diminuir a vulnerabilidade face à sazonalidade e imprevistos agrícolas; 3) criar estratégia de diversificação das fontes de renda e das atividades produtivas; 4) contribuir para a geração de emprego no espaço rural; 5) reduzir as migrações campo-cidade; 6) estimular os mercados locais e dinamizar os territórios rurais; 7) contribuir para estimular mudanças nas relações de poder e gênero; 8) modificar o sentido da terra e do rural, sendo visto como local de moradia, trabalho e vida, e não apenas como unidade de produção.

Todavia, vale ressaltar que, não obstante a emergência e importância da pluriatividade, no Brasil rural, a agricultura continua, sem dúvida nenhuma, a constituir a principal atividade econômica e produtiva e, por conseguinte, não pode ser desprezada na análise sobre o desenvolvimento rural. Para a população rural, especialmente das regiões mais pobres, uma parcela significativa da força de trabalho que se torna excedente (quase sempre homens e mulheres de meia idade sem qualificação profissional e sem escolaridade formal) não encontra ocupações não-agrícolas nas quais se engajar e as atividades agrícolas continuam

sendo a única alternativa de ocupação e renda (KAGEYAMA, 2008). É principalmente nestas regiões que a agricultura assume maior relevância, pois é a partir dela que são criadas novas alternativas econômicas e atividades de transformação e comercialização capazes de dinamizar o espaço rural (SILVA, 2001).

Entretanto, partir da perspectiva do desenvolvimento rural, a maneira que a sociedade entende a agricultura e a própria forma de organização das práticas agrícolas se modificam e ganham novos sentidos. Ao invés de especialização e separação entre agricultura e outras tarefas rurais, o novo enfoque prevê benefícios mútuos e cooperação entre agricultura e atividades não-agrícolas. Busca também aumentar a autonomia dos agricultores e reduzir sua dependência em relação aos mercados de insumos. Com isso, privilegia-se a diversificação de cultivos e o ingresso em múltiplas atividades de geração de renda. O conhecimento tradicional passa a ser valorizado em busca de práticas mais sustentáveis, que estimulam tanto a economia dos recursos internos quanto a autonomia (PLOEG, 2008).

A Figura 5 apresenta uma comparação entre a estrutura básica das atividades agrícolas e a nova dinâmica da agricultura praticada pelos Povos do Cerrado e proposta no âmbito do desenvolvimento rural. A agricultura, de forma simplificada, pode ser resumida como um processo de conversão de insumos em produtos, baseado em uma mobilização dupla de recursos. Na nova dinâmica, ao invés apenas de adquirir insumos e transformá-los em mercadorias para disponibilizá-las no mercado, a família procura reduzir o uso de insumos externos, substituindo-os sempre que possível por meios localmente disponíveis, o que permite menores custos, maior autonomia e torna a agricultura mais econômica, tanto em recursos naturais, quanto em recursos financeiros. Esta lógica permite a constituição de uma base de recursos relativamente autônoma, integrada e de múltiplo uso, possibilitando uma refundação ampliada da base de recursos da agricultura e a reintrodução da natureza nos processos produtivos (PLOEG, 2008).

Figura 5 – Comparação entre atividades básicas e a agricultura multifuncional



Fonte: Ploeg (2012).

A maneira como ocorre a transformação de insumos em produtos também se torna mais eficiente. Procura-se elevar a eficiência técnica através de uma maior centralidade na quantidade e qualidade do trabalho familiar. As técnicas e práticas adotadas são diferenciadas, frequentemente acompanhadas por saberes tradicionais e um repertório cultural. Com isso, o “resultado” da transformação é mais amplo do que simples mercadorias comercializadas nos mercados, compreende novos produtos e novos serviços como a manutenção da paisagem natural e a preservação dos recursos naturais. Os novos produtos materiais são comercializados por canais alternativos, distantes dos circuitos mercantis dominantes, como a venda direta e os circuitos curtos. Ganha relevância também a pluriatividade e novas formas de cooperação local (PLOEG, 2008).

Neste contexto, surge ainda o enfoque da multifuncionalidade da agricultura fundada no trabalho familiar. Este procura expandir a função da agricultura em sua relação com a sociedade para além da produção de matérias-primas voltadas para o mercado e passa a incorporar a oferta de serviços e bens materiais e imateriais à sociedade. Assim, as atividades agrícolas, realizadas pelos agricultores familiares (e também pelos Povos do Cerrado), passam a desempenhar múltiplas funções, tais como: preservação dos recursos naturais e a conservação das paisagens; segurança alimentar das famílias produtoras e do conjunto da sociedade, através da oferta de alimentos de melhor qualidade; ocupação e a dinamização dos

espaços rurais, evitando o abandono de áreas rurais e preservando o patrimônio cultural (modos de vida específicos) (CARNEIRO e MALUF, 2005).

A multifuncionalidade procura romper com a imagem do agricultor como um profissional motivado exclusivamente pela racionalidade econômica, passando a considerar a totalidade da vida social das famílias rurais, que têm na agricultura uma de suas atividades. A prática da agricultura começa a ser valorizada como expressão de um modo de vida, integrada ao conjunto do universo social e ancorada sobre um território, que desempenha um papel importante na manutenção dos laços sociais, alimenta troca entre parentes e vizinhos e sustenta manifestações culturais garantindo, assim, a densidade do tecido social nos espaços rurais (CARNEIRO e MALUF, 2005).

Ao considerar que os aportes fornecidos pelos Povos do Cerrado para o conjunto da sociedade vão muito mais além do que a produção agropecuária, o enfoque multifuncional possibilita que uma camada significativa da população rural (que, por diferentes motivos, tem permanecido na invisibilidade, por, na visão do modelo produtivista de desenvolvimento, não apresentar condições de empreender uma agricultura comercialmente competitiva) seja reconhecida, estimulada e valorizada socialmente. Deste modo, passa a identificar como trabalho o que, até então, era tido como decorrência natural de um modo de vida, permitindo e lhes assegurando também o direito ao trabalho. Ao passo que resgata ainda um sentido de cidadania e contribui para mitigar, de uma vez por todas, a visão depreciativa que os Povos do Cerrado eram (e são) tratados em favor da grande produção agropecuária (CARNEIRO e MALUF, 2005).

É possível depreender que desenvolvimento não possui um vetor ou um caminho pré-determinado ou previsível, ao contrário, trata-se quase sempre de processo assimétrico, desigual e heterogêneo (SCHNEIDER, 2011). Neste sentido, as estratégias de desenvolvimento, assim como a diversidade característica do espaço rural, devem ser

igualmente heterogêneas e diversificadas. Essa diretriz deve ser aplicada tanto às ações empreendidas pelo Estado (já que as próprias destinações de recursos diferem entre as várias regiões rurais brasileiras), quanto às práticas adotadas pelos Povos do Cerrado. Além de um espaço diversificado, o rural destaca-se pela presença de comunidades dotadas de configurações socioeconômicas e culturais igualmente distintas (SACHS, 2008).

No âmbito de atuação do Estado, por exemplo, as políticas públicas devem ser diferenciadas e direcionadas a grupos de famílias e comunidades que apresentam características semelhantes. Uma opção é que aquelas que se apresentem em condições de maior competitividade sejam beneficiadas por políticas de crédito, apoio técnico e pesquisa, enquanto as famílias em situação de vulnerabilidade no plano econômico, devem ser apoiadas com auxílios condicionados, capazes de fortalecer suas competências e de favorecer sua inserção social (SABOURIN, 2008). Uma estratégia comum seria políticas de valorização dos produtos destinados ao mercado por meio de um enfoque de qualidade diferenciada, de produtos específicos do Cerrado, ou até mesmo dos benefícios imateriais que este tipo de produção gera para a sociedade.

3.3 O CERRADO PEDE UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

No Cerrado, o embate entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade social e ambiental é mais forte do que em qualquer outro bioma brasileiro. É também sobre estas áreas que o modelo agropecuário industrial e produtivista se instalou mais intensamente e onde suas consequências perversas podem ser claramente constatadas. Assim, dada a relevância social, ambiental e econômica deste bioma (apresentada no Capítulo I), se não forem tomadas medidas mais adequadas e condizentes com os conceitos de sustentabilidade ambiental e valorização social, essas implicações negativas podem se tornar ainda mais devastadoras e completamente irremediáveis (SAWYER e LOBO, 2008).

As abordagens do desenvolvimento rural nas áreas de Cerrado devem passar pela construção de uma visão integrada que estabeleça sinergismos positivos entre população, meio ambiente e desenvolvimento, evitando a degradação tanto do ambiente natural, quanto dos seres humanos que habitam o bioma. Os ecossistemas e a biodiversidade não podem ser restringidos como um limite a ser superado pelas exigências da produção agropecuária, mas devem, antes de tudo, ser vistos como oportunidades, como a maior oportunidade e valor para o desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1999; SAWYER, 2000).

Tendo em vista o atual estágio de devastação do Cerrado, a quantidade de terras alteradas pela ação antrópica e já destinadas para a grande produção agropecuária, assim como a importância intrínseca do Cerrado para o equilíbrio ecológico global e para os Povos que nele habitam, qualquer proposta que objetive o desenvolvimento rural neste bioma deve estimular formas sustentáveis de ocupação e exploração e desestimular a expansão da fronteira agrícola (cuja instalação supõe a drástica redução da biodiversidade). Como já mencionado, não há uma alternativa única e tão pouco apenas um caminho a ser seguido, assim como a diversidade característica deste bioma, existem várias opções que podem levar à diminuição da degradação ambiental e preservar sua biodiversidade.

Por outro lado, cabe destacar que a agricultura não é inviável na região de abrangência do Cerrado e seu crescimento é uma importante fonte de matéria-prima e de divisas para o Brasil. Mas, a aptidão agropecuária não representa a única vocação e tão pouco a única possibilidade que o Cerrado oferece ao desenvolvimento. Com isso, pretende-se enfatizar que as atividades agrícolas devem sim continuar ocorrendo e sendo até mesmo apoiadas, mas que, por outro lado, seus fundamentos precisam ser repensados. Em detrimento da ocupação e devastação de novas áreas, deve-se primar pelo aumento de produção alcançado através de um melhor aproveitamento das áreas já abertas, com aumento da produtividade e com a adoção de métodos que não exijam a ampliação dos insumos químicos; bem como pela

recuperação das áreas de pastagem degradadas e do patrimônio produtivo já instalado (ABRAMOVAY, 1999).

Neste sentido, Sawyer e Lobo (2008) argumentam que no Cerrado há espaço suficiente para produção comercial exportadora, sociodiversidade e recursos naturais (conservação das funções ecossistêmicas). Para isso, o ideal seria conter a produção monocultora nos aproximadamente 980 mil quilômetros quadrados que não possuem mais cobertura vegetal original e destinar outros 200 mil quilômetros quadrados (10%) para unidades de conservação, conforme recomendado pela meta internacional da Convenção sobre Diversidade Biológica¹⁸. Assim, haveria cerca de 840 mil quilômetros quadrados para policultura e extrativismo, a serem desenvolvidos pelos Povos do Cerrado; formas de uso da terra mais compatível com a manutenção de funções ecossistêmicas de água, biodiversidade e clima (SAWYER e LOBO, 2008).

A este respeito, Silva (2009c) destaca a importância de serem criadas Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável no bioma. Na visão deste autor, tendo em vista as características e demandas dos Povos do Cerrado (que conforme visto, algumas comunidades se encaixam no conceito de comunidades tradicionais definido no Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007) e as disputas que eles vêm travando contra a implantação das monoculturas¹⁹, a criação de UCs se torna um mecanismo indispensável para resgatar a lógica dos sistemas tradicionais de uso do bioma e construir uma perspectiva de sustentabilidade para o futuro. Esta estratégia permite que, através de um instrumento público (os planos de manejo das UCs geridos pelas comunidades), se garanta a reapropriação do Cerrado para os

¹⁸ A Convenção sobre Diversidade Biológica é um acordo assinado por mais de 160 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. Este é um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, funcionando como um arcabouço legal e político para questões relacionadas direta ou indiretamente à biodiversidade (MMA, 2013).

¹⁹ Isto ocorre especialmente nas chapadas que por sua topografia e estrutura do solo, constituem as áreas preferenciais para a expansão dos monocultivos. Mas, como visto no Capítulo I, são de extrema importância tanto para o equilíbrio ecológico, tendo em vista que além de portadoras da biodiversidade, constituem áreas de recarga hídrica, quanto para os Povos do Cerrado, pois são terras de uso comum para extrativismo e solta do gado.

seus Povos, o que além de assegurar uma forma de seu uso comum e menos predatória, viabiliza a produção e reprodução social de várias famílias, assim como a continuidade do seu patrimônio cultural (SILVA, 2009c).

No entendimento de Silva (2009c), as modalidades de UCs mais adequadas para o bioma (quando se trata de conservar a biodiversidade e o modo de vida tradicional) são as Reservas Extrativistas (Resex) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Entre estas, as Resex apresentam duas vantagens sobre as RDS: a) nas Resex toda a área é obrigatoriamente desapropriada, enquanto nas RDS as áreas particulares incluídas em seus limites são desapropriadas apenas quando necessário; b) as Resex garantem que as famílias beneficiárias sejam enquadradas no mesmo nível dos assentados da reforma agrária, o que as permite acessar uma série de créditos facilitados e outros benefícios (SILVA, 2009c).

Entre as vantagens de existirem UCs no Cerrado, Silva (2009c) destaca que, entre outras coisas, esta estratégia contribui para a revalorização e visibilidade do componente extrativista na vida econômica e cultural dos Povos do Cerrado; viabiliza e reconhece a importância do papel estratégico que este extrativismo das espécies nativas cumpre e ainda pode cumprir para a conservação da biodiversidade do Cerrado; permite a apropriação ou reapropriação das chapadas. Outro ponto levantado pelo autor é que, para o caso específico do Cerrado, seria mais adequado o nome Reserva Agroextrativista, isto porque, neste bioma, o extrativismo é realizado sempre em conjunto com a agricultura e/ou com uma pequena pecuária que aproveita os pastos nativos (SILVA, 2009c), conforme será discutido no item 3.4 deste capítulo.

Entretanto, o número de Resex é bastante reduzido. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (2013), existem somente cinco Reservas Extrativistas no Cerrado que juntas somam apenas 61.847 hectares (o que não chega a representar 0,5% da área coberta pelo bioma). Elas estão localizadas em três estados

brasileiros, sendo duas no estado de Goiás (Recanto das Araras da Terra Ronca e Lago do Cedro), duas no Maranhão (Chapada Limpa e Mata Grande) e uma em Tocantins (Extremo Norte do Tocantins). Outro contraponto refere-se ao fato de que apesar de existirem outras áreas protegidas no bioma²⁰, estas são representadas em sua grande maioria por unidades de proteção integral, que não contemplam a presença dos Povos do Cerrado, não contribuindo, portanto, com a preservação dos modos de vida tradicionais e diversidade social e cultural.

Cabe destacar, entretanto, que uma das diferenças cruciais entre os Povos do Cerrado e os grandes proprietários fundiários reside na lógica oposta com que encaram os ecossistemas do bioma. Enquanto os Povos do Cerrado são ao mesmo tempo usuários e cuidadores dos recursos do bioma (pois vivem nos espaços do bioma e dependem de seus recursos naturais para produção e reprodução social), na dinâmica dos proprietários de grandes terras o Cerrado é visto como uma mercadoria, como um negócio (Silva, 2009c). Em outras palavras, para os proprietários de grandes porções fundiárias, a posse da terra está associada, quase sempre, a objetivos econômicos, que incluem desde os investimentos produtivos até a mera especulação fundiária. Como raramente o proprietário e sua família habitam estas áreas, não há envolvimento com a vida social local, caracterizando uma dissociação entre posse da terra e função residencial, o que, por sua vez, configura uma forma urbana de apropriação do meio rural que pode ter ou não um caráter produtivo (WANDERLEY, 2000b).

Esta lógica continua imperando mesmo nos casos em que a grande propriedade fundiária é destinada para a produção agropecuária, pois, ainda assim, continua predominando a dinâmica mercantil em que o ambiente ocupa o lugar de suporte de atividades puramente econômicas. A produção de *commodities* em sistemas de grandes monoculturas representa um modo de produção marcadamente exógeno, determinado por um modo de vida construído fora

²⁰ Segundo o ICMBio (2013), estas UCs compreendem quatro categorias de unidades de proteção integral (treze Parques Nacionais, cinco Estações Ecológicas, uma reserva biológica e um Refúgio de Vida Silvestre) e além das Resex, outras três categorias de unidades de uso sustentável (nove Áreas de Proteção Ambiental, seis Florestas Nacional, duas Áreas de Relevante Interesse Ecológico).

do lugar de produção. Com isso, um lugar repleto de histórias e significações é transformado em não-lugar e paisagens heterogêneas, de elevada riqueza biológica se tornam paisagens homogêneas e industriais. O espaço vivido se torna espaço de exploração, suporte físico da produção de mercadorias que alimenta o circuito da economia global. O que rege o lugar não é mais a identidade local, forjada na convivência com os ecossistemas e sim o mercado agroalimentar global e as corporações transnacionais que comandam as cadeias produtivas (SILVA, 2005).

É neste sentido que, na perspectiva de Silva (2009c), o Cerrado pede um outro envolvimento, pois neste bioma é possível observar todas as consequências perversas do modelo hegemônico que se convencionou chamar de desenvolvimento. O que Silva (2009c) denominou de envolvimento é justamente para contrapor à dominação das monoculturas, que a serviço do desenvolvimento, segue estritamente o caráter essencial do vocábulo, isto é desenvolve, não cria vínculos. Segundo o autor:

É rompendo com o envolvimento do lugar, dos povos com seu ambiente, que se faz o desenvolvimento no Cerrado. É rompendo com a sociobiodiversidade que se constrói o negócio da monocultura-commodity. É expropriando as comunidades locais e implantando estruturas transnacionais que o lugar se torna mercadoria para o circuito global. É tirando os cerrados tortos das chapadas e substituindo-os por paisagens uniformes-industriais que a caixa d'água é desmontada e os rios, córregos e nascentes deixam de alimentar as famílias e as bacias hidrográficas estratégicas para o país (SILVA, 2009c, p 106).

Os Povos do Cerrado, por outro lado, realmente vivem e fazem parte dos ecossistemas que compõem o bioma. Para eles o maior valor do Cerrado é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. O Cerrado para seus povos é ao mesmo tempo um lugar de vida e de trabalho, é habitat (agri-cultura), é a casa, o lugar de viver, de criar hábitos. Trata-se do lugar da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência

e de convergência, ao qual existe um sentimento de pertencimento, repleto de significações materiais e simbólicas que conformam suas heranças camponesas (SILVA, 2005; 2009a).

A convergência entre espaço vivido e espaço explorado gera envolvimento com os ecossistemas do bioma e facilita práticas sustentáveis, pois para os Povos do Cerrado a sua sobrevivência e a do Cerrado são uma só. A forma como eles utilizam os recursos naturais é diferenciada também pela presença do patrimônio cultural e pela lógica camponesa que eles são herdeiros. Isto faz com que eles detenham valores e estratégias específicos, frutos da co-evolução do sistema social com o sistema natural e do longo e constante processo de convivência/aprendizado/adaptação com os ecossistemas naturais. Assim, ao contrário de erradicar a biodiversidade, os Povos do Cerrado exploram os recursos naturais de forma ambientalmente mais racional, em geral, respeitando a dinâmica ecológica, valorizando e preservando o bioma (SILVA, 2005; 2009a).

Reforça-se novamente a necessidade de, nas áreas que ainda não foram ocupadas pelas monoculturas, articular preocupações ambientais, sociais, econômicas e culturais a fim de combinar a preservação do meio ambiente com o uso sustentável e socialmente justo dos recursos naturais remanescentes. A partir dos argumentos apresentados acima, a forma mais eficaz de se alcançar esse objetivo é fomentar/estimular os modos de vida dos Povos do Cerrado, pois, como visto, são eles os verdadeiros guardiões do bioma. É justamente neste sentido que esta dissertação propõe a valorização e o estímulo ao extrativismo. Não se trata, entretanto, da única estratégia de desenvolvimento viável e tão pouco da atividade econômica exclusivamente extrativista, como será visto a seguir, o extrativismo no Cerrado é constantemente combinado com sistemas agrícolas diversificados, baseados no patrimônio cultural e em uma lógica de exploração distinta do modelo agropecuário hegemônico.

3.4 RELEVÂNCIA DO AGROEXTRATIVISMO PARA OS POVOS DO CERRADO

O extrativismo é, no sentido mais básico, uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. Esta diferença se dá pelo fato de que, no extrativismo, os produtos podem ser coletados, recolhidos, extraídos ou capturados sem necessidade de tratamentos anteriores, pois foram espontaneamente gerados e, em seus ciclos biológicos, não houve intervenção humana (DRUMMOND, 1996; HIRONAKA, 2000).

Segundo Diniz (2008), o extrativismo se situa na fronteira entre a ecologia e a economia, constituindo o sistema de exploração de produtos naturais (tanto de origem mineral, como animal ou vegetal) destinados ao consumo ou à venda nos mais distintos mercados. Para Drummond (1996), a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais compreendem os três exemplos clássicos de atividades extrativas. Estes, segundo o autor, podem ser chamados também de extrativismo de baixa tecnologia, pois, para sua utilização, não há necessidade de se empregar mediações tecnológicas ou mecânicas. Por outro lado, a mineração, a extração de petróleo e gás natural, o corte de árvores em grande escala, entre outras atividades, são denominadas por este autor como extrativismo de alta tecnologia, pois, para a retirada desses materiais do seu local de ocorrência, é necessário a utilização de tecnologias e maquinários mais sofisticados (DRUMMOND, 1996).

Outra classificação é a de Homma (2008), para quem os recursos vegetais estão sujeitos a dois tipos de extração: o de coleta e o de aniquilamento. Na coleta, a integridade da planta-matriz geradora do recurso é mantida intacta e, desde que a taxa de recuperação cubra a taxa de degradação, é assegurada uma extração *ad infinitum*. A extração por aniquilamento ocorre quando a obtenção do recurso implica na destruição da planta-matriz, ou seja, na extinção da fonte; ou quando a velocidade de regeneração for inferior à velocidade de

exploração extrativa. Quando isso ocorre, a sobrevivência da espécie é colocada em risco, podendo levar à sua extinção (HOMMA, 2008).

A atividade extrativa pode, portanto, incluir o uso de recursos naturais renováveis e não renováveis, fazer uso mais ou menos intenso de tecnologia e levar ou não em consideração os limites naturais de renovação, além de poder ser realizada de forma mais ou menos intensa e predatória. Entretanto, para fins deste trabalho de pesquisa, o termo extrativismo será utilizado para designar, principalmente, o extrativismo vegetal, entendido como coleta ou apanha ambientalmente racional dos recursos florestais nativos como frutos, folhas, flores, sementes e madeiras.

A definição adotada se aproxima do conceito de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), o qual faz referência aos bens de origem biológica, fornecidos por florestas e outras árvores em áreas não florestais com exceção dos produtos madeireiros. Conceito que procura valorizar os PFNM como uma forma de conservação dos recursos naturais e como uma importante fonte de renda para as comunidades que habitam os locais de sua ocorrência. A exclusão dos produtos madeireiros (madeira em tora, madeira serrada, madeira em pedaços, polpa da madeira) ocorre em virtude de uma busca por sustentabilidade, pois no tipo de extrativismo a eles associados, o recurso vegetal deixa de existir (DINIZ, 2008), ou seja, em geral é um extrativismo de aniquilamento, conforme proposto por Homma (2008).

Para esta dissertação, entretanto, optou-se por não excluir da análise os produtos madeireiros, tendo em vista que as comunidades extrativistas do Cerrado fazem uso desses recursos com diversas finalidades. Mas, por outro lado, foi considerada apenas a coleta de toras caídas e de madeira seca, ou seja, uma atividade que não remete ao extrativismo intensivo da madeira, mas à utilização de recursos madeireiros considerada de baixa intensidade, onde não há derrubada de árvores.

O extrativismo marcou a trajetória evolutiva das comunidades humanas. Foi a combinação da caça, pesca e coleta de produtos vegetais que viabilizou, durante muitos anos, o sustento de um vasto número de sociedades, configurando sua principal estratégia de sobrevivência. Só há alguns milhares de anos, a partir do aparecimento da agricultura temperada permanente, que estas atividades extrativas deixaram de ser decisivas, embora não sendo, de modo algum, completamente extintas (DRUMMOND, 1996).

Assim é que o extrativismo faz parte da história social e cultural das comunidades rurais. No entanto, ainda hoje, a atividade é mais comumente associada apenas à Região Norte e à Floresta Amazônica. A própria bibliografia, conforme destaca Sawyer (2000), trata principalmente das regiões costeiro-marinha e amazônica. Publicações relacionadas ao extrativismo no Cerrado são recentes e pontuais, e sobre o semi-árido são praticamente inexistentes.

A associação direta entre extrativismo e a Amazônia está ligada ao papel que ele desempenhou na região, configurando, por muito tempo, sua principal atividade econômica (RUEDA, 1995). O primeiro ciclo econômico extrativo nesta Região data de 1641 a 1700, período que teve início o desbravamento da Amazônia com vistas a explorar e exportar as especiarias demandadas pelo mercado europeu, especialmente cravo (*Eugenia caryophyllata*), canela (*Cinnamomum verum*), cacau (*Thebroma cacao*), baunilha (*Vanilla planifolia*) e uma variedade de raízes aromáticas e plantas medicinais. Produtos que ficaram conhecidos como “drogas do sertão” (DINIZ, 2008).

Outro momento de grande relevância compreende os anos 1880 até 1920, período que ficou conhecido como o ciclo da borracha (*Hevea brasiliensis*), incentivado principalmente pelo nascimento das indústrias pneumáticas e automobilísticas nos Estados Unidos e na Europa. Depois do seu declínio, a atividade ainda conseguiu breve recuperação durante a Segunda Guerra Mundial, mas, com o fim da guerra voltou a decair. Além da borracha, o

extrativismo da castanha (*Bertholletia excelsa*) constituiu (e ainda constitui) atividade relevante na região. Este sempre esteve ligado à extração da borracha (pois apresentam sazonalidades diferentes) e, após seu declínio, permaneceu e ganhou maior expressividade (DINIZ, 2008).

Além do extrativismo na Amazônia, Rueda (1995) destaca que a atividade marcou o tempo e o compasso da economia brasileira como um todo. O autor lembra que logo nos primórdios da colonização, a exploração do pau-brasil (*Caesalpinia eclimata*) foi de tal magnitude que o país herdou seu nome da atividade. Ainda nesse período, teve grande importância a mineração de ouro e pedras preciosas, responsáveis por atrair grande contingente de imigrantes para o país (RUEDA, 1995).

Porém, a despeito da repercussão que ganhou na Amazônia, o extrativismo constitui uma prática recorrente em todas as regiões do país e continua sendo realizado, de forma mais ou menos expressiva, por várias comunidades rurais. Menciona-se, por exemplo, o extrativismo do babaçu (*Orbygnia martiana*) nas regiões Norte e Nordeste e da carnaúba (*Opernícia Cerifera*) no Nordeste, e ainda em várias outras regiões onde são extraídos frutos, plantas medicinais e ornamentais, flores ou frutos silvestres, permanecendo inclusive a pesca artesanal.

O reconhecimento da existência de outras formas de atividades econômicas no meio rural não necessariamente agrícolas é o ponto de partida para a discussão da prática extrativista, pois, embora ainda continue como prática corriqueira em muitas comunidades do Brasil e do mundo, o extrativismo é muitas vezes considerado uma economia fadada ao fracasso e, comumente, descrita como uma atividade dos povos primitivos que pouco a pouco substituída será pela atividade agrícola.

Autores como Neumann e Hirsch (2000), por exemplo, mesmo concordando sobre o papel significativo, e muitas vezes crucial, que os produtos do extrativismo vegetal

desempenham na vida de grande parte das populações rurais do mundo ao viabilizar o acesso a alimentos e caracterizar uma fonte de renda, não atribuem grandes perspectivas à atividade, alegando que ela não conduz ao aumento efetivo da renda familiar. Entre os argumentos apresentados pelos autores estão as seguintes constatações: os retornos financeiros da extração vegetal são relativamente baixos quando comparados com outros tipos alternativos de uso da terra, por exemplo, a agricultura; mesmo nos períodos de maior prosperidade da produção, não houve alteração significativa na situação econômica das famílias extrativistas (NEUMANN e HIRSCH, 2000).

Os argumentos de Homma (2008) vão no mesmo sentido. Na visão do autor, o extrativismo só persiste porque os custos de produção são mais baixos do que os verificados no cultivo agrícola. Para ele, trata-se de uma base de desenvolvimento de vulto bastante frágil que existe em virtude do baixo nível de renda de seus praticantes e do mercado de mão-de-obra marginal. Assim é que, na perspectiva de Homma (2008), à medida que surgirem alternativas econômicas mais eficientes, o extrativismo perderá, inevitavelmente, a sua capacidade competitiva (HOMMA, 2008).

Drummond (1996) corrobora essas afirmações, alegando que atividades extrativistas apenas dão origem ou perpetuam economias de subsistência, que não superam baixos níveis de produtividade e bem estar, sendo que, os extrativistas são pobres e continuarão a ser pobres enquanto estiverem presos à agricultura de subsistência e a ciclos extrativos efêmeros. Drummond (1996) vai mais além ao afirmar que o extrativismo, mesmo sustentado, e comunitário, tende a não gerar níveis de renda que levem ao desenvolvimento ou à justiça social.

Por outro lado, os argumentos começam a apresentar uma perspectiva diferente à medida que se reconhece que a substituição do extrativismo por atividades econômicas comerciais que eliminam a vegetação nativa não garante melhores condições de vida para as

famílias extrativistas. E que se constata também que os extrativistas não são os brasileiros mais pobres, nem os que têm piores perspectivas, pois outras populações rurais do país que não praticam a atividade se deparam com dificuldades financeiras e com problemas semelhantes. Os níveis de desigualdade social das famílias extrativistas não são mais perversos que os de famílias em que o extrativismo se transformou em outra atividade ou desapareceu (DRUMMOND, 1996).

Outra colocação (a principal) que deve ser destacada em favor do extrativismo no Cerrado é que neste bioma, conforme afirma Sawyer (2000), não se trata de uma forma de reprodução e produção exclusivamente extrativista e totalmente especializada, como era o caso, por exemplo, do seringueiro clássico da Amazônia. Ao contrário, o extrativismo realizado pelos Povos do Cerrado constitui mais uma atividade, entre tantas outras, desempenhada pelas famílias em busca de melhores condições de vida e que está inserido em sistemas de produção familiares complexos, caracterizados pela combinação entre esta atividade e cultivos agrícolas diversificados.

Conforme relata Silva (2009a; 2009c), os Povos do Cerrado aprenderam, de forma mais ou menos intensa, a basear seus modos de vida no extrativismo, caça, pesca e em estratégias agropecuárias que otimizam potencialidades do ambiente de transformar energia solar em alimentos, carnes e fibras. Aprenderam a utilizar as paisagens heterogêneas do bioma de forma igualmente heterogênea e diversificada; agricultura nas áreas de encosta e fundo de vale; solta de gado e extrativismo na chapada; sistemas que articulam caça, extrativismo e manejo do gado nas áreas alagadas. Desenvolveram enfim, um fluxo produtivo e de sustentação econômica que se ancorava no próprio fluxo temporal-espacial-ecológico da natureza e que se sustenta na combinação entre a pequena produção agropecuária e coleta de recursos vegetais nativos (SILVA, 2005; 2009a).

Neste sentido, o termo que se faz mais adequado é o agroextrativismo. Vocábulo que procura retratar justamente a integração que os Povos do Cerrado sustentam com o extrativismo de recursos da biodiversidade, com atividades de produção agrícola e com a criação de gado e pequenos animais. Trata-se de uma ampliação do espectro sobre as atividades extrativistas que expressa as especificidades desse sistema de produção típico dos Povos Cerrado (NOGUEIRA e FLEISCHER, 2005).

Mais um aspecto distintivo do extrativismo no Cerrado diz respeito ao papel que a prática extrativa (no sentido estrito) desempenha nos modos de vida dos Povos do Cerrado. Esta por remeter à trajetória histórica dessas comunidades é repleta de representações simbólicas e valor cultural, o que não permite que sua importância e/ou viabilidade seja avaliada/entendida apenas do ponto de vista econômico. Isto porque a extração dos produtos vegetais, além de fazer parte da história de vida destes povos, é realizada não apenas para a comercialização nos mercados (comércio), mas também para trocas entre as famílias (trocas não mercantis) e para garantir e diversificar sua alimentação (autoconsumo).

É a partir deste sentido amplo que o agroextrativismo é analisado neste trabalho de pesquisa. Por isso, ele é visto como uma atividade estratégica para a conservação do Cerrado, e para contribuir com a melhoria das condições de vida nos espaços rurais do bioma. Suas potencialidades contemplam, portanto, aspectos econômicos (como aumento e diversificação dos rendimentos), sociais (como valorização dos modos de vida tradicional) e ambientais (como preservação e valorização do Cerrado). Conjunto que permite caracterizá-lo como uma estratégia de desenvolvimento rural, entre inúmeras existentes.

O agroextrativismo constitui ainda uma outra possibilidade de utilização do território e do bioma Cerrado que contrasta com as prerrogativas do modo industrial e produtivista de fazer agricultura. Ao invés de pautar seus ganhos na produção em larga escala e na especialização em *commodities* de exportação, que contribui, entre outras coisas, para a

concentração da riqueza, ampliação das desigualdades e redução dos níveis de emprego e renda no campo; a combinação entre agricultura diversificada e extrativismo permite a exploração dos recursos naturais de forma mais racional e equilibrada, sem a eliminação da sua biodiversidade, o que contribui para a preservação do Cerrado e de seus povos.

3.5 NOTAS CONCLUSIVAS

Ao levar-se em consideração que o desenvolvimento a ser alcançado deve conduzir à redução das desigualdades sociais, mitigação da pobreza e geração de melhores condições de vida, não se pode continuar fomentando unicamente o modo de produção agropecuário industrial e produtivista. Isto não significa que o Cerrado não possam continuar abrigando a produção de *commodities* agrícolas exportáveis, mas sim que esta produção deve ficar restrita às áreas já exploradas e não pode continuar se expandindo sobre as poucas áreas que ainda abrigam vegetação nativa do bioma e seu Povo.

Neste sentido, o agroextrativismo representa um foco de resistência ao avanço desenfreado da expansão agropecuária e pode ser considerado uma estratégia de desenvolvimento rural (entre as inúmeras possíveis). Isto em virtude não apenas da atividade constituir uma forma de ocupação e exploração dos recursos do Cerrado, provocando baixa interferência nas dinâmicas dos ecossistemas locais, mas também por possibilitar a geração de renda a partir da comercialização dos frutos do Cerrado; por facilitar o acesso das famílias a frutos nutritivos, cultivados sem adubos químicos e agrotóxicos; proporcionar aumento da renda e empregar mão-de-obra familiar, que contribuem para a melhoria das condições de vida, conforme será discutido no Capítulo IV.

CAPÍTULO IV

AGROEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o desenvolvimento rural é entendido nesta dissertação como um processo que envolve múltiplas dimensões (KAGEYAMA, 2008), o agroextrativismo e suas potencialidades, enquanto uma das estratégias de desenvolvimento, serão analisados a partir de suas contribuições econômicas (como aumento e diversificação dos rendimentos), socioculturais (como valorização dos modos dos Povos do Cerrado) e ambientais (como preservação e valorização do Cerrado). Para isso, tem-se como referência a experiência do agroextrativismo no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, mais especificamente do ponto de vista da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale da Esperança (COOPERVAL) e de nove famílias agroextrativistas que vivem no assentamento.

Diante do predomínio do modo de produção agropecuário industrial e exclusivamente produtivista, cuja instalação requer a derrubada da vegetação nativa e a erosão da biodiversidade, desestabilizando e inviabilizando modos de vida dos Povos do Cerrado, o agroextrativismo configura um modo de produção distinto, que se revela ambiental, social e economicamente mais apropriado face às novas perspectivas do desenvolvimento rural.

Para a identificação das possíveis contribuições do agroextrativismo no Assentamento Vale da Esperança, este capítulo apresenta o assentamento e as principais características do agroextrativismo na região (recursos extraídos, finalidade da coleta). Relata histórias de vida e envolvimento das famílias agroextrativistas com a atividade, analisando suas motivações e seu papel na manutenção de modos de vida passados de geração em geração. Analisa ainda a relevância econômica, social e ambiental da atividade, do ponto de vista das famílias

agroextrativistas e da COOPERVAL, e aborda as principais limitações e perspectivas da atividade a partir do contexto pesquisado no Assentamento Vale da Esperança.

4.1 O PROJETO DE ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA

O Projeto de Assentamento Vale da Esperança está localizado no município de Formosa, no estado de Goiás, região geográfica coberta pelo bioma Cerrado e que vivenciou todo o processo de modernização da agricultura e com ele todos os seus prós e contras. Em 2012, ano de realização da pesquisa de campo, o assentamento completou dezesseis anos de existência, contava com 176 famílias assentadas, duas organizações de representação social: Associação dos Empreendedores Solidários do Vale da Esperança (ASSESVE) e a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale da Esperança (COOPERVAL), além de igrejas, duas escolas e tinha como única opção de lazer um campo de futebol.

Os dados de campo indicam que a comercialização dos produtos agropecuários do assentamento era baixa, sendo que a maior parte das famílias assentadas tinha a produção direcionada para subsistência. Muitos assentados afirmaram encontrar obstáculos para produzir, entre eles não acesso a crédito, dívidas junto aos bancos, inexistência do Plano de Desenvolvimento do Assentamento e dificuldades para escoamento da produção, principalmente em virtude da distância e condições das estradas.

Em relação ao acesso a serviços essenciais e condições de moradia, à época da pesquisa de campo, a comunidade do Assentamento Vale da Esperança também se deparava com várias dificuldades. No tocante à educação, existiam duas instituições de ensino, sendo um colégio estadual (Colégio Estadual Vale da Esperança) e uma escola municipal (Escola Municipal 15 de Julho), mas que funcionavam no mesmo prédio, pois o colégio estadual ainda não possuía suas próprias instalações. Os serviços de saúde disponíveis compreendiam

dois agentes comunitários e um postinho de atendimento, que não estava em funcionamento devido à falta de equipamentos e recursos humanos.

O policiamento era reduzido a duas rondas semanais, com policiais deslocados da cidade de Formosa. As condições de acessibilidade eram difíceis, pois as estradas estavam em más condições, faltando pontes (algumas estavam quebradas) e o transporte público contava com um ônibus que fazia uma viagem diária de ida para Formosa e outra de volta ao assentamento. Existiam ainda problemas com o fornecimento de energia elétrica e com o abastecimento de água.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias do Projeto de Assentamento Vale da Esperança são vivenciadas também por inúmeras outras famílias assentadas pelo Brasil. Mas, a despeito desses problemas estruturais, tanto o Assentamento Vale da Esperança, quanto os outros assentamentos do país que se encontram em condições semelhantes, devem ser analisados, primeiramente, sob o ponto de vista do significado real e simbólico que representam para as famílias assentadas. Conforme ressalta Sauer (2005), o simples acesso à terra é o grande diferencial, especialmente porque abre novas perspectivas de vida para as famílias sem terra.

Desta forma, a terra possui um significado real de cunho político, econômico e social, representando a sustentabilidade física da vida humana. Mas é carregada também de um sentido simbólico, terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social. Ao lutarem pelo acesso à terra, as famílias sem terra lutam também pela construção de um “outro lugar” qualitativamente diferente e de resistência ao processo de desterritorialização, forçada pelo modelo agrário e agropecuário hegemônico (SAUER, 2005).

Para Bergamasco e Ferrante (2005), reconhecer o significado real e simbólico dos assentamentos requer necessariamente compreender esses espaços não como unidades de produção, impulsionadas unicamente pelo movimento de subordinação à lógica da

acumulação capitalista, mas sobretudo compreendê-los através dos significados que adquirem para as famílias que encontram ali formas de atender suas necessidades básicas. Segundo as autoras:

Referimo-nos ao retrato vivo das necessidades de homens e de mulheres que não querem terra como ponto de partida da produção de valores de troca. Querem e precisam da terra para não passar fome, para ter o que dar de comer aos seus filhos, para sobreviver, para não ficar ao sabor das selvagens regras capitalistas de descarte de mão-de-obra (BERGAMASCO e FERRANTE, 2005 p. 80).

Sauer (2005), em artigo que analisa a pesquisa *A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*, destaca ainda outro ponto que deve ser levado em consideração nas avaliações dos assentamentos do país. Na perspectiva do autor, como reflexo de uma política governamental, a viabilidade dos projetos de assentamento não pode ser mensurada sem considerar os investimentos públicos em assistência técnica, crédito para produção e outras ações complementares à reforma agrária. Sendo que, no Brasil, impera um descompasso entre os investimentos governamentais para a aquisição de áreas e o assentamento de famílias e as demais ações voltadas para melhorar as condições de vida ou preservar o meio ambiente. Situação que implica em baixos níveis de qualidade de vida de vários projetos de assentamento (SAUER, 2005).

Ao invés de investir em ações que contribuam para melhorar as condições de vida ou o dinamismo econômico dos assentamentos já existentes, as políticas governamentais privilegiam a alocação dos recursos em gastos que dão “maior retorno”, como investimentos para aquisição de áreas e o assentamento de famílias. Esta opção governamental, segundo Sauer (2005), configura uma das causas da precária situação em que se encontram vários assentamentos de reforma agrária distribuídos pelo país (falta de estradas, baixos índices de acesso a eletricidade, a serviços de saúde, educação). Além de penalizar famílias assentadas, a escolha por ações de visibilidade pública possíveis de serem expressas em números impede avanços importantes no processo geral de democratização do acesso à terra (SAUER, 2005).

É justamente em razão de precárias condições de reprodução social em muitos assentamentos de reforma agrária que há uma busca constante por renda e uma luta para permanecer na terra e melhorar as condições de vida (SAUER, 2005). É também neste contexto de carência de oportunidades financeiras que o agroextrativismo dos recursos vegetais do Cerrado adquire ainda maior relevância, configurando uma opção de acesso à renda, valorização de traços culturais e preservação do bioma.

Entretanto, cabe destacar que a comunidade do Assentamento Vale da Esperança não está sozinha nesta busca por outras formas de produção, reprodução social e melhoria das condições de vida. O município de Formosa, onde está localizado o assentamento, é marcado por um contexto específico de luta pela terra e por oportunidades reais de vida digna no campo. Além do Vale da Esperança existem outros dezesseis projetos de assentamentos neste município (Poções, Paraná I, Santa Cruz, Palmeiras, Bela Vista, Nova Piratininga, Virgilândia, Palmeira Lote Seis, Brejão, Morrinhos, Barra I, Barra Verde, Fartura, Florinda, Junco, São Francisco de Assis), indicando outras perspectivas e possibilidades de afirmação do agroextrativismo e do novo enfoque do desenvolvimento rural.

4.2 O AGROEXTRATIVISMO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA

O extrativismo dos frutos do Cerrado no Assentamento Vale da Esperança para fins comerciais é uma prática relativamente recente. As primeiras experiências mencionadas na pesquisa de campo datam do ano 1995, período em que algumas famílias foram procuradas por associados do Empório do Cerrado (uma rede de comercialização solidária de agricultores familiares e extrativistas) para comercializarem baru (*Dypterix alata*). Estas foram iniciativas pontuais, mas contribuíram para a futura difusão da atividade, que só ocorreu em meados de 2005.

Entres as experiências de aproveitamento dos frutos do Cerrado no assentamento destacam-se a atuação da ASSESVE e da COOPERVAL e iniciativas individuais. A ASSESVE, embora na ocasião de realização da pesquisa de campo não estivesse desempenhando atividades diretamente ligadas ao extrativismo, já executou projetos relacionados à coleta de frutos nativos, recebeu inclusive apoio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)²¹ para a execução de um projeto de aproveitamento do baru. A associação encontra-se também entre as organizações que colaboraram para a elaboração do Manual de Aproveitamento Integral do Fruto do Baru, elaborado e publicado pelo ISPN em 2010.

Na trajetória da COOPERVAL, destaca-se a participação em duas edições da revista da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (ECODATA) e em um seminário realizado na Câmara dos Deputados sobre o Cerrado. Sendo que o agroextrativismo constitui inclusive uma das marcas da Cooperativa, expressa em um dos seus objetivos, que é “Aliar a produção de mudas de espécies nativas do cerrado à produção de doces e polpas de frutas da região”.

Do ponto de vista das iniciativas individuais, mais especificamente sob a perspectiva das nove famílias que participaram deste estudo, o extrativismo caracteriza-se como uma atividade heterogênea, com especificidades de família para família. As principais diferenças residem na maior ou menor dedicação dispensada à atividade, no grau de importância atribuído ao extrativismo e na maneira como a atividade de coleta é incluída nas estratégias de produção e reprodução social das famílias.

²¹ O PPP-ECOS é um programa brasileiro que opera com fontes internacionais. Coordenado pelo Instituto Sociedade População e Natureza, o programa é direcionado exclusivamente para o Cerrado e suas áreas de transição e busca apoiar iniciativas capazes de promover impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade. As propostas contempladas são aquelas que: a) baseiam-se na participação das comunidades e tenham potencial de ser autosustentáveis, principalmente por meio do foco em atividades produtivas e comerciais; b) sejam inovadoras; c) possam ser replicadas em outros locais; d) levem em consideração relações de gênero harmoniosas (ISPN, 2012).

No universo pesquisado, existem famílias que extraem recursos tanto para consumo quanto para comercialização, sendo que outras coletam apenas para consumo; algumas têm como principal objetivo a comercialização, mas consomem aquilo que sobra ou que não pode ser comercializado. Essas informações consideram o período completo de exercício da atividade extrativista, pois, à época da pesquisa de campo, apenas três famílias permaneciam coletando recursos com finalidade comercial. As demais famílias, embora já tenham comercializado por uma ou mais safras, estavam extraindo apenas para o autoconsumo.

Para fins desta análise, levou-se em consideração tanto o momento atual, quanto aquele em que o extrativismo foi realizado mais amplamente com objetivos comerciais. Entretanto, vale destacar que, a despeito das distintas características, da finalidade da coleta, bem como da frequência e formas de utilização, todas as famílias estudadas podem ser denominadas agroextrativistas. Isto porque, de forma mais ou menos frequente, combinam sistemas agrícolas com a coleta de produtos da flora nativa do Cerrado.

Um ponto de convergência entre as famílias entrevistadas diz respeito aos recursos extraídos. Todas coletam basicamente frutos do Cerrado, mais especificamente baru (*Dypterix alata*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), cajuzinho-do-cerrado (*Anacardium humile*), jatobá-do-cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*), mangaba (*Hancornia speciosa*) e pequi (*Caryocar brasiliense*). O baru é o principal fruto coletado com finalidade comercial, sendo que os demais se destinam basicamente para a alimentação da família.

Embora apenas esses seis frutos constituam praticamente a totalidade dos recursos explorados via extrativismo pelas famílias entrevistadas no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, não foi identificada nenhuma família que costume coletar todos eles. O conjunto mais completo é composto por cinco dos seis produtos, e é coletado em apenas duas famílias, sendo que duas coletam quatro tipos, uma coleta três, duas coletam dois e duas coletam apenas baru, formando um espectro diversificado de coleta.

Quando comparada com a mega biodiversidade do Cerrado e a variedade de espécies vegetais úteis ao ser humano presentes no bioma, a cesta de produtos coletados pelas famílias pesquisadas no Assentamento Vale da Esperança é bastante reduzida. Uma noção superficial da diversidade apenas de frutos nativos passíveis de utilização na alimentação é encontrada em Almeida (1998) e Ribeiro (2006). Almeida (1998) identificou 26 espécies de frutíferas²² comumente utilizadas no cardápio das comunidades rurais do bioma. Ribeiro (2006), por outro lado, em pesquisa realizada em quatro regiões de Minas Gerais, identificou a disponibilidade de 65 espécies de frutos comestíveis.

É importante destacar que não foi possível identificar se essa diversidade de espécies realmente existe na região, ou se já foi extinta pelo desmatamento. Nas visitas foi possível notar apenas que o assentamento é rodeado por serras aparentemente preservadas e que, diferentemente de outros assentamentos próximos, existem número considerável de árvores ao longo das estradas. Por outro lado, a hipótese que parece mais provável, ao se comparar a cesta familiar com o conjunto de frutos coletados no assentamento, é que extrai-se poucas espécies porque a principal finalidade é a obtenção de renda. Assim, coleta-se baru devido à facilidade de comercialização e mais um ou dois frutos para o consumo da família.

Por outro lado, o potencial de utilização das espécies vegetais do Cerrado não se reduz aos frutos comestíveis. Como discutido no Capítulo I, a literatura aponta uma vasta gama de outros recursos úteis ou potencialmente úteis aos seres humanos. Ribeiro (2006), por exemplo, registrou a ocorrência de: a) 130 espécies vegetais fornecedoras de madeira; b) 32 espécies produtoras de fibras utilizadas para produção de cobertura de moradias, confecção de balaios, cestas, peneiras, diferentes peças de artesanato e para outros fins; c) 29 espécies para a extração de óleos aproveitados no uso alimentício, na fabricação de sabão, etc.; d) 24

²² Estes 26 frutos são: Ananás, Araticum, Baru, Buriti, Cagaita, Cajuí, Coquinho azedo, Curriola, Gabiroba, Guapeva, Gueroba, Jaracatiá, Jatobá, Jenipapo, Lobeira, Macaúba, Mama-cadela, Mangaba, Marmelada-de-cachorro, Maracujá-do-campo, Murici, Mutamba, Pequi, Pêra-do-cerrado, Pimenta-de-macaco, Pitanga-do-cerrado.

espécies usadas para tingir tecidos de algodão ou lã e 20 possuem tanino (substância importante para o trabalho de curtir couros); e) mais de 170 espécies que se prestam ao uso medicinal.

No universo pesquisado, entretanto, com exceção das espécies fornecedoras de madeira e as usadas como medicamentos, não foram feitas referências de extrativismo para nenhuma dessas outras finalidades. O extrativismo de madeira é considerado pelas famílias entrevistadas como de baixa intensidade, pois, segundo elas, são realizadas principalmente coletas de madeiras secas e toras quebradas para diversas construções como, por exemplo, cercas e galinheiros. Além do extrativismo dos frutos nativos e da coleta de madeira, uma família afirmou realizar também o extrativismo do bambu, embora não seja uma espécie nativa, nasce espontaneamente e em abundância na região.

A coleta de frutos nativos é, portanto, a principal forma de extrativismo vegetal realizada pelas famílias entrevistadas no Assentamento Vale da Esperança. A pouca diversidade de produtos coletados, comparado à diversidade vegetal do Cerrado, pode estar relacionada a uma série de fatores como, por exemplo, falta de informação, desconhecimento, aptidão ou vocação. Como a opção de investir nessa ou naquela atividade produtiva parte exclusivamente da família, dependendo do grau de conhecimento, essa prefere se dedicar a outras atividades.

A disponibilidade de espécies nativas no lote também é fator condicionante para a diversificação da cesta de produtos coletados. Como o principal local de coleta corresponde justamente à parcela da família, em alguns lotes há pouca ou nenhuma variedade de espécies. Isto porque, ao chegarem no Assentamento Vale da Esperança, algumas famílias mencionaram que, ou por não encontrarem condições favoráveis à adoção de atividades produtivas sustentáveis e/ou por não haver tanta preocupação ambiental, acabaram cortando grande parte das árvores ali dispostas, inclusive as frutíferas.

Relacionado a isto, observou-se também que muitas famílias entrevistadas, embora costumassem coletar um ou outro fruto na época da safra para consumo, só estão conhecendo o valor comercial desses frutos agora. Este aspecto é mais emblemático para o baru, muitas famílias não conheciam suas possibilidades de aproveitamento, especialmente seu potencial na alimentação humana. Quando o utilizavam, destinavam apenas para a alimentação do gado. Outras ainda desconheciam completamente o fruto, uma delas relata inclusive que apesar de sempre ter vivido em áreas de ocorrência do Cerrado, só conheceu o baru depois de chegar ao assentamento: “depois que vim de Minas Gérias eu morei na roça em Goiás, mas não me lembro do baru não; só vim conhecer quando cheguei aqui” (Maria de Lurdes, 18/07/2012).

Outro aspecto que ajuda a explicar a baixa frequência e irregularidade das coletas, encontrado em Carvalho e Sawyer (2009), é que o extrativismo, embora passível de ser realizado junto com várias tarefas, concorre com outras atividades econômicas as quais apresentam um maior nível de controle pelos agricultores e geram maior margem de segurança. Assim, em determinados momentos, torna-se mais estratégico dispensar mais tempo e trabalho a estas atividades, em detrimento da coleta de frutos nativos. Aspecto retratado, por exemplo, por uma das famílias, em que depois que a esposa começou a trabalhar na escola, o extrativismo teve que ser interrompido. Segundo o depoimento, o marido tornou-se o único responsável pelas atividades agrícolas e passou a se dedicar também à criação de gado, não sobrando mais tempo para a coleta: “esses outros serviços tem renda mais certa; como o serviço aumentou, a gente não tem mais tempo, nem mão-de-obra para mexer com o extrativismo” (Maria da Solidade, 18/07/2012).

O local onde ocorre o extrativismo é predominantemente nos lotes das famílias (em oito das nove entrevistadas). Destas oito, quatro coletam apenas na sua parcela e quatro coletam também em outras localidades. Entre os outros locais, foram mencionados beiras de estradas, áreas comuns de Cerrado ao redor do assentamento e em lotes de terceiros (parcelas

de outros assentados e fazendas das regiões próximas). A permissão para coleta em lotes de terceiros pode ser de maneira gratuita ou às vezes o proprietário exige o pagamento de uma certa quantia. A única família que não extrai os frutos em sua parcela, não o faz porque, segundo ela, não há espécies frutíferas, por isso, o extrativismo é realizado em lotes de outras famílias do assentamento.

O extrativismo dos frutos, no universo pesquisado, é uma atividade que envolve todos os membros da família. A única exceção corresponde à família que não apresenta frutíferas em sua parcela. Neste caso, a iniciativa de coletar o baru partiu da filha que contou com a ajuda de um primo. Os pais já aposentados optaram por não colaborar devido à necessidade de maior deslocamento. Em todas as outras, todos os membros participam da coleta, inclusive os que possuem trabalho externo e as crianças. A contribuição das crianças foi apontada pelas famílias como de muita utilidade. Segundo depoimentos: “se tirar as crianças a família fica pequena; as crianças ajudam muito” (Hilário, 15/07/2012).

Observou-se que assim como as famílias entrevistadas apresentam características sociais, formas de organização e trajetórias distintas, a forma como o agroextrativismo é organizado também varia de família para família. Apesar de partilharem traços comuns enquanto Povos do Cerrado, cada família é dotada de desejos, experiências e perspectivas próprias que tornam a atividade extrativista uma prática heterogênea e de muitas faces.

4.3 HISTÓRIAS DE VIDA E ENVOLVIMENTO COM O AGROEXTRATIVISMO

Enquanto Povos do Cerrado, as famílias agroextrativistas pesquisadas no Projeto de Assentamento Vale da Esperança apresentam características e papéis comuns perante a sociedade, o bioma e os seus próprios projetos de vida. Por outro lado, antes de tudo, trata-se de biografias únicas, com distintas trajetórias e histórias de vida, assim como diferentes vivências e experiências acumuladas. Estas particularidades se refletem desde o número de

membros que moram na parcela, suas várias idades e regiões de origem; até nas múltiplas formas de produção, organização espacial e social dos lotes e fontes de renda.

De modo geral, o universo de pesquisa, no período de realização da pesquisa de campo era composto por famílias com número de membros que variava de duas a seis pessoas. Quatro eram constituídas por apenas marido e mulher, entre essas, duas não possuíam filhos, enquanto outras duas possuíam filhos, mas que já não moravam no assentamento. As outras cinco famílias eram formadas por marido, mulher e filhos ou marido, mulher, filhos e netos. A idade dos membros variou bastante, o esposo mais novo tinha trinta e um anos e o mais velho possuía setenta e três; a idade das esposas variou de vinte e quatro a sessenta anos; e dos jovens e crianças de um ano a vinte e seis.

A região de origem das famílias também não apresentou uniformidade. Antes de habitarem o Assentamento Vale da Esperança, cinco homens (esposo) pertencentes às famílias entrevistadas moravam no estado de Goiás (em cinco municípios diferentes); dois têm origem em Minas Gerais, um em Tocantins e um no Rio Grande do Sul. Com exceção do Rio Grande do Sul, todos os demais estados citados possuem parte de seu território dentro do domínio do Cerrado. Consequentemente, de uma maneira ou de outra, as origens demonstram já existir algum contato anterior dessas famílias com o bioma antes da chegada ao assentamento.

A naturalidade, no entanto, parece não ter uma importância significativa na visão ou práticas atuais. Segundo dados das entrevistas, apenas o agroextrativista de origem no Sul do país, o único que não havia tido contato anterior mais direto com o bioma, é justamente um dos que mais expressou ou deu importância econômica e social ao Cerrado. Segundo observações de campo, sua propriedade é a mais preservada, diversificada e a que tem mais espécies nativas e área de reflorestamento.

A partir das histórias e trajetórias, foi possível perceber que a maioria das famílias, antes de chegar ao assentamento já possuía familiaridade com o meio rural e, de uma forma ou de outra, também com o Cerrado. Este aspecto observado, além da região de origem, pela atividade que exercia o homem (esposo) da família antes de chegar ao Assentamento Vale da Esperança, pois em apenas duas famílias, este não era trabalhador rural. Todas as demais famílias entrevistadas exerciam alguma atividade relacionada à agropecuária e todos afirmaram ter vivido a maior parte de suas vidas no campo. No entanto, o fator que demonstrou ter mais peso na valorização do Cerrado e na prática extrativista não foi a origem, mas os processos sociais recentes, inclusive as trocas de experiências e o cotidiano das famílias.

Cabe ressaltar que as famílias entrevistadas do Projeto de Assentamento Vale da Esperança, embora não tenham vivido o mesmo processo de interação histórica com as paisagens do Cerrado como o que viveram e ainda vivem, por exemplo, as comunidades Geraizeiras de Minas Gerais pesquisadas por Silva (2009a), também podem ser consideradas Povos do Cerrado. Isso porque suas raízes históricas são de origem camponesa, e, de forma mais ou menos intensa, elas também são herdeiras dos diferentes saberes, formas de uso e manejo do bioma. Além disso, segundo informações obtidas na pesquisa de campo, elas possuem ainda outra racionalidade produtiva e estão cada dia mais atrelando seus modos de vida e construindo uma relação mais íntima e harmônica com o bioma. Denominá-las Povos do Cerrado, além de contribuir para o fortalecimento da identidade social com o território, também auxilia na identificação e assimilação, pelas próprias famílias, do papel que desempenham perante a preservação do Cerrado.

Esta construção histórica deve ser entendida no contexto dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária como “espaços de reinvenção da sociedade”, pois em busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania as famílias lutam e atuam como sujeitos na

construção de uma realidade social a partir da organização de imagens, linguagem e representações para que este mundo faça sentido (SAUER, 2010). Trata-se, portanto, justamente do processo que está em curso no Assentamento Vale da Esperança, onde as famílias estão, pouco a pouco, atribuindo valores diferenciados ao Cerrado e aos seus recursos, encontrando neles oportunidades para melhorar as condições de vida.

Segundo Sauer (2010), o processo social de luta e de acesso à terra impulsiona transformações culturais, simbólicas e representacionais, permitindo inclusive transformações nas relações como o meio ambiente, com o lugar e entre as pessoas. O acesso à terra representa então uma reterritorialização que altera a percepção espacial e dá novos sentidos aos lugares e também ao bioma. Este processo é marcado pela interação face à face de diferentes biografias e pelo convívio diário em lugares geograficamente localizados, que além de possibilitarem a construção de novos vínculos identitários, reforça vínculos locais e relações de pertencimento (SAUER, 2010).

Para a maioria das famílias agroextrativistas entrevistadas, este processo de identificação e criação de uma identidade local está em curso há mais de 16 anos, pois chegaram ao assentamento ainda nos tempos de acampamento, participaram de todas as suas lutas e conquistas. Apenas duas, entre as entrevistadas, não chegaram no início, mas já moram no Assentamento Vale da Esperança há mais de 10 anos, sendo que uma única família reside no local há menos tempo (5 anos), mas seus membros moravam em outro assentamento da região.

Vale destacar, entretanto, que este processo de identificação com o território e com Cerrado é lento e está apenas no início. O próprio processo de ingresso no extrativismo do baru para fins de autoconsumo e de comercialização é um bom sinalizador das transformações culturais, simbólicas e representacionais que estão em curso. Uma atividade que não era amplamente conhecida começa a se disseminar e com ela surgem novas perspectivas, novos

valores e representações. O Cerrado, por exemplo, antes derrubado para execução de outras atividades, passa a ser (está começando) valorizado no seu conjunto, não apenas como capaz de gerar renda, mas algo de relevância ainda maior, para o bem estar da sociedade.

Influenciadas pela lógica produtivista hegemônica, muitas famílias que receberam suas parcelas com porções de vegetação nativa derrubaram tudo, ou quase tudo, para implantar atividades agrícolas. O valor econômico e social do Cerrado não era reconhecido e segundo os entrevistados, quase não havia preocupações com questões como, por exemplo, a finitude dos recursos naturais e a necessidade de preservação ambiental. A fala de um dos entrevistados ilustra bem o pensamento dominante, quando afirmou que, “antigamente quem não desmatava era visto como preguiçoso; que não queria trabalhar” (Maria de Fátima, 18/07/2012).

Atualmente, os discursos das famílias começam a apresentar novas preocupações; apareceram outras ideias ou outras formas de pensar ou perceber o Cerrado e o meio ambiente. Traçando um comparativo com a época que chegaram ao assentamento, muitas famílias afirmam possuir outra forma de olhar o meio ambiente e o bioma. Segundo um dos entrevistados: “Hoje eu não consigo mais andar por esse cerrado sem admirar a sua beleza” (Maria de Lurdes, 18/07/2012).

Muitos que, no início, desmataram para plantar, hoje possuem outra concepção. Assim é que, atualmente, todas as famílias entrevistadas manifestaram dispensar importância para atitudes relacionadas à preservação e conservação do Cerrado. Quando perguntadas se consideravam importante deixar alguma área do lote e/ou do assentamento para a preservação ambiental, uma das famílias respondeu: “Sim porque hoje em dia em todo lugar tem falado tanto que o meio ambiente precisa da mata. Também porque é muito bom ter contato com o meio ambiente” (Maria da Solidade, 18/07/2012). Outra fez afirmação no mesmo sentido,

dizendo: “Sim porque os animais precisam da vegetação, sem ela a fauna está ficando desprotegida” (Omar, 13/06/2012).

Segundo informações de campo, é possível perceber que a preocupação com o meio ambiente, na realização das atividades agropecuárias, também está em mudança. A maioria das famílias entrevistadas afirmou que procura tomar algumas medidas preventivas e adotar práticas diferenciadas em vistas a preservar o meio ambiente. As principais estratégias citadas foram a não adoção de agrotóxico e de adubo químico e a não realização de queimadas.

O surgimento deste novo olhar sobre o meio ambiente e dessas novas preocupações, além de retratar a existência e condições de reprodução social mais favoráveis, sinaliza uma maior disseminação dos atuais debates em torno do desenvolvimento rural e das tentativas de adoção de outras estratégias capazes de superar os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento hegemônico, sobretudo, em termos sociais e ambientais.

A família agroextrativista entrevistada com origem no Rio Grande do Sul é um bom exemplo dessa mudança de atitude e concepções que conduz ao desenvolvimento rural. O homem (esposo) da família era agricultor tradicional no Sul do país, depois que chegou ao Assentamento Vale da Esperança continuou com a atividade por aproximadamente, cinco anos até passar a se dedicar ao agroextrativismo. Segundo ele, entre os motivos que contribuíram para essa mudança de estratégias, estão os sucessivos prejuízos com a agricultura, mas também os conhecimentos adquiridos em diversos cursos e treinamentos no Colégio Agrícola de Unaí GO. Nas palavras do representante da família: “Depois de passar por várias frustrações de safras, eu aprendi que era possível levar outro modo de vida” (Herbert, 18/07/2012).

Este deslocamento de enfoque, de atitude e de concepções que conduz a mudanças em direção ao novo enfoque do desenvolvimento rural, no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, pode ser retratado pelo processo de valorização e estímulo ao agroextrativismo.

No universo de pesquisa, observou-se que trata-se de um processo passível de ser “aprendido”, no sentido de que passa a ser replicado à medida que uma família inicia as atividades e “consegue êxito”, com isso, outras famílias também se sentem motivadas a ingressarem na atividade.

A utilização do vocábulo “aprender” faz referência não ao exercício da atividade extrativista, mas ao novo olhar sobre o bioma e às novas preocupações em torno da sustentabilidade e da busca por outras formas de produção e reprodução distintas do modelo hegemônico. À medida que a prática extrativista começou a ser difundida, as famílias relataram que o Cerrado e seus recursos passaram a ser mais valorizados e preservados, pois, segundo elas, “antes o pessoal derrubava as árvores, não sabiam o valor que tinha o Cerrado, hoje isso já tá começando a mudar” (José Cardoso, 15/07/2012).

A análise do período datado pelas famílias para início do extrativismo do baru com fins comerciais, por exemplo, demonstra que a atividade foi se disseminando aos poucos pelo assentamento e que a valorização dos recursos naturais disponíveis no bioma é recente e ainda está em curso. Duas famílias entrevistadas datam o início da atividade para 2004, uma em 2005, outra em 2006, uma em 2007 e quatro em 2008.

Porém, não obstante o tempo de início e a disseminação do extrativismo pelo Assentamento Vale da Esperança, observou-se que atrelada à prática extrativa está surgindo uma série de novos valores e novas perspectivas em busca de melhores condições de vida e da construção de uma outra realidade social. Segundo dados de campo, as famílias que apresentam maior disposição para investir na coleta dos frutos, são também aquelas com maior nível de compreensão sobre a necessidade de mudança de velhos hábitos para atitudes ambientalmente mais racionais e conscientes; são aquelas que, de forma mais ou menos intensa, praticam o agroextrativismo por convicções ideológicas, que estão em busca de outros modos de vida.

Para a construção desta lógica diferenciada, notou-se que a formação ofereceu contribuições significativas. Neste sentido, destaca-se a atuação de cursos, oficinas e treinamentos com a temática voltada para o Cerrado e para a utilização racional de seus recursos. Dentre os cursos mencionados nas entrevistas, destaca-se um ministrado no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, em 2005, pelo INFC, em parceria com a ASSESVE, sobre aproveitamento alimentar dos frutos nativos. Na ocasião, foi discutida a relevância e o valor do Cerrado e realizadas oficinas de aproveitamento alimentar (fabricação de geleias, doces, entre outros). Houve também, em 2009, um curso de 200 horas/aula organizado pela ECODATA, sendo que todas as famílias entrevistadas participaram deste, e foram unânimes a respeito das contribuições deste para a nova forma como encaram o Cerrado.

Os dados da pesquisa de campo não permitem elaborar uma sequência lógica e, tão pouco, uma relação de causa e efeito entre maior formação e, portanto, maior dedicação e empenho nas atividades extrativistas e na preservação do Cerrado. Não era isto o que se pretendia e nem o que se imagina existir. Entretanto, pôde-se observar, durante a realização da pesquisa, que a forma como as famílias encaram o Cerrado, assim como a maneira como atrelam seus modos de vida ao bioma não é estática. Ao contrário, novas percepções, significados e valores podem ser construídos e estimulados. Já os fatores que contribuem para essa transformação não puderam ser definidos claramente, mas, sem dúvidas, a formação está presente e desempenha papel relevante.

A atuação da formação não fica restrita apenas ao campo dos cursos e treinamentos. Ao contrário, as contribuições da educação para a construção de uma vida melhor no espaço rural é composta por aquilo que Veiga (1998) denominou de “trindade educacional” à disposição das famílias rurais. Segundo o autor, essa “trindade educacional” seria composta por ensino regular básico (que deveria estar sendo oferecido nas escolas rurais), formação

profissional e a relação destes dois com as redes de ciência, tecnologia e extensão (VEIGA, 1998).

Na visão de Veiga (1998, p. 53), “[...] é simplesmente inconcebível pensar qualquer processo de desenvolvimento no qual a educação não ocupe um lugar estratégico”. Para o autor, embora o eixo propositivo do desenvolvimento rural deva se voltar principalmente para a consolidação, expansão e aperfeiçoamento de ações como o crédito via PRONAF e a política de assentamentos, todas essas ações devem ser integradas em um amplo programa-rede, voltado ao fortalecimento da agricultura familiar, cuja principal ênfase certamente será a educação (VEIGA, 1998).

Daí a necessidade de maiores investimentos nas áreas rurais e nos assentamentos, capazes de oferecer a infraestrutura necessária para viabilizar práticas distintas do modelo agropecuário dominante. Além da oferta de um bom sistema de educação, são requeridos também investimentos em estratégias distintas, como por exemplo o agroextrativismo. Como visto, as famílias pesquisadas no Assentamento Vale da Esperança, após encontrarem um lugar de vida e de trabalho, estão se tornando agentes na construção de outra realidade social. Estas estão, cada vez mais, baseadas em uma outra relação com o meio ambiente, com o bioma e entre as pessoas.

4.4 AGROEXTRATIVISMO E O AUMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA

Entre as prerrogativas do desenvolvimento rural estão a preocupação com redução das desigualdades sociais, a geração de emprego e renda no campo e a superação da pobreza (VEIGA, 1998; SACHS, 2008). Este é um dos sentidos pelos quais o agroextrativismo é entendido nesta dissertação como uma estratégia de desenvolvimento, pois configura uma atividade econômica que, como será discutido, é capaz de contribuir para a geração de renda,

diversificação dos rendimentos, além de criar novos empregos, permitir o melhor aproveitamento da força de trabalho familiar e contribuir para uma nova inserção social dos Povos do Cerrado e sua permanência nos espaços rurais do bioma (NOGUEIRA e FLEISCHER, 2005).

Um exemplo dessa contribuição é encontrado em estudo sobre o arranjo empresarial do pequi (*Caryocar brasiliense*) em municípios do estado de Goiás realizado por Oliveira (2006). O mesmo constatou que a exploração extrativista do pequi gera renda e apresenta magnitude suficiente para dinamizar a economia local, além de contribuir para a inclusão social ao empregar mão-de-obra pouco qualificada e auxiliar na preservação de aspectos culturais das comunidades sertaneja do estado de Goiás (OLIVEIRA, 2006).

Carvalho (2007) também contribui para este debate ao apresentar o caso da Cooperativa Grande Sertão, localizada na região norte de Minas Gerais. Segundo o autor, essa cooperativa, através do beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado, gera renda significativa para 350 comunidades do norte de Minas; contribui para o fortalecimento de suas estratégias seculares de reprodução social e, ainda, auxilia na preservação do bioma (CARVALHO, 2007).

No Projeto de Assentamento Vale da Esperança, foi justamente a possibilidade de elevação dos rendimentos a principal motivação para o início do extrativismo e comercialização do baru. Diferentemente dos outros estudos (OLIVEIRA, 2006; CARVALHO, 2007), as famílias que participaram desta pesquisa não mencionaram outras razões para justificar a prática extrativa como, por exemplo, o extrativismo como uma atividade tradicional, um hábito ou para complementar a alimentação da família. Acredita-se que isto se deve às características do baru, especificamente porque o seu potencial não era amplamente conhecido na região. Sua coleta é recente, portanto, não faz parte das “tradições”

das famílias, em contraste com o que ocorre em outras regiões e com outros frutos, como é o caso do pequi.

Apenas duas famílias entrevistadas não mencionaram a renda como razão exclusiva para o ingresso na atividade. Para estas, a renda constitui um dos fatores, mas não o principal. Uma delas é a família de origem na Região Sul, para quem o agroextrativismo representa uma alternativa de viver da agricultura diferente do modelo dominante. Nas palavras do representante da família: “a gente faz muito mais pela preservação em si do que pelo dinheiro” (Herbert, 18/07/2012).

A segunda família faz parte de um contexto diferente. O ingresso na atividade ocorreu devido ao incentivo de familiares de outro assentamento que já trabalhavam com o extrativismo, especialmente na confecção de artigos de artesanato. Em outras palavras, o potencial de geração de renda a partir dos recursos do Cerrado, já era conhecido. Segundo a representante da família: “a gente quer valorizar o Cerrado e aproveitar as riquezas do assentamento; o assentamento é muito rico em recursos naturais em vistas de outros aqui da região” (Maria da Solidade, 18/07/2012).

No entanto, para a maioria das famílias entrevistadas, a preocupação central é com elevação da renda, inquietação pertinente principalmente frente à difícil situação de carência de oportunidades financeiras e instabilidade de rendimentos que foram deixadas, tanto em virtude dos efeitos da hegemonia do modelo agrícola industrial e produtivista, quanto em razão das precárias condições de reprodução social em que se encontram muitos assentamentos de reforma agrária no país, inclusive o Vale da Esperança. Conforme análise de campo, o agroextrativismo representa uma alternativa de renda, apontada por muitas famílias como de fundamental importância. Segundo foi afirmado: “por necessidade, porque a gente não tem uma renda fixa com a chácara” (Maria de Lurdes, 18/07/2012).

Segundo depoimentos, as famílias entrevistadas no Assentamento Vale da Esperança realizam a atividade agrícola basicamente para o consumo doméstico. São cultivados principalmente milho, feijão, mandioca, arroz e cana, além da criação de galinhas e gado, sendo que é comercializado o excedente, especialmente galinhas, ovos, rapadura e farinha. No entanto, segundo elas, o que sobra, em geral, é muito pouco, fazendo com que a renda obtida apenas com a atividade agrícola seja bastante reduzida, exigindo o exercício de outras atividades para complementar a mesma.

Por outro lado, os dados da pesquisa permitem afirmar que a coleta de frutos nativos se mostra uma opção de renda e consumo relevante, sobretudo, porque o tempo dedicado ao mesmo não interfere muito nas demais tarefas familiares. O extrativismo é possível de ser realizado em conjunto com a agricultura e com outras atividades e ainda pode ser realizado por todos os membros da família. Neste sentido, no universo de pesquisa, o agroextrativismo se mostrou uma opção de renda não agrícola, que ganha importância especialmente frente as dificuldades de se obter renda agrícola e, ao mesmo tempo, de se conseguir outras opções de rendimentos.

As famílias entrevistadas apontaram a renda obtida com a atividade como de grande relevância e utilidade. As três famílias que permanecem coletando baru para comercialização indicaram a atividade como a principal fonte de renda, sendo que as demais apontaram a mesma como uma espécie de aporte, de complemento, que garante uma renda mensal e oferece maior segurança financeira para a família. Segundo as entrevistas: “ajuda muito” (Maria de Lurdes, 18/07/2012); “tinha renda todo mês” (Balduína, 18/07/2012); “a gente tem certeza de uma renda, quando não tem certeza fica feio” (Hilário, 15/07/2012); “pelo menos o necessário da pra resolver; todo mês tinha dinheiro” (Maria da Solidade, 18/07/2012).

A respeito da importância e do significado desta busca por outras fontes de renda, Wanderley (2009) afirma que, tendo em vista a precariedade e a instabilidade enfrentadas

pelos Povos do Cerrado, a busca por trabalho externo se torna uma necessidade estrutural. Ao contrário de indicar simplesmente que os seus estabelecimentos não conseguem gerar renda suficiente para manter a família, esta estreita dependência com o trabalho externo ou com outras fontes de renda compõe mecanismos de equilíbrio, precário e instável, através dos quais o estabelecimento familiar se reproduz.

Esta busca constante por renda e a luta para permanecer na terra e melhorar as condições de vida (SAUER, 2005) não se restringe apenas a combinação de agricultura com extrativismo. Segundo dados de campo, as famílias entrevistadas no Assentamento Vale da Esperança realizam ainda outras atividades agrícolas e não agrícolas, como a venda eventual de dias de serviço e o trabalho fixo de membros em atividades ligadas ou não à agricultura. Entre os trabalhos fixos, foram mencionados os trabalhos das esposas na escola do assentamento (na direção, na cantina e nos serviços gerais), sendo que o trabalho eventual em atividades agrícolas na região do assentamento é realizado principalmente pelo esposo.

A diversidade de atividades realizadas pelos membros da família como parte de suas estratégias de reprodução social, permite que as famílias pesquisadas no Projeto de Assentamento Vale da Esperança sejam também denominadas de pluriativas. Conforme definido por Del Grossi e Silva (1998), a pluriatividade é um conceito que contempla a associação de atividades agrícolas, com outras atividades que gerem ganhos financeiros e não financeiros, podendo ser externas ou internas à atividade agropecuária. Este conceito abrange as diversas atividades exercidas por todos os integrantes da família, inclusive ocupações por conta própria, trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro ou fora das explorações agropecuárias (DEL GROSSI e SILVA, 1998).

A pluriatividade é um dos traços básicos do novo enfoque do desenvolvimento rural (CARNEIRO, 1998; PLOEG *et al.*, 2000). Estratégia que se torna ainda mais importante nos tempos atuais, em que a agricultura está se mostrando cada vez menos capaz de prover os

meios suficientes de sobrevivência para muitas famílias rurais (ELLIS, 1998). Assim, a renda obtida com o trabalho externo acaba constituindo em uma fonte de renda indispensável, não apenas para a reprodução da família, mas ao próprio estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2009).

Outras fontes de renda que não estão contempladas no conceito de pluriatividade, mas que apresentam grande importância na composição dos rendimentos das famílias que participaram desta pesquisa são as aposentadorias ou pensões (quatro famílias) e o programa Bolsa Família (duas). Estes rendimentos não são provenientes de uma atividade produtiva, mas são combinados com elas e, muitas vezes, se apresentam como a principal fonte de renda.

Para as quatro famílias que recebem aposentadorias ou pensões, estes rendimentos constituem a principal fonte de renda. Segundo observações de campo, isto porque elas são compostas, de modo geral, por apenas marido e mulher ou marido e mulher mais filhos e/ou netos em idade escolar. O que faz desses recursos a principal renda familiar, seja por falta de outras oportunidades de trabalho, ou porque o casal encontra-se em idade avançada e não possui nem força física nem interesse em executar outras tarefas.

Observou-se na pesquisa de campo que as famílias que recebem aposentadoria/pensão, o extrativismo do baru foi motivado exclusivamente pelo aumento da renda e não foi realizado com muito empenho e dedicação. A atividade de coleta teve início porque os frutos estavam disponíveis na propriedade e teriam pessoas no assentamento dispostas a comprá-los, mas logo com as primeiras dificuldades, a atividade foi abandonada. Ao explicar sobre os motivos que levaram ao ingresso na coleta de baru, uma delas respondeu: “ouvi falar que o baru tava dando dinheiro... E com o baru não tem muita preocupação, ele é mais fácil de mexer, de armazenar, é prático e não demora muitos anos para produzir. Mas agora a região não ta mais dando baru, o que da é muito pouco e eu também não vou atrás para pegar em outros lugares” (Hilário, 15/07/2012).

Outro fenômeno contemplado pelo desenvolvimento rural identificado nas entrevistas realizadas no Assentamento Vale da Esperança refere-se à diversificação das fontes de renda. Na pesquisa de campo foram identificadas sete formas distintas de composição dos rendimentos familiares: agricultura e extrativismo (1 família); agricultura, extrativismo e aposentadoria (2); agricultura, extrativismo e pensão (1); agricultura, extrativismo e trabalho fixo fora da atividade agrícola (1); agricultura, extrativismo, trabalho fixo fora da atividade agrícola e venda eventual de dias de serviço na atividade agrícola (2); agricultura, extrativismo, venda eventual de dias de serviço na atividade agrícola e Bolsa Família (1); agricultura, extrativismo, venda eventual de dias de serviço na atividade agrícola, Bolsa Família e aposentadoria (1).

As múltiplas fontes de renda obtidas a partir da combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e fora da propriedade constitui-se em estratégia importante, pois, conduzem a uma menor instabilidade da renda, o que permite maior autonomia às famílias, pois elas não ficam dependentes exclusivamente da atividade agrícola (KAGEYAMA, 2008). Além do mais, quanto mais opções para a geração de renda, maior será a segurança financeira (CARVALHO e SAWER, 2009).

Outra vantagem da diversificação das fontes de renda, inclusive a obtida a partir do extrativismo, é que os ganhos monetários servem também como fundos para novos investimentos nas atividades produtivas, o que contribui para a continuidade da atividade agrícola e se converte em condições para a permanência da família no campo, contribuindo, conseqüentemente, para a redução do êxodo rural (CARNEIRO, 1998).

Embora tenha sido unânime, entre as famílias entrevistadas, a indicação da renda obtida com o extrativismo como relevante, o universo de pesquisa não soube mensurar com precisão qual o valor anual recebido a partir da atividade de coleta, pois, segundo afirmou uma delas, a renda “varia muito; não tem uma quantia fixa, porque a quantidade não é certa”

(Omar, 13/06/2012). No entanto, as estimativas variaram entre trezentos a sete mil reais por ano. Esta grande variação na renda, segundo dados de campo, está relacionada a fatores de ordem “natural” como dispersão das frutíferas, imprevisibilidade, sazonalidade e irregularidade na produção, impossibilidade de controle sobre o processo produtivo, mas também tem relação direta com o grau de dedicação e com o nível de organização dedicado à atividade.

De acordo com as análises de campo, muitas famílias ingressaram na atividade de coleta do baru pela facilidade (já que não são necessários investimentos iniciais), por empolgação ou através do incentivo de outras pessoas que já estavam envolvidas. As justificativas foram do tipo: “disseram que era um bom negócio” (Balduína, 18/07/2012); “o povo falou que o baru tava dando dinheiro” (José Cardoso, 15/07/2012), entre outras afirmações no mesmo sentido. Estas conseguiram renda com a venda do baru, mas não se preocuparam muito com a organização e estruturação de outras tarefas complementares, as quais possibilitariam maiores ganhos financeiros. Este “espontaneísmo” deve ser o principal motivo para, após as primeiras dificuldades, levar ao abandono da atividade com objetivos comerciais.

Por outro lado, verificou-se que outras famílias entrevistadas, mesmo tendo como motivação inicial a renda, deram maior importância e se dedicaram mais à coleta. Entre essas encontram-se as três famílias que apresentaram um maior nível de estruturação da atividade e que continuam realizando o extrativismo com finalidade comercial. E ainda uma quarta família que teve que interromper as atividades, em 2012, por problemas de saúde. Para essas, a despeito das outras atividades econômicas executadas, o extrativismo foi apontado como a principal fonte de renda, sendo que uma delas extraiu o bambu principalmente para fins comerciais. Além do extrativismo do bambu (espécie exótica com ampla ocorrência na região), afirmou que coleta e comercializa frutos nativos como baru e o pequi.

Embora essas três famílias que permanecem realizando a coleta do baru com fins comerciais apontem o extrativismo como a principal fonte de renda, elas também destacaram que é necessário combinar o extrativismo com outras fontes de renda, pois os ganhos financeiros obtidos apenas com o extrativismo são sazonais e irregulares. Outro ponto que cabe ser ressaltado é que, apesar de todas as famílias entrevistadas afirmarem que houve aumento da renda em virtude do extrativismo, as percepções a respeito da intensidade deste aumento foram distintas. Seis declararam que a renda aumentou muito, e três consideraram que houve aumento intermediário.

Os dados da pesquisa de campo indicam que as famílias que afirmaram que a intensidade do aumento da renda foi intermediária correspondem às famílias que não se dedicaram muito; exerceram a atividade sem organização e sem atribuir um caráter profissional. Em outras palavras, não deram tanta importância à atividade, não investiram, apenas coletaram e venderam. A fala de um entrevistado retrata essa situação, quando afirmou que: “a renda aumentou, mas vai aumentar muito mais a partir de agora que eu estou estruturando as atividades” (Herbert, 18/07/2012).

Por outro lado, as potencialidades do extrativismo não ficam restritas apenas à coleta e comercialização dos frutos *in natura*, pois, a partir da coleta dos frutos nativos, existem várias atividades passíveis de serem executadas, que possibilitam diversificar ainda mais as fontes de renda, empregar/aproveitar a mão-de-obra familiar, permitir a comercialização fora da época de safra, conduzir a elevação dos ganhos financeiros e proporcionar maior estabilidade para as famílias. O baru, por exemplo, pode ser comercializado *in natura* ou a castanha torrada. Também, a partir da castanha, podem ser feitos bolos, pães, biscoitos, paçoca e uma infinidade de outros produtos comestíveis, que, conforme, apontado na pesquisa de campo, possuem mercado consumidor garantido em Brasília.

A comercialização dos frutos do Cerrado após algum tipo de transformação ou beneficiamento corresponde, portanto, a uma dessas estratégias. Assim como o baru, a partir dos outros cinco frutos coletados pelas famílias entrevistadas podem ser produzidos e comercializados vários produtos e subprodutos. No entanto, o único processo nesta linha mencionado no universo de pesquisa foi a torra da amêndoa do baru, declarado por cinco famílias.

O beneficiamento da amêndoa do baru é realizado no próprio lote da família, em geral, pelo marido e mulher, ou por apenas um dos dois. O tempo gasto com a torra irá depender da quantidade coletada, mas, em média, as cinco famílias afirmaram que costumam reservar entre dois a três dias por mês durante a safra para este processo. A principal vantagem de se comercializar a castanha torrada é o preço extra. Embora seja difícil traçar um comparativo, em virtude das diferenças de medidas e da grande variação no preço de comercialização declarado, pode-se ter uma ideia a partir do preço médio apontado para um quilo de castanha torrada, que custa cerca de sessenta reais, enquanto o saco de baru *in natura* é comercializado em média por quinze reais, segundo as famílias.

Uma opção para as famílias pesquisadas no Assentamento Vale da Esperança seria beneficiar os frutos em cozinhas artesanais, agroindústrias familiares ou ainda projetos coletivos de beneficiamento de produtos. Através destes seria possível, além de diversificar a cesta de produtos ofertados, estocar e programar a comercialização da produção. O que auxilia na diversificação e ampliação dos rendimentos e configura uma estratégia de renda complementar não agrícola que contribui para maior estabilidade perante o declínio das rendas agrícolas (WILKINSON, 2008).

O beneficiamento e a transformação dos frutos nativos permitem também aproveitar comercialmente os diversos sabores do Cerrado, que apresentam ampla possibilidade culinária e podem ter como resultado produtos diferenciados. Os novos produtos devem procurar ser

inseridos em nichos específicos de mercado, onde um dos enfoques pode ser o resgate cultural do campo, com abordagem específica no Cerrado, ou ainda o sabor e o teor nutritivo. Esta estratégia de inserção no mercado se torna (ou pode se tornar) importante diferencial frente a novas demandas dos consumidores em que a tradição, a natureza, o artesanal, os conhecimentos tradicionais, o local, a sustentabilidade passam a compor um conjunto de atributos desejáveis por boa parte dos consumidores, e os quais está crescendo a disposição de pagar um prêmio por tais características (WILKINSON, 2008).

Este enfoque diferencial configura, ao mesmo tempo, um processo de adaptação ao modelo agroindustrial dominante e uma mobilização para impor um novo conjunto de práticas mais compatíveis com as condições técnicas e econômicas dos Povos do Cerrado. Porém, não se trata de uma atividade simples, pois requer investimento em instalações e aquisições de maquinários, acesso a crédito, organização, planejamento e adequação às exigências e fiscalizações sanitárias e tributárias, mas levando em conta as especificidades destes empreendimentos (WILKINSON, 2008).

Partindo dessas e de outras dificuldades, Valente (2005) argumenta que as atividades de agregação de valor aos produtos são mais compatíveis com as condições dos agricultores que têm acesso a inovação técnica e capacidade de mobilizar recursos e conhecimento. Dadas as características e condições dos Povos do Cerrado, as estratégias devem ir além do que apenas agregar valor às atividades agrícolas e não-agrícolas. Faz-se necessário e mais adequado valorizar o processo de trabalho concreto, como produtor de valores-de-uso, como manifestação de cultura. Neste sentido, um caminho alternativo (e mais adequado) é o conceito de desvelamento de valor. Isto é, criar condições para revelar o trabalho e a cultura, a ação e reflexão humana no processo de produção de sua existência (VALENTE, 2005).

O conceito de desvelamento de valor propõe que a possibilidade de inserção e de competitividade diferencial seja alcançada através da geração de produtos com valor

desvelado. Desta maneira, não se trata de acrescentar ou agregar valor, mas é preciso “tirar o véu” e dar a conhecer a história e a cultura daqueles que os produziram. O que está em jogo é a re-valorização do espaço rural e do pacto social entre as pessoas e com o meio ambiente para a garantia da sobrevivência, aspecto que acompanha a tendência mundial de promoção da interação das pessoas com a natureza. O prefixo “re” (em revalorizar) sinaliza algo já existente (dimensão social, cultural e histórica), cujo valor pode ser desvelado (VALENTE, 2005).

No contexto dos Povos do Cerrado, o desvelamento de valor apresenta grande potencial. As distintas trajetórias, histórias, culturas e modos de vida das famílias representam um conjunto de atributos que devem ser valorizados, e, conforme aponta Valente (2005), o valor dessas atividades precede qualquer agregação ou transformação. Esta análise tem como fundamento a constatação da heterogeneidade cultural, pois, história, sociedade, trabalho e cultura são indissociáveis. Assim, a cultura não pode ser concebida como produto, pois não se pode abandonar a explicação do modo como ela é produzida (VALENTE, 2005).

Porém, a despeito do potencial (tendo em vista ainda que as famílias estudadas têm como características a história de luta pela terra e estão assumindo e internalizando a função de protetoras do Cerrado), esta estratégia ainda não foi considerada no Assentamento Vale da Esperança. Neste sentido, Valente (2005) indica que o grande desafio do processo de desvelar valor, além de perceber e constatar a diversidade cultural é explicar o modo pelo qual ela é produzida. Neste sentido, é importante promover e estimular a construção de identidades particulares, capazes de permitir autoconhecimento, conhecimento das condições de existência e possibilidades de transformação dessas condições. A massificação e a indústria cultural pretendem difundir a homogeneidade, porém, ao ser retomada a relação entre o modo como a cultura é produzida e o produto, pode-se perceber que é re-introduzida a heterogeneidade nos produtos culturais oferecidos (VALENTE, 2005).

Na perspectiva do desenvolvimento rural, outra estratégia que os agroextrativistas devem lançar mão é comercializar seus produtos através da criação e utilização de novos circuitos de ligação aos consumidores. Comercializar a produção através de canais não convencionais permite reduzir a dependência em relação aos agentes intermediários e a grande distribuição agroindustrial (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2006). Uma opção seria a criação de cooperativas de comercialização, ou então outras estruturas ou organizações que melhor se adaptem aos contextos locais e permitem que os agroextrativistas se apoderem de parte do lucro que ficaria com os agentes intermediários (DINIZ, 2008). Outra alternativa é a venda direta aos consumidores porta a porta ou em feiras e eventos da região, etc.

A utilização de canais não convencionais de comercialização foi mencionada por cinco famílias do universo pesquisado. Entre as opções declaradas estão a venda para a COOPERVAL (apenas duas famílias); comercialização em feiras da agricultura familiar em Brasília e em Goiânia; entrega para o Empório do Cerrado; venda para lojas de produtos artesanais de Brasília e venda direta para os consumidores do Distrito Federal ou no próprio lote. Os dados de pesquisa indicam que estas famílias não costumam utilizar somente um canal de comercialização, opção que, segundo as informações da pesquisa, ajudam a garantir uma renda mensal e acarreta em maior autonomia.

Três famílias pesquisadas, no entanto, afirmaram que não realizavam a venda direta, que achavam mais fácil comercializar o baru através de um intermediário, em virtude das dificuldades de transporte. Estas compõem o grupo que iniciou a coleta motivado pelo “espontaneísmo” e que, à época da pesquisa de campo, tinha abandonado a atividade. Elas correspondem também a parte do universo de pesquisa que preferiu comercializar o baru *in natura* e que indicaram que o aumento da renda em virtude do extrativismo foi intermediário. Situação que corrobora a necessidade de, sobretudo para fins comerciais, haver maior dedicação, empenho, organização e estruturação das atividades extrativistas.

Independente da forma de comercialização e do valor obtido é importante destacar que a busca por melhores condições de vida não se reduz ao aumento da renda e que esta, por si só, não é expressão real do bem estar. Como visto, o desenvolvimento rural preconiza algo mais complexo que apenas a elevação dos rendimentos. É preciso que isto seja acompanhado de melhorias no acesso à educação, saúde, lazer e que as famílias realmente sintam que estão vivendo melhor e mais feliz (ABRAMOVAY, 2012).

Não obstante as difíceis situações de infraestrutura e de acesso aos serviços públicos elementares, quando solicitadas a comparar as condições de vida que tinham antes de praticar o extrativismo com a situação atual, seis famílias indicaram que a situação atual é melhor do que a anterior. As três restantes responderam que a situação permanece a mesma, sendo que elas correspondem as que indicaram que o aumento da renda foi intermediário em virtude do extrativismo. Atribuem a isto o principal motivo para que as condições de vida tenham permanecido as mesmas, quando afirmaram que “com o dinheiro recebido não deu pra fazer quase nada” (Maria de Fátima, 18/07/2012).

A pluriatividade, a criação simultânea de novos mercados e novos canais de comercialização são consideradas tendências de desenvolvimento rural (PLOEG, 2008). Mais do que apenas respostas ao modelo agropecuário produtivista hegemônico, o agroextrativismo caracteriza-se como estratégia que ajuda os Povos do Cerrado a viver melhor, com condições de reprodução mais adequadas e torna os espaços rurais do bioma mais atrativos. É justamente o que está em curso no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, mesmo não de maneira completamente estruturada e dinâmica, as famílias entrevistadas estão encontrando, na combinação de agricultura, extrativismo e outras atividades, condições de permanecer no campo, de viver da maneira que gostam; da forma que escolheram e em melhores condições.

Embora não seja uma tarefa simples (demanda esforço físico, depende da disponibilidade e abundância dos recursos naturais, proximidade com mercados, condições de

transporte, organização, entre outros), o agroextrativismo apresenta potencial em contribuir para mudanças positivas nas áreas rurais do Cerrado. Além do mais, quando o extrativismo se fortalece como atividade econômica e gera renda para várias famílias, a economia da região também se dinamiza. São gerados novos empregos, tanto na área rural quanto na urbana, além de beneficiar indiretamente profissionais e trabalhadores de outros setores (OLIVEIRA, 2006; CARVALHO, 2007).

4.5 CONDIÇÕES DE VIDA, MEIO AMBIENTE E AGROEXTRATIVISMO

Inserir a atividade extrativista como parte das estratégias que contribuem para o desenvolvimento rural no Cerrado implica considerar tanto a renda gerada a partir da comercialização de seus produtos e subprodutos, quanto a produção para o consumo direto das famílias, pois, conforme verificado na pesquisa de campo, o extrativismo não é realizado apenas com objetivos comerciais. Sendo que, no universo pesquisado, a coleta dos frutos nativos permanecia recorrente enquanto atividade produtiva voltada principalmente para complementar e diversificar a alimentação das famílias.

Segundo menciona Grisa *et al.* (2010), destinar parte da produção familiar para o autoconsumo é relevante porque cumpre dois papéis principais, isto é, auxilia no suprimento das necessidades básicas da família (à medida que permite a economia de recursos financeiros, pois deixa-se de gastar recursos nos mercados) e permite o acesso a alimentos que ajudam a suprir a carência nutricional (GRISA *et al.*, 2010).

No Projeto de Assentamento Vale da Esperança, de acordo com as famílias entrevistadas, mesmo durante o período em que a coleta era realizada mais intensamente com finalidade comercial, parte da produção agroextrativista era consumida pela família e parte era destinada ao mercado. Segundo depoimento: “a gente selecionava os que dava para vender e o resto a gente usava em casa” (Hilário, 15/07/2012). As famílias não souberam indicar com

precisão a quantidade consumida, mas afirmaram que depende de uma série de fatores como características dos produtos (maior ou menor aceitação alimentar pelos membros), tamanho da família e condições do mercado (demanda alta, tende a consumir menos e vender mais).

Todas as famílias declararam que costumam utilizar na sua alimentação a cesta completa de frutos por elas coletados. A única exceção refere-se ao baru que, mesmo sendo coletado por todas as famílias pesquisadas, em duas delas não é consumido. Entre as que consomem baru, o aproveitamento é principalmente das castanhas quebradas, ou que não se encaixam no padrão de comercialização. As formas de aproveitamento alimentar do baru no universo pesquisado no Assentamento Vale da Esperança incluem consumo da castanha torrada pura, na forma de paçoca ou como ingrediente para doces, pães, bolos, e até mesmo na rapadura e no dindin/geladim²³.

O consumo dos demais frutos é mais comum e, como já mencionado, a principal finalidade da coleta é para a alimentação da família. Segundo dados da pesquisa de campo, o pequi costuma ser usado no preparo de frango e arroz. O jatobá é consumido *in natura* ou batido com leite. Já mangaba, cagaita e cajuzinho, além do consumo *in natura*, são utilizados na forma de sucos, geleias, doces e compotas.

Os frutos do Cerrado coletados, além de configurarem fonte acessível de alimento, destacam-se por serem saudáveis, naturais, sem aditivos químicos e de alto teor nutritivo. As características nutricionais dos frutos nativos são bem difundidas entre as famílias agroextrativistas entrevistadas. Todas elas consideraram importante utilizar os frutos nativos na alimentação, entre os motivos para tal relevância, foram mencionados, por exemplo, a ausência de aditivos químicos. Segundo entrevistas: “são produtos naturais que a gente tira do quintal” (Maria da Solidade 18/07/2012); “tudo que é natural é importante na saúde; e ainda tem o fato que a gente não precisa comprar” (Maria de Lurdes, 18/07/2012); “é natural e tem

²³ Dindin ou geladim é o termo usado para designar uma espécie de picolé feito a partir do suco da fruta e consumido gelado em saquinhos plásticos.

gosto bom” (José Cardoso 15/07/2012); “é um produto local que tá disponível e ainda é saudável” (Herbert, 18/07/2012).

As famílias pesquisadas destacaram ainda o consumo dos frutos do Cerrado como algo importante, sobretudo, em virtude do seu teor nutritivo. De acordo com depoimentos: “a gente tem que consumir porque são alimentos bastante nutritivos” (Omar, 13/06/2012). Outras ainda relacionaram o consumo dos frutos à saúde da família, afirmando, por exemplo, “minha filha menor é acostumada a tomar jatobá com leite, por isso ela nunca ficou doente” (Elenice, 18/07/2012). Esta associação recebe respaldo de vários estudos que constataram que os “alimentos naturais” são mais ricos em vitaminas, minerais, fibras, elementos que contribuem para o bom funcionamento do corpo humano. Isso em contraste com alimentos industrializados, que são ricos em aditivos químicos como sódio, corantes e conservantes e que podem culminar no surgimento de doenças.

A título de exemplificação do valor nutricional dos frutos nativos, o pequi é rico em vitamina A, B1 e B2, calorias, gorduras, cálcio, fósforo, fibras, proteínas e ferro. A mangaba contém vitamina A, B1, B2 e C, além de ferro, fósforo, cálcio e alto teor de proteínas. A cagaita é fonte de vitamina, ácidos linoléico e graxos. O jatobá possui grandes quantidades de potássio, cálcio, magnésio e ferro. A amêndoa do baru possui alto teor de ferro e zinco e tem elevado potencial antioxidante (ALMEIDA, 1998).

Para Bergamasco e Ferrante (2005), além da dimensão energética, a comida tem significado simbólico e consumir o que se produz, especialmente no caso dos assentamentos, está diretamente associado à luta por manter práticas agrícolas que permitam as famílias assentadas tirar da terra o seu sustento. Ainda que o extrativismo não seja considerado uma prática agrícola, sua realização está ligada à terra e ao meio ambiente, portanto, sustento tirado da terra. Sem falar que a renda obtida com a atividade extrativista, ou economizada a partir do autoconsumo, auxilia na manutenção das atividades agrícolas.

Para as famílias entrevistadas no Assentamento Vale da Esperança, destinar parte da produção agroextrativista para garantir a alimentação básica da família através de cultivos agrícolas diversificados e da coleta dos frutos nativos, ganha uma representação ainda maior. Conforme analisa Sauer (2010), para as famílias assentadas, em que a luta pela terra marca a trajetória de vida, a conquista de um pedaço de chão significa liberdade e autonomia, no sentido que em seu pedaço de terra, a família tem acesso a um “trabalho livre”²⁴, através do qual é possível conseguir os próprios meios de sobrevivência e reprodução. Com isso, a terra representa local de trabalho e fartura, isto é, significa fatura, pois atrelado ao acesso a terra, tem-se também a produção farta de alimentos, resultado da ação humana através do trabalho que junto com a fertilidade da terra, a faz produzir (SAUER, 2010).

A terra, segundo aponta Sauer (2010), significa uma dádiva, pois se materializa na possibilidade de trabalho e de, a partir dela, conseguir produzir o próprio alimento. A terra se transforma, portanto, em meio de vida, lugar capaz de garantir, através do trabalho e da produção, a sobrevivência e a continuidade da vida. Novas perspectivas que se relacionam intimamente com a necessidade existencial de sobrevivência e de direito ao trabalho, e que ganham ainda mais relevância frente a realidade de privação vivenciada pelas famílias assentadas (SAUER, 2010).

Outro aspecto que torna relevante a produção para autoconsumo e que diferencia o agroextrativismo dos Povos do Cerrado da produção agropecuária hegemônica é que, ao levar em consideração as necessidades alimentares da família, esta prática incentiva também a diversificação produtiva. Isto ocorre especialmente para a prática agrícola, sob a qual a família tem maior controle, pois, em vistas a ofertar grande parte do alimento que a família necessita, há um estímulo a adoção da policultura. Situação que representa também uma “forma de resistência” ao modelo agrícola industrial e produtivista, pautado na especialização

²⁴ Trabalho livre no sentido que o acesso a terra possibilita o “trabalho para si”, isto é, não qualquer tipo de trabalho, mas o trabalho autônomo, longe da subordinação e dependência a um patrão (SAUER, 2010).

produtiva e na forte inserção mercantil, pois, ao invés de culturas comerciais como as *commodities* para exportação, as famílias adotam culturas agrícolas diversificadas.

A opção contrária a produção para autoconsumo (produzir uma mercadoria, convertê-la em dinheiro e depois transformar esse dinheiro nos produtos alimentares necessários), além de mais onerosa, não otimiza os recursos locais disponíveis e não contribui para a preservação do Cerrado. Sendo assim, na perspectiva do desenvolvimento, os Povos do Cerrado devem organizar o agroextrativismo de modo a destinar parte da produção para o autoconsumo e parte para os mercados, pois a integração mercantil é necessária para viver e se reproduzir. Sendo que, a maneira como se dá essa integração deve ser diferenciada da lógica hegemônica, não pode ser totalmente ditada pelos mercados.

A não subordinação total aos mercados é facilitada, porque, intrinsecamente, os Povos do Cerrado possuem uma lógica menos mercantil de utilizar os recursos naturais, em que é priorizado o consumo familiar. Esta característica é herança camponesa e está refletida no que Wanderley (2009) chama de "patrimônio sócio-cultural", trazendo uma dupla preocupação, ou seja, integração ao mercado e garantia do autoconsumo. Esta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, transmitido através das gerações e que serviu de base para o enfrentamento (vitorioso ou não), das condições de precariedade e instabilidade no campo (WANDERLEY, 2009).

As estratégias definidas pelas famílias visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes. Isso influencia as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, transmitido através das gerações sucessivas e que se mantém e continuam balizando as estratégias de reprodução e produção social (WANDERLEY, 2009).

Outra perspectiva que corrobora a relevância do autoconsumo dentro do contexto do Projeto de Assentamento Vale da Esperança é encontrada na discussão de Bergamasco e Ferrante (2005). Para as autoras, nos assentamentos de reforma agrária, o papel desempenhado pela produção para o autoconsumo se faz ainda mais necessário em virtude das dificuldades e tensões que ali se reproduzem e ganham novas roupagens. O autoconsumo é apontado inclusive como algo imprescindível porque compõe parte das estratégias encontradas pelas famílias para permanecer na terra e constitui um instrumento impulsionador ao permitir alternativas de superação da marginalização social em que se encontram muitas famílias assentadas no Brasil (BERGAMASCO e FERRANTE, 2005).

O depoimento de uma família entrevistada retrata bem essa situação de maior estabilidade e segurança alcançado através da produção para o autoconsumo. Ao discorrer sobre contribuição dos frutos do Cerrado na alimentação famílias perante o contexto de precárias condições de vida e dificuldades de obtenção de renda, um entrevistado afirmou que: “pelo menos a gente tem oportunidade de comer, as pessoas pobres que mora na cidade não, e isso já ajuda” (Hilário, 15/07/2012).

Esta questão é também retratada por Drummond (1996), em artigo em que apresenta argumentos contra e a favor do extrativismo de baixa tecnologia na Amazônia. Apesar das especificidades de cada bioma, sua colocação se aplica também para o caso do Cerrado. Uma das vantagens do extrativismo, segundo o autor, é que os produtos coletados funcionam para as famílias extrativistas como uma espécie de “dispensa” natural capaz de evitar privações absolutas. Outras famílias, em situação semelhante de concentração fundiária e de difíceis condições de vida, têm sua situação agravada quando não há florestas nativas, capazes de ofertar produtos extrativos nem para o mercado e nem para complementar a subsistência (DRUMMOND, 1996).

É neste sentido que o extrativismo e o autoconsumo dos frutos do Cerrado contribuem para a melhoria das condições de vida dos Povos do Cerrado, pois a coleta e consumo dos frutos nativos, além de possibilitar economia de recursos financeiros, permite que a família tenha acesso a alimentos de boa qualidade nutricional, e isentos de componentes químicos, que possam prejudicar a saúde humana. Neste sentido atua ainda no respeito aos hábitos e cultura alimentar local, pois a pesquisa de campo indicou que as famílias entrevistadas já possuíam se não o hábito, mas pelo menos familiaridade com os frutos nativos. Mesmo nas situações que os frutos não são consumidos, eles fazem parte da origem e trajetória de vida. Conforme indicado nos depoimentos: “eu morei todo o tempo na roça, a gente que é da roça já tá acostumado com esses frutos” (Maria de Lurdes, 18/07/2012).

A exceção é claro corresponde ao baru, cuja utilização na alimentação é algo mais recente tanto no assentamento quanto em outras regiões do Cerrado. Mas, os dados da pesquisa de campo indicaram que, como parte do processo contínuo de renovação das representações e valores, tanto com o bioma, quanto com o próprio assentamento, as famílias entrevistadas estão aumentando o consumo do baru, o fruto está inclusive sendo, cada dia mais, associado às características do Assentamento Vale da Esperança.

Outro aspecto do agroextrativismo que contribui para a melhoria das condições de vida é que ele transcende os ganhos monetários reais, pois possibilita a otimização dos recursos naturais disponíveis e da mão-de-obra familiar. Destinar parte da produção (tanto extrativista quanto agrícola) para o consumo da família configura ainda uma estratégia de economia de recursos financeiros que, conforme apontado por Schneider e Niederle (2006), contribui para a redução da dependência de recursos financeiros externos e do controle exercido por outros atores e setores da economia.

Neste sentido, o agroextrativismo transforma-se em uma estratégia de “economização”, segundo definido por Grisa *et al.* (2010), pois os produtos extraídos e

utilizados pela família deixam de ser mobilizado no mercado, isto é, não são despendidos recursos financeiros para seu uso, permitindo “sobrar” recursos que podem ser utilizados na aquisição de outros bens também necessários à reprodução social.

Não é fácil mensurar o quanto de recursos financeiros se economiza e, muitas vezes, esta economia nem é percebida e valorizada pela família. Porém, a título de exemplificação, no trabalho de campo, uma família estimou ter economizado mais de R\$ 10.000,00 com a utilização de madeiras secas para a construção da varanda da casa e para a confecção de alguns móveis. Segundo entrevista: “muita coisa a gente não conta, o que a gente deixa de comprar fora, por exemplo. Aqui, a gente economizou uns dez mil reais só com o aproveitamento da madeira” (Herbert, 18/07/2012).

Destinar parte da produção agroextrativista para o autoconsumo, além de conduzir a menor mobilização dos recursos nos mercados, implica ainda em maior autonomia aos Povos do Cerrado. Como já discutido, o modelo agropecuário “moderno” acarretou em transformações bruscas na forma de produção rural, sendo que uma de suas consequências foi mercantilização da produção agrícola. Isto é, os esforços produtivos foram direcionados para a produção comercial, colocando em segundo plano a produção de alimentos básicos para o autoconsumo, o que gerou fragilização da segurança alimentar e perda e/ou redução da autonomia (PLOEG, 2008).

As contribuições do agroextrativismo relativas ao aspecto ambiental estão relacionadas à forma específica que os Povos do Cerrado aproveitam os recursos do bioma. Isto é, totalmente distinta do modelo agropecuário industrial e produtivista, porque nesta forma de uso da terra não é necessário a eliminação da vegetação nativa, ao contrário, os resultados dependem do equilíbrio ecológico e dos ecossistemas em bom estado de conservação. É neste sentido que aos Povos do Cerrado é também atribuída a função de guardiões do patrimônio natural do bioma.

Outro ponto essencial refere-se às características sociais dos Povos do Cerrado e a relação menos mercantil que estabelecem com os mercados. Aspectos que acrescidos do patrimônio cultural sobre o uso dos ecossistemas do bioma fazem com que esses povos vivam e pratiquem sistemas produtivos compatíveis com a preservação dos recursos naturais. Fato é que, conforme dados do MMA (2007), os poucos lugares que ainda mantêm remanescentes significativos de vegetação de Cerrado são justamente as áreas onde estas comunidades habitam.

As potenciais contribuições ambientais do agroextrativismo no Assentamento Vale da Esperança, embora se insiram nas características acima, são condicionadas por um contexto específico. A partir das observações de campo percebeu-se que o processo de identificação das famílias entrevistadas com a identidade de Povos do Cerrado e de sua função perante o bioma ainda está em vias de realização (fortalecimento), pelo menos para a maioria delas. Isto significa que questões relativas a preocupações ambientais e valorização do Cerrado e de seus produtos estão ganhando maior importância e expressividade somente no período mais recente. Segundo entrevistas: “até que você tenha conhecimento das vantagens não é fácil não, mas o povo tá aprendendo, o povo é meio devagar” (Maria de Lurdes, 18/07/2012).

Segundo observações de campo, tal cenário se deve, em grande parte, às precárias condições de infraestrutura do assentamento e acesso aos serviços públicos essenciais, que dificultam as condições de existência e contribuíram, logo na chegada ao Assentamento Vale da Esperança, para a adoção de práticas nem sempre compatíveis com a sustentabilidade ambiental. Muitas famílias relataram que já receberam a parcela devastada, outras indicaram que até por falta de informação ou mesmo influenciadas pelo ideário hegemônico, acabaram reproduzindo práticas disseminadas pelo modelo agrícola produtivista. Conforme depoimentos: “tem gente aqui no assentamento que ainda não vê o Cerrado como uma fonte de renda e não da importância” (Omar, 13/06/2012).

Entretanto, as observações de campo indicam que à medida que o extrativismo (principalmente o do baru para fins comerciais) começou a se disseminar na região, as coisas também começaram a mudar. Observou-se que, embora o agroextrativismo ainda esteja em fase de estruturação e organização (sobretudo a coleta para comercialização), a atividade está se tornando fator diferencial para a intensificação das questões de sustentabilidade ambiental. Sendo que são justamente as famílias agroextrativistas os principais atores desta transformação no Assentamento Vale da Esperança. Conforme retrata uma entrevistada, ainda é necessário maior conhecimento, mas o processo já está em expansão. Esta afirmou que: “precisa de mais ajuda para aprender mais, a gente chegou muito cru, mas agora a gente tá aprendendo” (Maria de Lurdes, 18/07/2012).

No tocante ao fortalecimento das ideias ligadas à sustentabilidade, todas as famílias pesquisadas mencionaram que, durante a coleta dos frutos, existe a preocupação em adotar práticas voltadas para a preservação do meio ambiente. Foram mencionadas, por exemplo, algumas iniciativas de manejo como combate ao fogo; deixar alguns frutos no local para a regeneração; poda e limpeza das áreas de coleta. A preservação ambiental foi ainda mencionada, pela maioria dos entrevistados, como uma das vantagens de se realizar o extrativismo. Segundo afirmações: “a gente ajuda o meio ambiente” (Sula, 18/07/2012); “o Cerrado tem um grande valor e a gente tem que manter ele em pé” (Herbert, 18/07/2012).

Entre as mudanças de hábitos em busca atitudes mais sustentáveis as famílias que compõem o universo de pesquisa mencionaram que não estão mais derrubando árvores nativas dos seus lotes, que está havendo maior valorização especialmente das frutíferas; que as áreas remanescentes de Cerrado no assentamento estão mais protegidas; que houve iniciativas de cultivo de espécies nativas nas parcelas, todas já tentaram cultivar pelo menos uma árvore nativa, sendo que uma família relatou que plantou mais de cem pés de baru.

A partir das observações e dos dados de campo, percebeu-se que mesmo partindo de uma motivação inicialmente econômica, a recorrência da prática extrativista e os benefícios (financeiros e não financeiros) a ela atrelados estão contribuindo para o surgimento de um novo olhar sobre o Cerrado e seus recursos, o que, por sua vez, estão conduzindo a uma maior preservação do bioma. Conforme retratado pelos depoimentos: “o pessoal começa a coletar visando a renda, mas isso depois já ajuda o Cerrado” (Hilário, 15/07/2012); “depois que aumenta a renda eles passaram a ver o Cerrado com outras características” (Herbert, 18/07/2012); “quem derrubava, hoje não derruba mais” (Omar, 13/06/2012).

Notou-se que a disseminação e o fortalecimento das preocupações ambientais não ocorreram de forma uniforme em todo o universo de pesquisa. Ao contrário, trata-se de um processo de construção contínua, que em algumas famílias já está incorporado às atividades cotidianas, mas que em outras ainda está em vias de afirmação. Neste sentido, os dados da pesquisa de campo indicaram para a ocorrência de uma espécie de amadurecimento tanto das ideias em torno da preservação e do valor intrínseco do Cerrado, quanto da afirmação e identificação das famílias como os guardiões do bioma.

O início do processo corresponde justamente ao começo da coleta (baru) para fins comerciais, onde predomina o interesse econômico. Com o passar do tempo, a recorrência da prática extrativa, a convivência mais próxima com os ecossistemas do bioma, as trocas de experiências e interações com as outras famílias, a disseminação de informações (formação, vivências) sobre a importância e valor do Cerrado conduzem a uma mudança de perspectiva. Surgem (são fortalecidas) outra racionalidade, outras preocupação, a identificação enquanto Povos do Cerrado se torna mais forte. Ser agroextrativista já configura uma alternativa às imposições do modelo produtivista hegemônico, já representa um modo de vida. É onde se pode dizer que as famílias estão cientes do papel de guardiões do bioma e mais ainda, passam a demandar esse papel.

Não pretende-se afirmar, entretanto, que trata-se de um processo linear, mas sim que as questões ambientais são passíveis de serem construídas e fortalecidas. Que é possível mudar os velhos hábitos predatórios para a adoção de atitudes mais compatíveis com a preservação do Cerrado. Neste processo o agroextrativismo apresenta grande vantagem, não apenas por constituir uma forma de exploração e uso do Cerrado que precisa da manutenção e vegetação do bioma, mas também porque é realizado por comunidades que realmente vivem no bioma, que apresentam maior envolvimento com seus ecossistemas e que possuem uma racionalidade distinta da forma de produção agropecuária hegemônica.

Em seu estudo sobre as potencialidades e limitações do uso da biodiversidade do Cerrado, Carvalho (2007) argumentou que não é o extrativismo sozinho que irá “salvar” o que resta de Cerrado, mas que constitui uma atividade estratégica para a conservação do bioma. Concluiu que o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado pode efetivamente contribuir para solucionar três das principais questões ambientais em debate: a perda da biodiversidade, os impactos sobre os recursos hídricos e o lançamento de carbono na atmosfera (CARVALHO, 2007).

É certo que toda forma de uso da terra traz consigo um conjunto de custos ecológicos. Embora o extrativismo realizado pelos Povos do Cerrado seja relativamente benéfico, quando comparado a outras formas de utilização (não causa o desmatamento nem a destruição radical dos biomas), essa atividade também produz uma série de impactos ecológicos que, a primeira vista parecem sutis e insignificantes, mas que não devem ser ignorados. Para que os ecossistemas do Cerrado continuem a apresentar sistemas ecológicos complexos, alta produtividade biológica e rica biodiversidade (consequentemente continuem a gerar produtos extrativos), esta atividade não pode ser realizada repetidamente, ano após anos, sem que haja coleta controlada, seleção cuidadosa de espécies, recursos e áreas, monitoramento periódico

da taxa de regeneração das espécies e esforço combinado de todos os agentes envolvidos (DRUMMOND, 1996).

Distanciando um pouco do que ocorre com outros Povos do Cerrado, o extrativismo (principalmente para fins comerciais) não faz parte das tradições culturais e dos hábitos de vida de forma tão intensa. Trata-se de um fenômeno que está sendo construído, estruturado e fortalecido. O fortalecimento do agroextrativismo como estratégia de reprodução social no Cerrado sinaliza para a construção de uma outra sociedade, com hábitos e modos de vida mais racionais, capazes de produzir benefícios para um número maior da sociedade tanto em termos econômicos quanto sociais e ambientais.

Cabe distinguir, no entanto, que afirmar se tratar de um processo em construção não significa que o extrativismo nunca foi realizado e que só agora está sendo incorporado às práticas cotidianas. O extrativismo do baru é recente, mas a coleta de um ou outro fruto para alimentação da família e para dar aos animais e a coleta da madeira seca foram mencionadas pelas famílias entrevistadas como prática antiga e que continua sendo realizada.

O que está em vias de concretização é um outro olhar sobre essa atividade. Seu potencial em contribuir para melhoria das condições de vida e do meio ambiente, a possibilidade de, a partir da sua estruturação e organização, conseguir viver mais, melhor e com uma renda satisfatória. A disseminação desse novo ponto de vista está diretamente relacionada com a maior preocupação social em torno da inviabilidade do atual modelo de vida global pautado na expansão da produção e do consumo e da necessidade de se adotar práticas social e ambientalmente mais sustentáveis, mudanças diretamente relacionadas ao impulso que ganhou os debates em torno do desenvolvimento rural.

4.6 A COOPERVAL

A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale da Esperança (COOPERVAL) foi fundada em 2008 por famílias do Projeto de Assentamento Vale da Esperança que estavam em busca de uma atividade produtiva capaz de complementar suas fontes de renda. Desde o ano de formação tem como presidente Dona Divina, uma das lideranças locais e grande lutadora em prol da Cooperativa. Atualmente, a COOPERVAL conta com vinte cooperados, entre sócios-fundadores e novos associados.

A principal atividade da Cooperativa é agroindustrialização da produção local para a comercialização de alimentos como polpas de frutas, geleias, doces, pães, etc. A COOPERVAL tem como principal diretriz o aproveitamento dos frutos nativos do Cerrado, com o triplo objetivo de gerar renda, melhorar as condições de vida e contribuir para a valorização do bioma. À época da pesquisa de campo as atividades de beneficiamento dos frutos nativos estavam parcialmente interrompidas, mas a COOPERVAL continua sendo reconhecida e lembrada pela sua experiência e atuação neste tipo de atividade.

A constituição da COOPERVAL teve como principal motivação a geração de renda para as famílias assentadas. Foi fundada como alternativa de organização por um grupo de famílias que encontraram a oportunidade de executar um projeto de criação de frangos caipiras no assentamento, mas era necessário ter uma empresa jurídica. Como a constituição de uma empresa poderia dificultar o processo futuro de aposentadoria de seus sócios, a solução encontrada foi a fundação da Cooperativa.

Com esse propósito, o grupo de assentados começou a se preparar para a fundação. Fizeram reuniões; foram em busca de informações (burocráticas); assistiram a palestras sobre cooperativismo; visitaram e conversaram com associados de cooperativas já consolidadas; buscaram auxílio de um amigo que presidia uma cooperativa em Goiânia (GO). Então, no

final de 2008, fizeram a primeira assembleia, quando foi oficialmente fundada a COOPERVAL.

Durante o processo de legalização, e ainda com o objetivo inicial de realizar o projeto de criação de frangos, os vinte sócios-fundadores fizeram um curso de criação de aves oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Porém, neste meio tempo surgiu outra oportunidade. A JCGontijo, empresa de engenharia atuante no mercado imobiliário do Distrito Federal, estava selecionando comunidades para execução de um projeto de compensação ambiental. A grande dimensão do projeto, somada ao escopo de atuação voltado para o Cerrado, despertou o interesse dos cooperados, que resolveram desistir da criação de aves para ingressar nesta nova empreitada.

De acordo com os depoimentos da Dona Divina, o projeto, iniciado em 2009, foi fundamental para a consolidação da COOPERVAL e constituiu a sua primeira atividade econômica. Denominado “À Flor da Terra”, o projeto contava com investimento inicial de 450 mil reais, podendo chegar a um milhão, para apoiar a recuperação de áreas degradadas no nordeste goiano e noroeste mineiro. A princípio seria executado pela COOPERVAL e por outra cooperativa de Minas Gerais, como não houve interesse da outra parte, a COOPERVAL assumiu o projeto sozinha.

De acordo com as informações de campo, entre as atividades contempladas pelo projeto estavam a produção de mudas de espécies nativas do Cerrado para a distribuição gratuita no Vale da Esperança, em outros assentamentos, na comunidade de Formosa e nas proximidades; o plantio de árvores nativas em áreas degradadas, em especial frutíferas para a posterior coleta dos frutos; e a implantação de uma agroindústria rural.

Com os recursos do projeto, os cooperados reformaram antigas instalações de uma área concedida pelo INCRA para a utilização pela COOPERVAL, e instituíram a sede da Cooperativa. Foi construído um viveiro com capacidade de produção de 200 mil mudas/ano e

foi furado um poço artesiano para viabilizar a produção das mudas. Montou-se também a agroindústria para o processamento dos frutos nativos do Cerrado.

Segundo os depoimentos, além do comitê, formado por profissionais contratados pela JCGontijo, que assessorava todo o projeto, as atividades especializadas contavam com responsáveis diretos. O viveiro ficou sob responsabilidade de um engenheiro florestal contratado pela empresa juntamente com um cooperado. A unidade de agroindustrialização ficou sob o comando dos cooperados, que contaram com o apoio de oficinas e treinamentos com nutricionistas e especialistas em boas práticas de fabricação.

Porém, em 2010, o contrato foi interrompido antes do prazo previsto. As informações de campo não especificaram ao certo qual o motivo, apontaram apenas que houve alguns impasses em virtude de divergências entre a forma como a JCGontijo executava o projeto e as expectativas e necessidades da Cooperativa. Segundo eles, foram feitas algumas reuniões com a direção da JCGontijo na tentativa de solucionar os problemas, mas por fim a direção achou melhor suspender o projeto.

Apesar do pouco tempo de vigência e dos impasses na condução, os cooperados consideram que a parceria com a JCGontijo foi fundamental para a estruturação inicial da COOPERVAL. Reconhecem que foi através do projeto que conseguiram boa parte da infraestrutura necessária para viabilizar o início das atividades. Segundo afirma a presidente: “Eu acho que eles já deram uma grande ajuda. A gente tinha muita dificuldade de água ali e eles fizeram o poço artesiano. Fizemos o galpão do viveiro, reformamos a sede, compramos alguma coisa que já deu pra começar a trabalhar” (Dona Divina, 13/06/2012).

Com o fim do projeto, o viveiro foi desativado. A COOPERVAL procurou estabelecer algumas parcerias para reativá-lo mais não conseguiu apoio. No período em que esteve em funcionamento, foram produzidas centenas de mudas de diversas espécies nativas e exóticas. Porém, alguns depoimentos questionam o alcance e os resultados dessa atividade, alegando

que não houve seleção cuidadosa das espécies, que faltou planejamento e foco, o que ocasionou a perda de muitas mudas. Outro ponto destacado nas entrevistas foi que foram poucas as famílias do Projeto de Assentamento Vale da Esperança que plantaram mudas em suas parcelas e faltou um programa de “promoção” do viveiro e de educação ambiental.

As atividades da agroindústria não foram interrompidas com o fim do projeto, segundo os depoimentos, as famílias deram continuidade e intensificaram o aproveitamento alimentar dos frutos do Cerrado. Assim, foi que essas tarefas passaram a ser a principal atividade produtiva da COOPERVAL. Como o próprio Projeto À Flor da Terra já contemplava a ideia de aliar a produção de mudas nativas do Cerrado à agroindustrialização de produtos do Cerrado, a ideia permaneceu e foi fortalecida pela experiência da presidente da Cooperativa que já atuava individualmente na fabricação de doces e polpas. Antes da fundação da Cooperativa, Dona Divina havia participado do curso ministrado pelo INFC, em parceria com a ASSESVE, sobre aproveitamento alimentar das espécies nativas. Após o curso, com apoio do instituto, começou a fazer geleias, doces e comercializar em feiras da agricultura familiar, no próprio INFC e para a prefeitura de Formosa.

A partir da fundação da Cooperativa surgiu a oportunidade de expandir essas atividades para o âmbito coletivo. Nas palavras da Dona Divina: “primeiramente, a gente pensou só nos cooperados que tivessem as frutas em seus quintais e que estava desperdiçando, ou no que não dava pra sair pra fora, igual o leite a gente fazia o doce, as frutas a gente transformava em polpa” (Dona Divina, 13/06/2012). O objetivo passou, então, a ser aproveitar a produção das famílias para gerar renda, com foco na agroindustrialização dos produtos do Cerrado, principalmente mangaba, cagaita, baru e vinagreira (*Hibiscus sabdariffa*).

O negócio se estruturou e a Cooperativa, em vistas de aumentar a produção, passou também a beneficiar outras frutas exóticas, fabricar doce de leite, pão e farinha de mandioca.

Os produtos do Cerrado da COOPERVAL eram comercializados tanto no assentamento, quanto em diversas feiras da agricultura familiar em Formosa, Brasília e até Rio de Janeiro, segundo dados de campo. Além dos produtos agroindustrializados, eram vendidos também parte da produção agrícola como mandioca, feijão e abóbora.

O declínio da produção com enfoque no Cerrado teve início em 2011, ano em que COOPERVAL decidiu ampliar seu mercado através da participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Cooperativa ganhou a chamada pública realizada pela prefeitura de Formosa e a primeira venda foi efetuada em março de 2011, com a entrega de polpas de frutas, abóbora, mandioca e farinha. Segundo informações da pesquisa, a decisão em participar do PNAE deve-se à maior segurança e facilidade de comercialização. E também ao incentivo da prefeitura de Formosa, que precisava atender ao requisito da Lei nº 11.947/2009 (a qual estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para o PNAE devem ser comprados em gêneros alimentícios da agricultura familiar), mas não encontrava candidatos aptos a participar.

Em virtude de sua participação no PNAE, a COOPERVAL recebeu duas visitas de delegações estrangeiras formadas por representantes da Bolívia, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Guatemala. Estas foram realizadas no âmbito do *Programa de Alimentación Escolar Sostenibles como Estrategia Seguridad Alimentaria y Nutricional* firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). As visitas tinham como objetivo apresentar aos gestores de outros países da América Latina a experiência do Brasil com a alimentação escolas. Segundo relata Dona Divina: “eles vieram ver como a agricultura trabalha para poder levar a experiência para o país deles... Formosa, hoje tá recebendo muitas delegações estrangeiras por causa do projeto horta na escola. É bom também porque eles veem os frutos do Cerrado, o quê que é feito com eles” (Dona Divina, 13/06/2012).

Depois da primeira entrega para o PNAE o beneficiamento dos frutos do Cerrado diminuiu substancialmente, pois, como a prioridade passou a ser a entrega dos alimentos firmados no contrato, o tempo para as outras atividades tornou-se escasso. Segundo Dona Divina, o ingresso em uma atividade mais estável e com comercialização garantida, mas que demanda muito tempo é o principal motivo para a diminuição do aproveitamento dos frutos do Cerrado pela COOPerval. Mas, por outro lado, ela afirma que ainda existe a vontade de continuar trabalhando com os frutos nativos: “não estamos tendo tempo. Se tivesse tempo a gente fazia mais coisas. Entregava para a merenda e continuava mexendo com os frutos do Cerrado. Agora em julho que a gente vai fazer [época das férias escolares]. Também se tivesse mais cooperados participando, dava pra dividir as tarefas” (Dona Divina, 13/06/2012).

Com isso, à época da pesquisa de campo a COOPerval trabalhava com dois produtos principais: polpas de frutas (principalmente maracujá e goiaba) e pãezinhos de 50g. Eram produzidos também, com menor frequência, doces de leite, de mamão e de goiaba. Os frutos do Cerrado não são usados para a fabricação das polpas entregues ao PNAE e são beneficiados de forma eventual, quando sobra um pouco mais de tempo.

Outro fator que dificulta a maior frequência da agroindustrialização dos frutos nativos, segundo a presidente da Cooperativa, refere-se a irregularidade na produção dos frutos do Cerrado no Assentamento Vale da Esperança, que dificulta a produção em escala suficiente para atender o mercado. Segundo depoimento: “as polpas do Cerrado [para entrega para o PNAE] não tem porque ano passado foi muito pouco. Mangaba deu muito pouco. A cagaita até que deu, mas como era na época que a gente tava arrojado trabalhando pro PNAE não pegamos muito” (Dona Divina, 13/06/2012).

Cabe mencionar duas características da COOPerval que auxiliam no entendimento da opção de se voltar a produção para o PNAE. A primeira é que, segundo relatou a presidente da Cooperativa, dentre os vinte cooperados, apenas cerca da metade participa

ativamente, sendo que dentre estes, as atividades da agroindústria são desenvolvidas somente por três cooperadas (Dona Divina e outras duas). O segundo ponto é que os cooperados não costumam entregar frutos do Cerrado, todos os frutos do Cerrado utilizados em 2011 foram comprados de pessoas que não eram cooperados e que também não moravam no Projeto de Assentamento Vale da Esperança.

Apesar das dificuldades, a presidente da Cooperativa, dado sua experiência com o extrativismo e beneficiamento dos frutos do Cerrado, acredita e está convencida do potencial de mercado que tem os produtos do Cerrado. Segundo Dona Divina:

“esses frutos do Cerrado que vão para as feiras vende tudo. É incrível. O que a gente levou as duas vezes pro Rio de Janeiro, eu não voltei com nada. O pessoal lá da Benfruc também não voltou com nada. No Rio tem muita procura, não sei se eles acham que é novidade, alguma coisa... Você chega lá eles querem saber, querem saber como que é aquilo, da onde saiu, como que funciona” (Dona Divina, 13/06/2012).

No entanto, ela pondera que ainda há necessidade de uma maior divulgação desses produtos e, especialmente, dos consumidores despertarem para o valor social e ambiental embutido nos produtos do Cerrado, principalmente para que haja o consumo mesmo quando existam produtos substitutos. Nas palavras de Dona Divina:

“uma comparação, você vai no mercado vê um vidro de geleia até grande por quatro reais, ai você pega uma geleia do Cerrado que ta de cinco, seis ou sete reais, ai as pessoas que não entendem, vão olhar e falar, só porque é do Cerrado tá esse preço, geleia, por geleia, eu como a de morango... mas o outro que já entende o que é aquilo, ele já paga às vezes até mais” (Dona Divina, 13/06/2012).

Nesta questão, observa-se novamente a importância do desvelamento de valor (VALENTE, 2005), tanto por parte da própria comunidade extrativista, quanto pelo reconhecimento da sociedade de modo geral.

A respeito das vantagens de se trabalhar com o extrativismo, Dona Divina aponta: “O lado bom é que nós ajudamos o bioma. O lado bom é que nós não estamos gastando nada pra plantar, estamos aproveitando o que Deus deu. Para você ver, o que você gasta de adubo, de

veneno... A mangaba, você não foi lá botar nem um litro d'água, o baru você não vai lá por um pouquinho de adubo, ele dá espontâneo” (Dona Divina, 13/06/2012).

Ainda sobre os aspectos favoráveis, observou-se na pesquisa de campo que o extrativismo e a valorização dos recursos, muitas vezes disponíveis na parcela da família, recebem grande contribuição do trabalho realizado pela Cooperativa. Muitas famílias ainda não têm ideia do valor das frutas que possuem em suas parcelas e à medida que uma começa a aproveitar, a outra aprende e também passa utilizar. Sobre esse potencial de difusão e valorização por observação, Dona Divina afirma: “ai eles começaram a procurar porque começaram a falar. O ano passado, a mangaba que eu comprei foi só de uma pessoa, acho que eu comprei uns 70, 80 kg dele. Ai outro já começa a falar, ah se eu soubesse que a Sra. comprava, as minhas perdeu tudo. Ai, esse ano já não vai perder mais” (Dona Divina, 13/06/2012).

Essa disseminação “boca a boca” além de estimular a preservação das frutíferas existentes nas parcelas das famílias também estimula a plantação de novas frutíferas nativas e a preservação de outras áreas do Cerrado ao redor do assentamento. Segundo mencionou Dona Divina: “mas assim, já tá despertando. Já tem um aqui de dentro que fornece maracujá, é pouco mas ele já tá plantando mais. Outro disse que vai coletar a cagaita do quintal. Já tem mais gente que também tá interessada e assim vai expandindo” (Dona Divina, 13/06/2012).

Os dados de campo indicam que a presença da COOPERVAL no Assentamento Vale da Esperança tem incentivado tanto o aumento da produção agroextrativista, quanto uma maior valorização do Cerrado pelas famílias assentadas e a divulgação do assentamento para além da região de Formosa. Na visão de Dona Divina, as contribuições da Cooperativa abrangem não apenas os seus associados, mas estendem-se para toda a comunidade da região, pois, “as coisas que a gente traz é pra todo mundo” (Dona Divina, 13/06/2012). Segundo a presidente, a COOPERVAL atua também em busca de melhorias para o assentamento, foram

mencionados, por exemplo, a instalação de uma antena na área da Cooperativa para receber sinal de celular, a realização de parcerias com o SENAR para a realização de cursos, além de atuação junto à prefeitura de Formosa para que houvesse rondas de policias duas vezes por semana no assentamento e a construção do postinho de saúde.

Os de campo e as reflexões da pesquisa apontam que, embora a atuação das famílias do Assentamento Vale da Esperança junto à Cooperativa, à época da pesquisa de campo fosse baixa (das 176 famílias assentadas, a COOPERVAL contava com apenas vinte associados) é importante que as famílias do assentamento comecem a fortalecer as redes de cooperação. Iniciativas cooperativas ajudam a autonomia, colaboram para redução de custos, incentivam a diversificação produtiva, facilitam a comercialização entre outros fatores que contribuem para o desenvolvimento rural.

4.7 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DO AGROEXTRATIVISMO

A prática do extrativismo no Projeto de Assentamento Vale da Esperança é condicionada por características específicas que devem ser levadas em conta na análise das limitações e potencialidades da atividade no assentamento. Uma delas refere-se às especificidades do Assentamento Vale da Esperança e ao processo contínuo de construção da identidade local, vivenciado pelas famílias entrevistadas. Outra corresponde ao fato de a coleta do baru caracterizar-se como uma atividade relativamente nova, que ainda está sendo incorporada à cultura local. Além disto, a atividade com fins comerciais foi realizada com maior frequência apenas por um período, sendo que, à época da realização da pesquisa de campo, apenas três famílias entrevistadas permaneciam na atividade.

Os dados da pesquisa de campo demonstram que, embora seja unânime a percepção da existência de vantagens em realizar o extrativismo, as famílias entrevistadas mencionaram encontrar uma série de impedimentos e dificuldades para continuar realizando a atividade

comercialmente. Muitos dos obstáculos estão ligados a características inerentes ao extrativismo, outros dizem respeito a aspectos que precisam de atuação governamental e outros ainda são resultados de situações pontuais das famílias.

Entre as limitações decorrentes das características intrínsecas ao extrativismo foram mencionadas dificuldades de programar a produção e a instabilidade na quantidade produzida de frutos. Essa situação é recorrente já que não é possível controlar os ciclos biológicos das frutíferas, tão pouco prever a produção. Para o caso específico do baru, trata-se ainda de uma espécie que possui safras intermitentes, com variações bruscas na intensidade (quantidade) da produção. Segundo o ISPN (2010), este fruto apresenta uma safra produtiva comercialmente a cada dois ou três anos. Esta característica foi mencionada por algumas famílias, afirmando que: “o pé que deu esse ano vai ficar uns dois anos dando pouco” (Elenice, 18/07/2012). Outras, entretanto, aparentaram desconhecimento, pois a queixa foi que, logo após se engajar na atividade, as árvores pararam de produzir: “é nativo da terra; aí a gente começa a vender e o trem parece que não dá mais, [...] o fruto do mato gosta é de ver sobrar, ele não gosta de ver aproveitar” (José Cardoso 15/07/2012). Segundo outro depoimento: “o baru não dá mais quanto dava antes... quando a ambição cresceu, o baru caiu” (Hilário, 15/07/2012).

Esta diminuição da produção pode ser decorrente da característica natural da espécie, mas também poderia estar ligada ao aumento da intensidade da coleta (que pode ter levado ao desequilíbrio no ciclo biológico e/ou na taxa de regeneração da espécie), porém os dados de campo não permitem uma análise mais precisa. Outro condicionante (a ser melhor estudado) que também pode influenciar é que, segundo depoimentos: “as árvores velhas não produzem tanto quanto as novas” (Maria de Lurdes, 18/07/2012).

Cabe destacar que, no universo da pesquisa, a coleta vem sendo feita no lote da família e, dado à irregularidade de safra, um volume mais representativo seria alcançado com a expansão da área da coleta. Porém os entrevistados não acham essa opção viável, alegando

que isso aumentaria ainda mais o esforço físico. Este aspecto indica outra limitação inerente à prática extrativa, ou seja, a dispersão geográfica das espécies nativas. No caso em que não existam frutíferas no lote ou que elas não são em quantidade suficiente, as famílias precisam dedicar mais tempo e percorrer maiores distâncias (mais trabalho) para ter acesso aos frutos.

Outro obstáculo, inerente ao extrativismo, refere-se à dificuldade de se estabelecer cultivos comerciais, já que a maioria das espécies nativas do Cerrado ainda não foi domesticada. Esta situação foi recorrente, principalmente para o pequi, a cagaita e a mangaba. Segundo os entrevistados, o baru é propício ao cultivo, sendo que a maioria das famílias relatou experiência bem sucedida de cultivo da espécie. Conforme depoimentos: “o baru é fácil de mexer, depois de mais ou menos uns cinco anos já tão dando” (José Cardoso, 15/07/2012); “é só fazer a muda e cuidar, o baru não é de morrer” (Maira de Lurdes 18/07/2012). Entretanto, mesmo que não haja maiores impedimentos para o cultivo do baru, os obstáculos de plantio das outras espécies nativas dificultam a ampliação do leque de produtos coletados e comercializados.

Além dos condicionantes naturais, as famílias entrevistadas mencionaram como impedimento para a realização do extrativismo o esforço físico que a atividade demanda. De acordo com as entrevistas: “é muito difícil” (Maria de Fátima, 18/07/2012); “da muito trabalho” (Balduína, 18/07/2012). Situação enfatizada principalmente para a obtenção da amêndoa do baru, pois além de exigir muito esforço, requer muito tempo. Para a obtenção da castanha torrada, por exemplo, foram relatadas cinco etapas: coleta, seleção dos frutos que apresentam amêndoa, quebra do endocarpo, seleção das amêndoas inteiras e torrefação. O maior esforço, segundo as famílias, é na quebra do baru para a extração da amêndoa porque o endocarpo lenhoso do fruto é bastante duro.

Segundo as entrevistas, a quebra do baru é feita posicionando-o sobre a lâmina de um machado e dando uma pancada com uma espécie de martelo. Isto, além de exigir muitas horas

de dedicação, ainda requer cuidado para que a amêndoa não seja cortada juntamente com o endocarpo. Foi justamente este maior esforço o principal motivo que levou algumas famílias a comercializar o fruto *in natura*. Segundo eles: “vendi sem quebrar, dá trabalho demais” (José Cardoso, 15/07/2012); “é um processo complicado, precisa de muita mão-de-obra” (Hilário, 15/07/2012).

Segundo relatório do ISPN (2010), o método empregado na obtenção da amêndoa pode variar entre as comunidades extrativistas. Além da técnica do machado utilizada no Assentamento Vale da Esperança, o relatório identificou outra três formas. A técnica da foice/alavanca (que consiste em uma alavanca que corta o fruto transversalmente); da guilhotina (duas laminas contrapostas cortam o fruto; esta técnica existe tanto no modelo manual como elétrico, com funcionamento automático); da pressão mecânica (constituída de uma máquina elétrica, com um eixo excêntrico que movimenta uma peça e pressiona o baru, mas o equipamento só funciona com o fruto despulpado) (ISPN, 2010). No universo de pesquisa, não foi mencionado conhecimento e/ou acesso a nenhuma dessas outras técnicas, sendo que a maioria das famílias apontou a falta de equipamentos adequados para a quebra do baru como um dos principais obstáculos para a realização da atividade.

O esforço físico empregado no extrativismo do baru remete a uma outra questão. A necessidade de se estabelecer um preço de venda que recompense, além do produto em si, todo o trabalho/esforço embutido no mesmo. Segundo foi afirmado: “como é muito dispendioso de mão-de-obra e tempo, precisa de um comércio justo que remunere quem coleta” (Herbert, 18/07/2012). Assunto um pouco mais complexo porque envolve a disponibilidade de produtos substitutos (amendoim e outras castanhas) e a disposição dos consumidores em adquirir um produto com valor mais elevado. Por outro lado, isso corrobora a ideia de um conceito de desvelamento de valor (VALENTE, 2005), em que, além do processo histórico e cultural envolvido, um valor adicional seria dado aos produtos do

Cerrado em virtude do esforço físico requerido e das contribuições para a valorização do bioma.

No tocante à inserção dos produtos do Cerrado no mercado, os agroextrativistas entrevistados mencionaram a existência de barreiras referentes aos consumidores, como o desconhecimento e/ou a falta de informação dos frutos. Para o baru especificamente, as famílias relataram que há uma boa aceitação, especialmente em Brasília, seu principal mercado consumidor. Mas afirmaram que os frutos do Cerrado, de modo geral, ainda são pouco conhecidos pelo mercado consumidor urbano, que não identifica sua qualidade diferenciada, valor nutricional e, tão pouco, o seu significado social e ambiental. Neste sentido, as famílias mencionaram a necessidade de difusão dos conhecimentos referentes à importância do Cerrado e da valorização dos seus produtos para que aumente o número de pessoas dispostas a consumi-los.

Sobre este aspecto, observa-se que os produtos do Cerrado, de modo geral, não são amplamente conhecidos, nem mesmo na região geográfica onde ocorrem. A alimentação do brasileiro, em geral, é restrita a poucos produtos e fortemente atrelada a alimentos industrializados. Não existe uma cultura de se valorizar produtos locais e tão pouco de consumir produtos diferenciados que além do aspecto nutritivo contemplem o aspecto social e ambiental. É necessário um processo educativo para despertar a importância de consumir alimentos diferenciados, especialmente no estilo dos produtos do Cerrado. Deve-se focar em aspectos como, ao comprar esses produtos, além de ingerir alimentos mais saudáveis, o consumidor está contribuindo para valorização da região, para a criação e manutenção de postos de emprego, para a preservação do meio ambiente e da cultura local.

Este é um ponto abordado por Abramovay (2012), quando afirma a necessidade do surgimento de uma outra economia. Nessa nova economia, segundo o autor, o sentido social do uso dos recursos deve ser mais importante do que a renda que, durante algum tempo, esses

recurso são capazes de gerar. Os padrões de consumo das sociedades contemporâneas devem ser repensados coletivamente, pois o mundo tem recursos suficientes para atender às necessidades de todos, mas não ao caráter infinito do consumo supérfluo. O crescimento incessante da produção e do consumo choca-se contra os limites dos ecossistemas. Estimular o consumo incessante de alimentos processados não é sustentável, pois sua produção é intensiva em energia e sua ingestão tem vínculo direto com a epidemia global de obesidade (ABRAMOVAY, 2012).

Uma opção, para que os produtos do Cerrado sejam mais conhecidos e tenham maior aceitação no mercado, seria começar por sua valorização na própria região. Uma alternativa seria incentivar o consumo desses alimentos localmente, por exemplo, na merenda escolar. Conforme sugere Dona Divina,

“às vezes aqui no assentamento [na escola] nem chega a comer uma coisa que é produzida aqui. Mas eu acho assim, por exemplo, no dia que vai servir um pão, vai servir com o quê? Então era a hora de ter uma geleia ou de mangaba ou de cagaita ou de qualquer outra coisa para já começar, para cada um já sentir o sabor. Tem vinte alunos, às vezes 10 não gosta, mas às vezes 10 acharam bom, já começa a preservar. Às vezes a pessoa fala que não gosta, mas ele nem chegou a experimentar” (Dona Divina, 13/06/2012).

Outro meio de incentivar o consumo dos produtos do Cerrado na sociedade urbana seria através do enfoque de que, ao consumir esses produtos, a sociedade estaria contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida no campo, diminuição do êxodo rural e fortalecimento de um modo de vida ambientalmente menos predatório. Estaria também fazendo parte de um movimento contrário a hegemonia do modelo produtivista e do domínio da grande produção agroindustrial concentradora de riqueza.

No entanto, cabe destacar que atrelado ao incentivo ao aumento do consumo dos produtos do Cerrado, deve haver maior informação sobre práticas de manejo e da necessidade de se realizar coleta controlada dos frutos. A maior demanda pode acarretar em superexploração dos recursos naturais disponíveis, conduzir à extinção das espécies e causar

desequilíbrios ambientais. Além das técnicas adequadas de manejo e do respeito às taxas máximas de coleta e de regeneração das espécies, é necessário também que os Povos do Cerrado encontrem condições (materiais e financeiras) para realizar a atividade de modo sustentável e se apodera de seu papel de defensores do bioma.

Outro empecilho mencionado nas entrevistas para a inserção dos produtos no mercado diz respeito à distância que separa o assentamento do seu principal mercado consumidor. São cerca de 150 km que precisam ser percorridos do Assentamento Vale da Esperança até Brasília, sendo que parte da estrada não está em boas condições e há poucas opções de transporte. Algumas famílias comercializam a produção de carro próprio, outras dependem do transporte público (são necessários dois ônibus, Vale da Esperança para Formosa e de Formosa a Brasília). Como a comercialização, na maioria dos casos, é feita individualmente, os custos com transporte são elevados.

Além destes impedimentos, algumas famílias entrevistadas mencionaram dificuldades relacionadas ao pouco ou nenhum incentivo do poder público ao agroextrativismo. Segundo depoimentos: “o INCRA não dá atenção e o governo não tá nem aí” (Maria de Lurdes 18/07/2012); “o agroextrativismo não é reconhecido como um trabalho, não é visto como uma economia. Como o assentamento não tem licenciamento ambiental a gente não consegue se cadastrar no site do IBAMA como agroextrativista” (Herbert, 18/07/2012); “se tivesse mais apoio dos de fora aqui para a gente, estaria bem melhor; dava para a gente fazer mais coisas, mas a gente luta sozinho” (Omar, 13/06/2012).

Magalhães (2011), em sua tese de doutorado sobre os obstáculos à exploração do baru no Cerrado goiano, aponta algumas dessas e outras dificuldades relacionadas à comercialização dos produtos do extrativismo. Entre os principais obstáculos mencionados pelo autor que se aplicam também ao Projeto de Assentamento Vale da Esperança estão:

- Escala de produção insuficiente para abastecer o mercado de forma contínua e na quantidade desejada.
- A apresentação do produto nem sempre está de acordo com as exigências do mercado o que atrapalha sobremaneira sua colocação.
- Amadorismo na produção e comercialização: o beneficiamento dos produtos e a interação com o mercado exigem profissionalização.
- Marco regulatório enviesado: as normas sanitárias, ambientais, tributárias e de categorias profissionais favorecem a produção agropecuária e industrial e sua comercialização, dificultando a produção familiar.
- A falta de organização da atividade extrativista.
- Poucas ações públicas voltadas para fomentar e viabilizar a exploração sustentável e a comercialização dos produtos.
- Concorrência com os produtos industrializados.
- Número reduzido de informações técnicas sobre a exploração correta dos produtos.
- Falta de valorização da conservação do Cerrado e do valor diferenciado presente em seus produtos.

No entanto, apesar das dificuldades, o universo pesquisado se mostrou otimista em relação às potencialidades do agroextrativismo. Os dados de campo indicaram que, independentemente da finalidade da coleta, quando perguntadas se havia vantagens em realizar o extrativismo, a afirmação positiva foi consenso. Entre as razões mencionadas com mais frequência estão as contribuições para a preservação ambiental e reconhecimento da riqueza ecológica do Cerrado; a valorização do assentamento e da produção local; o aumento da renda e a diversificação da alimentação familiar.

As perspectivas futuras para a atividade também se mostraram promissoras. Entre as seis famílias que tinham interrompido a coleta de baru, por ocasião da realização da pesquisa

de campo, apenas uma afirmou que não tem pretensão de voltar a coletar o fruto para comercialização. Esta corresponde à família que o ingresso na coleta ocorreu através da filha, sem o envolvimento dos pais. A mãe relatou que a filha mudou para Formosa, arrumou um emprego e não tem intenção de voltar a morar no assentamento. Nem ela nem o marido pretendem dar continuidade, pois já são aposentados e não têm mais disposição para a atividade que, segundo eles, demanda muito esforço físico.

As outras cinco famílias afirmaram que pretendem voltar a realizar o extrativismo com objetivos comerciais. Entre os motivos, foi destacado novamente o aumento da renda (“sim, porque da uma ajuda boa na renda” - Hilário, 15/07/2012); a preservação ambiental (“porque hoje em dia tem falado tanto que precisa preservar o meio ambiente e esse é uma meio da gente ajudar a preservar” - Maria da Solidade, 18/07/2012) e a existência de um mercado consumidor, de certa forma garantido (“o baru tem valor lá fora, tudo que a gente pega a gente consegue vender” - Maria de Lurdes, 18/07/2012).

Porém, as famílias não foram muito precisas no que diz respeito à época que ocorreria este retorno à atividade. Uma família envolvida em outras atividades, relatou, por exemplo, que “quando sobrar um tempo a gente volta, agora ta difícil” (Maria da Solidade, 18/07/2012). Outra, que estava enfrentando problemas de saúde, por sua vez, afirmou que “se não fosse a saúde a gente não teria parado até hoje, mas assim que melhorar a gente volta” (Maria de Lurdes, 18/07/2012). Dessa forma, percebe-se que, embora haja intenção de retorno, impedimentos como disponibilidade de mão-de-obra, esforço físico e a “concorrência” com atividades produtivas mais estáveis dificultam a retomada comercial da atividade. Outras famílias entrevistadas afirmaram que estão aguardando a produção aumentar novamente para retornarem, pois afirmaram que “quando voltar a produzir baru, por enquanto não ta tendo quase nada” (Balduína, 18/07/2012); “se a produção aumentar, se voltar a ter como antigamente” (José Cardoso, 15/07/2012).

Assim como a maioria das famílias entrevistadas que interrompeu as atividades de coleta para fins comerciais e pretendem voltar a realizar o extrativismo, as três famílias que permaneciam realizando a atividade, à época da pesquisa de campo, afirmaram que pretendem continuar coletando. Estas, como já mencionado, o fazem em virtude de uma motivação que incorpora a lógica econômica, mas também que a transcende, pois o extrativismo “agora faz parte do nosso modo de vida” (Herbert, 18/07/2012); ou “há mais de oito anos que a gente vive do baru; vamos continuar coletando, a gente já tem os clientes certos” (Elenice, 18/07/2012).

Não obstante a identificação dos impedimentos e os obstáculos que dificultam a realização do extrativismo, a menção ao desejo de permanecer realizando a coleta dos frutos nativos ou retornar um dia à atividade é um indicador da relevância desta prática na vida das famílias entrevistadas. Algumas das dificuldades podem ser solucionadas ou minimizadas a partir de iniciativas de cooperação, de maior organização e dedicação dispensadas à atividade, e ainda através do fortalecimento da identidade Povos do Cerrado e da internalização, nestas famílias e na população como um todo, da importância da manutenção dos modos de vida diferenciados da lógica predatória de ocupação que atualmente impera no bioma.

4.8 NOTAS CONCLUSIVAS

A partir da pesquisa de campo pode-se afirmar que o extrativismo dos recursos vegetais do Cerrado é capaz de contribuir para o aumento e diversificação das fontes de renda, para a melhoria das condições de alimentação e de existência das comunidades e famílias e para conservação do Cerrado. No universo de pesquisa, o extrativismo vegetal se resume basicamente a coleta de frutos nativos, principalmente baru, mangaba, pequi, cagaita, jatobá. Apenas o baru é coletado para fins comerciais, sendo que os demais frutos são destinados ao autoconsumo, em diversas formas de utilização. Este acesso a alimentos saudáveis, naturais,

sem aditivos químicos, de alto valor nutritivo e que, na maioria das vezes, faz parte das características culturais da família, contribui para a economia de recursos financeiros e para a alimentação dos agroextrativistas.

No universo pesquisado, o extrativismo é sempre combinado com outras atividades (agricultura, trabalho temporário agrícola ou trabalho não-agrícola). A possibilidade de elevação da renda foi a principal motivação para o início da coleta do baru, sendo que, após o início da atividade, todas as famílias afirmaram que os rendimentos aumentaram. A renda anual obtida com o extrativismo variou entre quatrocentos e setecentos reais. Entre as razões para tal variação destaca-se a forma de comercialização (*in natura*, ou castanha torrada), o grau de organização e de dedicação, dispensados à atividade, e o tempo e quantidade coletada.

Percebeu-se que, embora a atividade para fins comerciais tenha sido parcialmente interrompida, é grande o potencial a ser explorado pelo extrativismo no universo pesquisado. Entre as potencialidades destaca-se a possibilidade de expansão da cesta de produtos comercializados, ampliando não apenas o fruto, mas passando a ofertar produtos agroindustrializados como geleias, compotas, pães, doces, etc. Novos produtos que podem ter o enfoque direcionado especificamente para o Cerrado e para o resgate da artesanidade, assim como para o modo de vida diferenciado de quem os produz, mais condizente com a perspectiva da sustentabilidade. Neste aspecto, destaca-se a importância que as novas preocupações, abrigadas no escopo de desenvolvimento rural, sejam disseminadas na sociedade como um todo, de modo a ampliar a demanda por este tipo de produtos e fortalecer o mercado consumidor já existente.

No contexto do Projeto de Assentamento Vale da Esperança, observou-se que o extrativismo está contribuindo também para a afirmação das famílias estudadas com a identidade de Povos do Cerrado e, conseqüentemente, com o seu papel de defensores do bioma. Dessa forma, preocupações ambientais que, anteriormente eram praticamente

inexistentes ou consideradas irrelevantes, a partir do extrativismo, estão ganhando força, atividades diárias estão, cada dia mais, incorporando práticas que visam a manutenção dos recursos naturais e a preservação do Cerrado. Esta transformação não fica restrita às famílias agroextrativistas, pois a partir delas, estão se disseminando também para as demais famílias do assentamento, que também estão começando a apresentar mudanças de atitudes e novas preocupações. Indicando, assim, um potencial multiplicador, passível de ser incentivado e fortalecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta dissertação de mestrado teve como objetivo investigar o potencial do extrativismo vegetal realizado pelos Povos do Cerrado em contribuir para as condições de vida das próprias famílias agroextrativistas e para o desenvolvimento rural no bioma. Para tanto, procurou-se articular abordagens contemporâneas do desenvolvimento rural com discussões sobre extrativismo e suas potencialidades em concorrer para o aumento e diversificação das fontes de renda, para a geração de empregos, para a valorização dos modos de vida e para conservação dos recursos naturais do bioma. A análise teórica foi enriquecida com informações advindas de pesquisa de campo, realizada nos meses de fevereiro, junho e julho de 2012, no Projeto de Assentamento Vale da Esperança, junto a nove famílias agroextrativistas e à Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale da Esperança que atua no assentamento.

O presente estudo procurou contribuir com debates correntes acerca da necessidade de se valorizar, criar e fomentar formas de ocupação e exploração do Cerrado, que sejam ambiental, social e economicamente sustentáveis. Esforços que se fazem importantes, principalmente, frente ao atual estágio de degradação que se encontra o Cerrado. Este bioma, apesar de destacar-se pela sua elevada riqueza biológica (abriga aproximadamente um terço da fauna e flora brasileira e cerca de 5% da biota planetária), pelo seu papel na manutenção dos recursos hídricos brasileiros e pela grande diversidade social e cultural presente em seu território, encontra-se fortemente ameaçado pelo modelo desenvolvimentista baseado na grande produção agroexportadora de *commodities* agrícolas e não-agrícolas (exploração de minérios, entre outros).

Nesta dissertação ficou evidente que, tendo em vista as consequências negativas em termos ambientais e sociais deste modelo produtivista, que atualmente permanece hegemônico e continua motivando a expansão da fronteira agrícola sobre as áreas cobertas

pelo Cerrado (e com ela acentuando a degradação ambiental e a erosão material e cultural dos modos de vida dos Povos do Cerrado), se faz não apenas urgente, mas também indispensável repensar a forma de ocupação e as prioridades que estão sendo dispensadas a este bioma.

Estas e outras inquietações compõem as discussões que marcam a abordagem do desenvolvimento rural. Um novo enfoque que procura superar a noção de desenvolvimento como crescimento econômico, para englobar objetivos de cunho mais incluyente, social e democrático como a redução das desigualdades sociais, mitigação da pobreza e geração de melhores condições de vida. Na perspectiva do desenvolvimento rural, as potencialidades do Cerrado não se restringem à vocação agropecuária. Acredita-se que é na preservação e valorização da sua riquíssima sociobiodiversidade que residem o principal trunfo e valor para se alcançar uma vida melhor, mais feliz e mais igualitária.

Diferentemente de realizar ações embasadas pelo desenvolvimento produtivista, é completamente possível a implantação de estratégias de ocupação do Cerrado, baseadas em formas mais racionais de utilização de seus recursos, que sejam não apenas compatíveis com a sustentabilidade ambiental, mas que impliquem também em geração e aumento de renda, em ampliação da oferta de emprego e em bem estar social. Não existe um caminho único a ser percorrido, assim como a diversidade biológica, social e cultural existentes no bioma, são múltiplas as opções disponíveis. Esta dissertação, por exemplo, abordou essas potencialidades a partir da experiência do agroextrativismo praticado pelos Povos do Cerrado em um assentamento de reforma agrária do estado de Goiás.

A leitura dos dados de pesquisa demonstrou que o extrativismo dos recursos vegetais realizado pelos Povos do Cerrado, combinado com outras atividades produtivas (como agricultura em cultivos diversificados e a pequena criação de animais) pode ser considerado uma estratégia de desenvolvimento rural capaz de contribuir para o mesmo em suas dimensões econômica, social e ambiental. No tocante aos aspectos econômicos, os resultados

da pesquisa indicaram que a atividade favorece o aumento e diversificação das fontes de renda, atua na geração de emprego e tem potencial para dinamizar a economia local.

As potencialidades do extrativismo no âmbito ambiental decorrem da lógica de exploração diferenciada que motiva a utilização dos recursos naturais. Ao invés de substituir a vegetação nativa por monocultivos que simplificam os ecossistemas, a atividade depende da manutenção da vegetação e da biodiversidade do Cerrado. Depende também das características específicas dos Povos do Cerrado, como racionalidade não estritamente mercantil, autossuficiência e autonomia, conhecimento integrado e não-fragmentado, trabalho e gestão familiar e potencialização dos recursos internos e locais. Com isso, a atividade realizada de forma sustentável provoca modificações no ambiente natural em escala menor do que a maioria das outras formas de uso da terra, permitindo que o Cerrado continue a apresentar sistemas ecológicos complexos, alta produtividade biológica e rica biodiversidade.

No que concerne às contribuições sociais, as constatações da pesquisa apontaram que o extrativismo melhora as condições de alimentação, pois facilita o acesso a uma multiplicidade de alimentos (frutos) saudáveis, naturais, sem aditivos químicos, de alto valor nutritivo e que, quase sempre, fazem parte dos hábitos alimentares dos Povos do Cerrado. Fortalece também estratégias de autoconsumo, típicas dessas comunidades, permitindo a economia de recursos financeiros que podem ser aplicados na compra de outros recursos, necessários à reprodução social ou para dar continuidade a outras atividades produtivas. A prática da atividade auxilia ainda na manutenção do patrimônio cultural sobre o uso do Cerrado (encontra-se há muito tempo incorporada às estratégias cotidianas de sobrevivência dos seus Povos) e facilita a permanência dos Povos do Cerrado nos espaços rurais do bioma, onde eles estão habituados a morar e onde eles gostam de viver.

Entretanto, apesar das potencialidades, o aproveitamento sustentável dos recursos do Cerrado via extrativismo ainda se depara com uma série de desafios. Alguns obstáculos são

inerentes à atividade extrativista, como, por exemplo, dificuldades de controle e programação da produção, variação na quantidade de frutos produzida e dispersão geográfica das frutíferas. Outros estão mais relacionados à utilização comercial, como pouco conhecimento do mercado consumidor sobre o teor nutritivo e valor social dos produtos do Cerrado; necessidade de se estabelecer um preço justo que remunere além do esforço físico, a forma de produção diferenciada e os serviços prestados ao meio ambiente; dificuldades e custos elevados com transporte. E há ainda outros desafios como necessidade de se estabelecer práticas adequadas de manejo para assegurar a reprodução das espécies; necessidade de organização e estruturação da atividade para interação satisfatória com os mercados; carência de ações públicas de fomento e apoio ao agroextrativismo; entre outras.

A partir dos resultados expostos nesta dissertação, percebeu-se que é fundamental a implementação de medidas efetivas de estímulo à criação e à execução de alternativas mais sustentáveis de uso das áreas de abrangência do Cerrado, entre elas o agroextrativismo. Por outro lado, observou-se a existência de um número reduzido de informações sobre o bioma Cerrado que dificultam o surgimento e afirmação de alternativas de ocupação e uso mais compatíveis com o desenvolvimento rural. A carência de informações refere-se tanto a levantamentos técnicos sobre a ecologia do bioma, sistematização e inventário da sua biodiversidade, quanto a estudos sobre a utilização racional dos recursos, formas potenciais de utilização, técnicas de manejo e propagação das espécies nativas.

Para que haja melhor aproveitamento da rica sociobiodiversidade e para que as iniciativas distintas ganhem força e se sobressaiam sobre o modelo produtivista de desenvolvimento, potencializando os benefícios a toda a sociedade, além de ampliar o número de estudos, é necessário que haja uma mudança de atitudes e concepções e uma afirmação de valores mais condizentes com a abordagem do desenvolvimento rural. Toda a comunidade urbana e rural precisa internalizar o valor intrínseco do Cerrado e a importância de atuar na

defesa das áreas remanescentes de vegetação nativa, lutando para que formas não sustentáveis de uso dos territórios do bioma não se ampliem.

O bioma Cerrado deve ser percebido a partir da imensa riqueza que abriga em seus ecossistemas, de forma que rompa definitivamente com a visão de suas áreas de abrangências como espaços pobres, desprovidos de cultura e de valor histórico. Os Povos do Cerrado têm que não apenas assumir o protagonismo do desenvolvimento, mas devem ser aceitos e legitimados como tal. Isto para que seus modos de vida possam ser respeitados e para que as políticas governamentais contemplem também esta forma específica de produção e reprodução social.

Destaca-se ainda a necessidade de afirmação de uma mudança de atitude em âmbito global, ou seja, que a população (rural e urbana) mude de atitude e passe a praticar em sua vida cotidiana atos mais compatíveis com objetivos de redução da pobreza, diminuição das desigualdades e geração de bem estar e melhores condições de vida. O desenvolvimento é um processo complexo e interdependente, cujas implicações são desencadeadas em ordenamentos cíclicos e que, se rompido um dos pilares de sustentação, compromete todos os outros. Desta forma, todos devem fazer a sua parte, pois não é possível gozar de boas condições de vida se não se dispõe de um ambiente agradável que disponibilize condições adequadas de existência, da mesma forma que vivendo em situações de pobreza, de dificuldades de obtenção de renda e trabalho, dificilmente se dispensará importância a preocupações relativas a preservação e respeito ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A.N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2008.

ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril, 2012.

_____. *Moratória para os cerrados: elementos para uma estratégia de agricultura sustentável*. São Paulo: Departamento de Economia e Programa de Ciência Ambiental da USP, 1999.

ALHO, C.J.R.; MARTINS, E.S. *De grão em grão, o Cerrado perde espaço: impactos do processo de ocupação*. Brasília: Fundo Mundial para a Natureza, 1995.

ALMEIDA, S.P. de. *Cerrado: aproveitamento alimentar*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1998.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. A qualidade dos assentamentos de reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena – debatendo o livro. In: FRANÇA, C.G.; SPAROVEK, G. (Coords.). *Assentamentos em debates*. Brasília: NEAD, 2005. p. 75-88.

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. *Cadernos do Ceam*, UnB. v.5, n. 17, fev. 2005. p. 43-58.

CARVALHO, I.S. *Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da cooperativa Grande Sertão, no Norte de Minas*. p. 177. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO, I.S.; SAWYER, D.R. A cooperativa Grande Sertão e as riquezas socioambientais do Norte de Minas. In: BENSUSAN, N. (Org.). *Unindo sonhos: pesquisas ecossociais no cerrado*. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2009. p. 51-66.

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Política de desenvolvimento do Brasil rural*. Brasília: MDA, 2010.

DEL GROSSI, M.E.; SILVA, J.G da. A pluriatividade na agropecuária brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, UFRRJ/CPDA, n.11, out. 1998. p, 26-52.

_____. *O novo rural: uma abordagem ilustrada*. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

DELGADO, N.G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Brasil rural em debate*. Brasília: MDA, CONDRAF, 2010. p. 28-78.

DIAS, B.F. de S. Cerrados: uma caracterização. In: DIAS, B. F. de S (Coord.). *Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis*. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1992a. p. 11-25.

_____. Introdução. In: DIAS, B.F. de S (Coord.). *Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis*. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1992b. p. 7-9.

_____. Apresentação. In: Ministério do Meio Ambiente. *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 7-11.

DINIZ, J.D.A.S. *Avaliação-construção de projetos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira: caso da castanha-do-brasil*. p.388, Tese de Doutorado (Centro de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DRUMMOND, J.A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. v.6, jul.1996. p. 115-137.

ELLIS, F. *Household strategies and rural livelihood diversification*. The Journal of Development Studies, 35:1, 1998. p. 1-38.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review*. v.4, n.19. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, 2007.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*. v. 16, n. 31, jul. 2010. p. 65-79.

HIRONAKA, G.M.F.N. *O extrativismo como atividade agrária. Jus Navigandi*. Teresina: 2000.

HOMMA, A.K.O. *Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia*. Texto para Discussão, n. 27. Brasília: Embrapa Informação e Tecnológica, 2008.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de conservação nos biomas. Disponível em:
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

IMPACT - The Socio-Economic Impact of Rural Development Policies. Disponível em:
<<http://www.rural-impact.net>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

ISPSP – Instituto Sociedade População e Natureza. *Cana-de-açúcar avança em áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável do Cerrado*. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.ispn.org.br/LevantamentoSite.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

_____. *Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Baru*. Brasília: Instituto Sociedade População e Natureza, 2010.

_____. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/projetos/ppp-ecos-programa-pequenos-projetos-ecossociais/o-programa-ppp-ecos/>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. *Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul*. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. (Org.). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 240-267.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*. v.1, n. 1, jul. 2005, p. 147-155.

LIMA, J.E.F.W.; SILVA, E.M. Estimativa da produção hídrica superficial do Cerrado brasileiro. In: SCARIOT, A.D.; SOUSA-SILVA, J.C.; FELFILI, J.M. (Orgs.). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 61-72.

_____. *Gestão de recursos hídricos e manejo da irrigação no Cerrado*. In: FALEIRO, F.G.; SOUSA, E.S (Eds.). *Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Cerrado*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2007. p. 33-44.

LOBO, A.; SAWYER, D. Prefácio. In: CARRAZA, L.R.; D'ÁVILA, J.C.C. *Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto do baru*. Brasília: Instituto Sociedade População e Natureza, 2010. p. 7-8.

MACHADO, R.B.; NETO, M.B.R.; PEREIRA, P.G.P.; CALDAS, E.F.; GONÇALVES, D.A.; SANTOS, N.S.; TABOR, K.; STEININGER, M. *Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro*. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Brasília, 2004.

MAGALHÃES, M.R. *Obstáculos à exploração do baru (Dipteryx alata Vog.) no Cerrado goiano: sustentabilidade comprometida?*. Tese de doutorado (Centro de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; MDA - Ministério do Meio Ambiente. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: MDS e MMA, decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. *Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: Atualização - Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

_____. *Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: cerrado*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

_____. *Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite. Monitoramento do bioma Cerrado 2009 - 2010*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

_____. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em: 02 fev. 2013

MORAES, R.C.; ÁRABE, C.H.G.; SILVA, M.P. Desenvolvimento e viés antiagrário. In: MORAES, R.C.; ÁRABE, C.H.G.; SILVA, M.P. *As cidades cercam os campos*. São Paulo: UNESP, 2008. p. 17-22.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B da.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*. v.403, feb. 2000.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v.15, n. 43, set./dez. 2001.

NEUMANN, R.P.; HIRSCH, E. *Commercialisation of non-timber Forest products: Review and Analysis of Research*. Center for International Forestry Research. Indonesia, nov. 2000.

NOGUEIRA, M.C.R. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. p. 233. Tese de doutorado (Departamento de Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NOGUEIRA, M.; FLEISCHER, S. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.13, n.1, 2005. p. 125-157.

OLIVEIRA, E. de. *Exploração de espécies nativas como estratégias de sustentabilidade socioambiental – o caso do pequi (Caryocar brasiliense Camb.) em Goiás*. p. 294. Tese de Doutorado (Centro de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PEREIRA, B.A. da S. Flora Nativa. In: DIAS, B.F. de S. (Coord.). *Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis*. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1992. p. 53-62.

PIETRAFESA, J.P.; SAUER, S.; SANTOS, A.E.A.F dos. Políticas de recursos públicos na expansão dos agrocombustíveis em Goiás: ocupação de novos espaços em áreas de cerrado. In: PIETRAFESA, J.P.; SILVA, S.D. (Orgs.). *Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza*. Goiânia: PUC Goiás, 2011. p. 93-121.

PLOEG, J.D. Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Para além da justaposição: repensando as relações entre a agricultura e o desenvolvimento rural. Conforme anotações por ocasião da aula magna proferida na abertura do 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural pelo Prof. Dr. Jan Douwe van der Ploeg, em Vitória ES, em 22 de julho de 2012.

PLOEG, J.D. Van der.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, oct. 2000.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.

RIBEIRO, J.F.; DIAS, T. Diversidade e conservação da vegetação e da flora. In: Ministério do Meio Ambiente. *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 21-46.

RIBEIRO, J.F.; OLIVEIRA, M.C.; GULIAS, A.P.S.M.; FAGG, J.M.F.; AQUINO, F.G. Usos Múltiplos da Biodiversidade no Bioma Cerrado: estratégia sustentável para a sociedade, o agronegócio e os recursos naturais. In: FALEIRO, F.G.; NETO, A.L.F. (Coords.) *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 336-360.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T. As matas de galeria no contexto do bioma Cerrado. In: RIBEIRO, J.F.; FONSECA, C.E.L. da; SOUSA-SILVA, J.C. (Eds). *Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2001. p. 29-47.

RIBEIRO, R.F. *O eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado*. In: ALIMONDA, H. (Org.). *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopia*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 249-275.

_____. Da “Largueza” ao “Cercamento”: Um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a. p. 171-216.

_____. *Florestas anãs do Sertão: o Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005b.

_____. *Sertão, lugar desertado - O Cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

RODRIGUES, M.T. A biodiversidade dos Cerrados: conhecimento atual e perspectivas, com uma hipótese sobre o papel das matas galerias na troca faunística durante ciclos climáticos. In: SCARIOT, A.D.; SILVA, J.C.S.; FELFILI, J.M. (Orgs.). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 235-246.

ROUSSEFF, D. Discurso de posse, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

RUEDA, R.P. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J.R.; RUEDA, R.P (Eds.). *Reservas Extrativistas*. Brasília: CNPT/Ibama, 1995.

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAUER, S. *Reforma agrária e sindicalismo rural: A Luta pela Terra no 'entorno' de Brasília*. Brasília: CUT/Contag, 1999.

_____. O Significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, C.G.; SPARÓVEK, G. (Coords.). *Assentamentos em debates*. Brasília: NEAD, 2005. p. 57-74.

_____. Lutas e políticas agrárias na história recente do Brasil. In: PRETO, A. *A questão agrária e urbana no Brasil*. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, Câmara dos Deputados, 2007. p. 9-27.

_____. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Texto para Discussão, n. 30. Brasília: Embrapa Informação e Tecnológica, 2008.

_____. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, S.; BALESTRO, M.V. A Diversidade no rural: transição agroecológica e caminhos para a superação da revolução verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S. BALESTRO, M.V. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 7-15.

SAUER, S.; LEITE, S.P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. *RESR*, Piracicaba, vol. 50, n.3, Jul/Set, 2012. p. 503-524.

SAWYER, D. *População, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Cerrado*. Brasília: Instituto Sociedade População e Natureza, 2000.

_____. *PEC do Cerrado e Caatinga: prós e contras*. 2007. Disponível em: <http://www.soscerrado.com/html/pec_cerrado.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2012.

SAWYER, D.; LOBO, A. O papel da sociedade no estabelecimento de políticas públicas para as savanas. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A.L. (Coords.) *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 1153-1181.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11. 2004. p. 88-125.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: *Cadernos do Ceam*, UnB. v.5, n. 17, 2005. p. 23-41.

_____. Apresentação. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, 2011. p. 14-23.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. *As estratégias da transição: práticas e processos de diversificação produtiva na agricultura familiar de Salvador das Missões, RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I.C.M.; GUIMARÃES, L.B. *Desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, C.E.M. Lugar-habitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrado. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 217-244.

_____. *O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: Confea, 2009a.

_____. Do Desenvolvimento Forasteiro ao Desenvolvimento dos Povos -Ecosistemas: A Perspectiva das Reservas Extrativistas no Cerrado Brasileiro. In: SAUER, S. BALESTRO, M.V. (Coords.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009b. p. 205-234.

_____. Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n.19, jan./jun. 2009c. p. 89-109.

SILVA, J.G da. *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

SILVA, J.G da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos avançados*. v.15, n.43. São Paulo, set./dez. 2001.

SILVA, J.M.C.; SANTOS, M.P.D. A importância relativa dos processos biogeográficos na formação da avifauna do Cerrado e de outros biomas brasileiros. In: SCARIOT, AD.; SOUSA-SILVA, J.C.; FELFILI, J.M. (Org.). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 219-233.

VALENTE, Ana Lúcia. E. F. Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio. *Cadernos do CEAM*, nº 21, UnB, 2005, p.63-70.

VEIGA, J.E. Desenvolvimento rural o Brasil precisa de um projeto. In: *Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Poços de Caldas, 1998. p. 153-186.

_____. Apresentação. In: PRADO JÚNIOR, C. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2000.

_____. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A.C. *Desenvolvimento em Debate* (Org.). Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002. p. 383-409.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *XX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, out. 1996.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Pernambuco, 2000a.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 2, jul./dez. 2000b. p. 29-37.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma, 2001.

_____. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WWF - World Wildlife Fund. *Produção e exportação de soja brasileira e o Cerrado*. Brasília: 2012.